



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS / 2013



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2012

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e da Portaria TCU nº 150/2012.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS / 2013

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	16
1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO.....	16
1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE	19
1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	23
1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS, MACROPROCESSOS DE APOIO E PRINCIPAIS PARCEIROS.....	28
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES DO DCTA	33
2.1. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS - ALINHAMENTO ÀS DIRETRIZES SUPERIORES	33
2.2. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES.....	37
2.3. SISTEMAS DE INDICADORES DO DCTA	44
2.3.1. INDICADORES GERENCIAIS DO DCTA.....	44
2.3.1.1. INDICADOR ESTRATÉGICO DE SUSTENTABILIDADE DA COMPETÊNCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA.....	45
2.3.1.2. INDICADOR ESTRATÉGICO DA CAPACIDADE DE APROPRIAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL GERADO	47
2.3.1.3. INDICADOR ESTRATÉGICO DE ESTABILIDADE DE APORTE FINANCEIRO	48
2.3.1.4. INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL DO DCTA	52
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO.....	53
3.1. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS.....	53
3.2. SISTEMA DE CORREIÇÃO	54
3.3. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU	55
4. PROGRAMA E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	56
4.1. INFORMAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	56
4.1.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ	56
4.1.2. INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS VINCULADOS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	56
4.1.3. INFORMAÇÕES SOBRE INICIATIVAS VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ.....	57
4.1.4. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DO DCTA	59
4.1.5. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	69
4.1.6. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	70
4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA.....	70
4.2.1. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ	70
4.2.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	70

4.2.2.1.	PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES.....	70
4.2.2.2.	PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL	71
4.2.2.3.	RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA.....	71
4.2.2.4.	ANÁLISE CRÍTICA.....	71
4.2.3.	MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA.....	72
4.2.4.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA	77
4.2.4.1.	EXECUÇÃO DA DESPESA COM CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	77
4.2.4.2.	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO.....	77
5.	TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA	80
5.1.	INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	80
5.2.	RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS	80
5.2.1.	ANÁLISE CRÍTICA	80
5.3.	PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	80
5.3.1.	ANÁLISE CRÍTICA	80
5.4.	TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	81
5.4.1.	RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO.....	81
5.4.2.	QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS.....	83
5.4.3.	INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTE.....	85
5.4.4.	INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE.....	86
5.4.5.	INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE.....	87
5.4.6.	ANÁLISE CRÍTICA	87
5.5.	SUPRIMENTO DE FUNDOS	87
5.5.1.	DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	88
5.5.1.1.	SUPRIMENTO DE FUNDOS – VISÃO GERAL	88
5.5.1.2.	SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO “B”	88
5.5.1.3.	SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)	88
5.5.1.4.	UTILIZAÇÃO DA CONTA TIPO “B” E DO CARTÃO CRÉDITO CORPORATIVO PELA UJ.....	89
5.5.1.5.	PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	89
5.5.1.6.	ANÁLISE CRÍTICA	90
5.6.	RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ	90
6.	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS.....	91
6.1.	COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS	91
6.1.1.	DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	91
6.1.1.1.	SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	92
6.1.2.	QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO.....	93

6.1.2.1. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE	94
6.1.2.2. QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE.....	94
6.1.3. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	95
6.1.4. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS	97
6.1.5. ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS.....	97
6.1.6. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS.....	97
6.1.7. INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO.....	97
6.1.7.1. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC	97
6.1.7.2. ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO	97
6.1.7.3. INFORMAÇÕES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) SOBRE OS ATOS	97
6.1.8. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS.....	98
6.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	98
6.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO	98
6.2.2. INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	98
6.2.3. AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS	98
6.2.4. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA.....	99
6.2.5. INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO.....	102
6.2.6. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	102
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO.....	103
7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	103
7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	105
7.2.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	105
7.2.2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS.....	105
7.2.3. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ	106
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	116
8.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI).....	116
8.2. ANÁLISE CRÍTICA	117
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	119
9.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	119
9.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	122
10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	123
10.1. DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	123
10.1.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	123

10.1.2.DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO	130
10.1.3.RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO	131
10.1.4.RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO.....	132
10.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	132
10.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	133
10.3.1.SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93	133
10.4. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV	133
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	134
11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	134
11.1.1.DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	134
11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	134
11.2.1.DECLARAÇÃO PLENA	134
11.2.2.DECLARAÇÃO COM RESSALVA	134
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	134
12.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ	134
PARTE B DO ANEXO ii DA DN 119/2012	135
1- AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, CONTEMPLANDO:	135
2- INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO TERMO DE PARCERIA, CONTEMPLANDO, ENTRE OUTROS, A FORMA DE ESCOLHA DO PARCEIRO, A EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E OS RESULTADOS DA PARCERIA.	135
ANEXO A	136
ANEXO B	137
ANEXO C	138
ANEXO D	139

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

AIAB - Associação das Indústrias Aeroespaciais do Brasil

ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

C&T - Ciência e Tecnologia

CJU - Consultoria Jurídica da União

CLA - Centro de Lançamento de Alcântara

CLBI - Centro de Lançamento da Barreira do Inferno

COMAER - Comando da Aeronáutica

COMGAR - Comando Geral do Ar

COMGAP – Comando Geral de Apoio

COMGEP - Comando Geral de Pessoal

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

COPAC - Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate

CPORAER-SJ - Centro de Preparação de Oficiais da Reserva de São José dos Campos

C.T&I - Ciência, Tecnologia e Inovação

DCA - Diretriz do Comando da Aeronáutica

DCO - Divisão de Controle Orçamentário

DCTA - Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial

DIRAP - Diretoria de Administração Pessoal

EMAER - Estado-Maior da Aeronáutica

FAB - Força Aérea Brasileira

FAPESP - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

FCMF - Fundação Casimiro Montenegro Filho

FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos

FUNCATE - Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais

FUNDEP - Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa

GAP-BR - Grupamento de Apoio de Brasília

GIA-SJ - Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos

GUARNAE-SJ - Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos

ICA - Instrução do Comando da Aeronáutica

ICT - Instituto Científico tecnológico

INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia

INFRAERO - Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária

IPEV - Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo

IAE - Instituto de Aeronáutica e Espaço

IEAV - Instituto de Estudos Avançados

IFI - Instituto de Fomento e Coordenação Industrial

ITA - Instituto Tecnológico de Aeronáutica

LOA - Lei Orçamentária Anual

MAER - Ministério da Aeronáutica

MCTI - Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

NA - Não Aplicável

ODS - Órgão de Direção Setorial

OM - Organização Militar

OMS - Organização Militar Subordinada

PASJ - Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos

PAG - Processo Administrativo de Gestão

PCA - Plano do Comando da Aeronáutica

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento

P,D&I - Pesquisa, Defesa e Inovação

PLOA - Projeto de Lei Orçamentária Anual

PNR - Próprios Nacionais Residenciais

PNAE - Programa Nacional de Atividades Espaciais

PPA - Plano Plurianual

RECABI - Representação do Comando da Aeronáutica do Brasil na Itália

RNP - Rede Nacional de Ensino e Pesquisa

SEFA - Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica

SDA - Subdepartamento de Administração

SDPP - Subdiretoria de Pagamento de Pessoal

SDT - Subdepartamento Técnico

SILOMS - Sistema Integrado de Logística, Material e Serviços

SISPAT - Sistema Integrado de Administração de Patrimônio

UG - Unidade Gestora

UGE - Unidade Gestora Executora

UJ - Unidade Jurisdicionada

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS, DECLARAÇÕES, ETC.

Quadro I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado	16
Quadro II - Macroprocessos Finalísticos e de Apoio e Parceiros (Internos e Externos) do DCTA...	29
Quadro III - Execução Física do Projeto H-XBR	37
Quadro IV - Execução Física do Projeto AM-X	37
Quadro V - Execução Física do Projeto F-5BR	37
Quadro VI - Execução Física do Projeto VANT FAB	37
Quadro VII - Execução Física do Projeto A-DARTER	38
Quadro VIII - Execução Física do Projeto – E-99M.....	38
Quadro IX - Execução Física do Projeto LINK BR2.....	38
Quadro X - Execução Física do Projeto MAR-1.....	38
Quadro XI - Execução Física do Projeto P -3BR.....	39
Quadro XII - Execução Física do Projeto TAPP.....	39
Quadro XIII – Dificuldades das Atividades-fim	41
Quadro XIV – Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC)	45
Quadro XV – Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC)	46
Quadro XVI - Indicador de Desempenho: Indicador Estratégico da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG).....	47
Quadro XVII - Indicador de Desempenho: Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Órgãos Superiores (EAF-OS)	49
Quadro XVIII - Indicador de Desempenho: Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF-AI)	50
Quadro XIX - Indicador de Desempenho: Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF-AI)	51
Quadro XX - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ	53
Quadro XXI - Objetivo de Programa Temático 0463 de responsabilidade do DCTA	56
Quadro XXII - Iniciativa de Programa Temático 01HR de responsabilidade do DCTA	57
Quadro XXIII - Iniciativa de Programa Temático 01HZ de responsabilidade do DCTA	57
Quadro XXIV - Iniciativa de Programa Temático 01I0 de responsabilidade do DCTA	58
Quadro XXV - Iniciativa de Programa Temático 01IB de responsabilidade do DCTA.....	58
Quadro XXVI - Ação 4422 vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA.....	59
Quadro XXVII - Ação 4424 vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA	60
Quadro XXVIII - Ação 2595 vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA	60
Quadro XXIX - Ação 2507 vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA.....	61
Quadro XXX - Ação 2685 vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA.....	61
Quadro XXXI - Ação 123B vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA	62
Quadro XXXII - Ação 20XB vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA.....	63
Quadro XXXIII - PO 0001 – antiga Ação 2884.....	64
Quadro XXXIV - PO 0002 – antiga Ação 2899	64
Quadro XXXV - PO 0003 – antiga Ação 4348.....	65
Quadro XXXVI - PO 0005 – antiga Ação 5408	65
Quadro XXXVII - PO 0006 – antiga Ação 4404	66
Quadro XXXVIII - Ação 20IH vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA.....	66
Quadro XXXIX - Ação 8969 vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA.....	68
Quadro XL - Ação 123J vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA.....	68

Quadro XLI - Ação 0A07 vinculada a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de responsabilidade do DCTA	70
Quadro XLII - Identificação das Unidades Orçamentárias do DCTA	70
Quadro XLIII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	72
Quadro XLIV - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação.....	77
Quadro XLV - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação	78
Quadro XLVI - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	80
Quadro XLVII - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.....	81
Quadro XLVIII - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	83
Quadro XLIX - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes.....	85
Quadro L - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse.	86
Quadro LI - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse	87
Quadro LII - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF).....	88
Quadro LIII – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador	88
Quadro LIV - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	89
Quadro LV – Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF).....	89
Quadro LVI - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12.....	91
Quadro LVII - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12.....	92
Quadro LVIII - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)	93
Quadro LIX - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12	94
Quadro LX - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12	94
Quadro LXI - Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores (Valores em R\$)	95
Quadro LXII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	99
Quadro LXIII - Composição do Quadro de Estagiários.....	102
Quadro LXIV – Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ	103
Quadro LXV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União	105
Quadro LXVI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do GIA-SJ.....	106
Quadro LXVII – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada	116
Quadro LXVIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	119
Quadro LXIX - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	122
Quadro LXX - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício	123
Quadro LXXI - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	130
Quadro LXXII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI.....	131
Quadro LXXIII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR.....	133

Figura 1 - Mapa Estratégico do DCTA	22
Figura 2 –Organograma do DCTA.....	23
Figura 3 - Diagrama de Insumo e Produto	34
Figura 4 – Diagrama de Insumo-Produto do DCTA	36
Figura 5 – Avaliação Institucional para efeito da Portaria interministerial nº 428	52

INTRODUÇÃO

O presente relatório demonstra à sociedade brasileira e aos dirigentes máximos a gestão do ano de 2012 da Organização Militar cuja missão é ampliar o conhecimento e desenvolver soluções científico-tecnológicas para fortalecer o Poder Aeroespacial, contribuindo para a soberania nacional e para o progresso da sociedade brasileira, por meio de ensino, pesquisa, desenvolvimento, inovação e serviços técnicos especializados no campo aeroespacial.

Dentro do Ministério da Defesa, no Comando da Aeronáutica, o DCTA é uma organização atípica que procura ser e estar à frente do seu tempo a fim de atender às necessidades do Brasil em matéria de defesa e tecnologia aeroespacial.

O relatório inicia-se com a identificação do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA (unidade consolidadora), suas UGE (CLA, CLBI, e GIA-SJ), e a UG - COPAC, (cuja UGE é o GAP BR), e suas unidades subordinadas. Segue com o planejamento estratégico, plano de metas e ações, indicadores gerenciais, avaliação do funcionamento dos controles de gestão, programas e execução da despesa orçamentária e financeira, gestão de pessoas, gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, avaliação da gestão de tecnologia da informação e do conhecimento, avaliação da gestão ambiental e licitações sustentáveis, deliberações do TCU e do Órgão de Controle Interno - exercício 2012 e avaliação sobre o andamento de projetos e programas financiados com recursos externos.

As informações dos itens 3.2 e 3.3 - Sistema de Correição Civil, item 6.1.4 - Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas; 6.1.7 - Informações sobre Atos de Pessoal sujeitos à Registros e Comunicação serão fornecidas no relatório do COMGEP e as informações do Tópico 11 - Informações Contábeis serão fornecidas no relatório da SEFA.

Não se aplicaram à natureza jurídica do DCTA as Renúncias Tributárias sob sua Gestão e Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para a realização de Concursos Públicos para a substituição de Terceirizados.

O DCTA não possui Programa, dentro da nova Estrutura Programática do PPA 2012-2015, sob sua responsabilidade.

Não foi responsável pela programação orçamentária/2012, não executou despesas utilizando créditos de “caráter sigiloso”, créditos originários dele próprio e não executou despesas de suprimentos de fundos - Conta - Tipo B - durante o ano de 2012.

Não ocorreram reconhecimentos de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra em 2012.

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DA GESTÃO NO EXERCÍCIO

As principais realizações do DCTA e OM subordinadas no ano de 2012 são:

- Obtenção de autorização para realização de concursos públicos para 254 vagas e a criação de 1023 novos cargos;
- Capacitação de servidores civis e militares;
- Manutenção de instalações prediais;
- Realização de serviços de manutenção nos sistemas: de rastreamento, de integração, de lançamento, de comando, de controle, de segurança, e de apoio logístico no Centro de Lançamento da Barreira do Inferno;
- Realização das Operações: Operação FALCÃO I, Operação ÁGUIA I, Operação SALINA, Operação FALCÃO IV, V e VI, Operação IGUAÍBA no Centro de Lançamento de Alcântara;
- Lançamento de 463 veículos de sondagem no Centro de Lançamento de Alcântara;
- Formação de 107 engenheiros no ITA;
- Formação de 56 doutores, 109 mestres acadêmicos e 86 mestres profissionais;
- Formação e Declaração de 120 Aspirantes-a-Oficial da Reserva da Aeronáutica de 2ª classe;
- Realização de Ensaio de Separação dos 1º e 2º Estágios do VLS-1 (Veículo Lançador de Satélite) pelo IAE;
- Realização de duas campanhas de ensaios do Projeto DPA-VANT (Veículo Aéreo Não-Tripulado), ambas executadas na pista do aeroporto de São José dos Campos;
- Conclusão do estudo da detonação pulsada por técnicas de diagnóstico, realizado como parte de projeto com financiamento da FAPESP;
- Realização de testes da turbina aeronáutica para aplicação da espectroscopia de emissão em escoamentos super/hipersônicos;
- Construção do sistema de controle da terceira turbina de Tesla;
- Homologação de depósito de patente: “Processo para fabricação de monitor e corrente de elétrons não interceptante”;
- Realização do IV *WERICE AEROESPACIAL* 2012, de 29-31 de outubro, no Memorial Aeroespacial Brasileiro – MAB. (IV *Workshop* sobre os efeitos da radiação ionizante em componentes eletrônicos e fotônicos de uso aeroespacial);
- Solicitação de registro de patente: “Acelerômetro Angular e Linear Opto-Mecânico Baseado em Grades de *Bragg* em Fibras Ópticas”;
- Solicitação de registro de patente: “Processo de Texturização a Laser para a Preparação de Superfície de Trabalho de Ferramentas de Conformação”;
- Solicitação de registro de patente: “Processo de Obtenção de Carbono Vítreo a Partir do Pó de Resina Parcialmente Carbonizada”;
- Entrega da 7ª Construção do PMA II, compreendendo funcionalidades de uso geral que atendam a todas as aviações da FAB e funcionalidades específicas para o 2º/6º GAV;
- Entrega da versão INT 2.1 para Centro de Guerra Eletrônica da Marinha (CGEM);
- Especificação de outras plataformas VANTs e estação de solo;
- Apresentações sobre a Política de *Offset* da FAB em duas conferências internacionais, sendo uma na França e outra na Turquia;
- Atuação no projeto SICAC (Sistema Integrado de Certificação Aeronáutica Colombiano), assessorando a EMBRAER e a FAC na implementação de um sistema integrado de certificação aeronáutica, por meio de uma visita técnica e de um relatório diagnóstico;
- Certificação da modernização do sistema de entretenimento da Aeronave Presidencial A319-133 (VC-1), com a emissão do Certificado Suplementar de Tipo; e
- Realização do XXII Curso de Ensaio em Voo (Modalidades Asa Rotativa e Técnico Instrumentador), do XXIV Curso de Preparação para Recebimento de Aeronaves (Modalidade Asas Rotativas) e o VI Simpósio de Segurança de Voo.

PRINCIPAIS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELA UJ PARA A REALIZAÇÃO DOS OBJETIVOS TRACADOS PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

As dificuldades encontradas no ano de 2012 foram:

- Acentuada demora na análise e emissão de pareceres jurídicos pela CJU-SJC, referentes aos diversos processos licitatórios realizados por esta UJ, em virtude de vários desses pareceres serem emitidos fora dos prazos regulamentares ou serem devolvidos sem que tenha ocorrido a emissão do competente parecer, sem motivo que o justificasse. Isso comprometeu a execução de várias licitações em prazos tempestivos, ocasionando, inclusive, a devolução de recursos orçamentários, por impossibilidade de sua execução, devido à inexistência de parecer jurídico para se concluir o processo licitatório;

- Frequentes replanejamentos das atividades, devido aos constantes cortes no orçamento, limitando os gastos para despesas com diárias e passagens e investimento em infraestrutura, bem como a redução de recursos humanos nos últimos anos, causada pela não realização de concursos públicos para a reposição do quadro de servidores; e

- O Instituto de Fomento industrial - IFI é uma Unidade do DCTA que mais se destaca na falta de Recursos Humanos que não é suficiente para o atendimento da demanda, em especial nas áreas de *Offset*, fomento industrial, proteção à propriedade intelectual, Certificação de Produtos Aeronáuticos, Espaciais e de Defesa e de Certificação de Sistemas de Gestão. Esse óbice culminou no descredenciamento do IFI para certificações na NBR 15100:2010, em descontinuidades e atrasos em certificação de Projetos Aeronáuticos, Espaciais e de Defesa, em atrasos nos relatórios de reconhecimento de créditos de offset, em redução de duas para uma lista anual de empresas beneficiadas pelo acordo ICMS e em severa redução da atividade do NIT – Núcleo de Inovação Tecnológica. O IFI encontra-se em Situação de Alerta. Ao longo dos anos, vem perdendo recursos humanos por motivo de transferência, exoneração e falecimento. As solicitações para reposição são periodicamente encaminhadas aos órgãos superiores, entretanto o cenário de desmobilização e a falta de capacitação não se alteram de forma eficaz.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

Seguem abaixo os elementos identificadores completos da UJ consolidadora DCTA e os elementos identificadores resumidos das UJ consolidadas (CLA, CLBI, COPAC e GIA-SJ), bem como as normas relacionadas à constituição e gestão dessas unidades, incluindo orientações, publicações e manuais publicados, e as unidades gestoras e gestões que realizaram despesas nas ações vinculadas às UJ.

Quadro I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

Poder e Órgão de Vinculação				
Poder: Executivo				
Órgão de Vinculação: Ministério da Defesa			Código SIORG: 41066/48	
Identificação da Unidade Jurisdicionada Consolidadora				
Denominação Completa: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial				
Denominação Abreviada: DCTA				
Código SIORG: 53		Código LOA: Não se aplica		Código SIAFI: 120110
Situação: ativa				
Natureza Jurídica: Órgão Público			CNPJ: 00.394.429/0044-40	
Principal Atividade: DEFESA			Código CNAE: 8422-1/00	
Telefones/Fax de contato:		(012) 3947-6690	(012) 3941-3700	(012) 3947-6677
Endereço Eletrônico: cta@cta.br				
Página na Internet: www.cta.br				
Endereço Postal: Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1941, Parque Martim Cererê, Cep 12.227-000, São José dos Campos, São Paulo				
Identificação das Unidades Jurisdicionadas Consolidadas				
Nome	CNPJ	Código SIAFI	Situação	Código SIORG
Centro de Lançamento de Alcântara	00.394.429/0124-60	120013	ativa	002724
Centro de Lançamento da Barreira do Inferno	00.394.429/0098-33	120015	ativa	001022
Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate	00.394.429/0134-31	120108	ativa	009181
Grupamento de Infraestrutura a Apoio de SJC	00.394.429/0164-57	120016	ativa	009254

Normas Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas
<p>CLA</p> <p>- Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, publicado no DOU1 nº 82, de 4 de maio de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.809, de 20 de setembro de 2012, publicado no DOU1 nº 184, de 21 de setembro de 2012.</p> <p>CLBI</p> <p>- Portaria nº S-139/GM3, de 12 de outubro de 1965. (criação). - Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, publicado no DOU1 nº 82, de 4 de maio de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.809, de 20 de setembro de 2012, publicado no DOU1 nº 184, de 21 de setembro de 2012.</p> <p>COPAC</p> <p>- Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, publicado no DOU1 nº 82, de 4 de maio de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.809, de 20 de setembro de 2012, publicado no DOU1 nº 184, de 21 de setembro de 2012. - Portaria nº 652/GC3, de 7 de julho de 2009, publicada no DOU1 nº 128, de 8 de julho de 2009. (ativação).</p> <p>GIA-SJ</p> <p>- Portaria nº 79/GC3, de 7 de fevereiro de 2007, publicada no DOU1 nº 28, de 8 de fevereiro de 2007. (ativação). - Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, publicado no DOU1 nº 82, de 4 de maio de 2009, alterado pelo Decreto nº 7.809, de 20 de setembro de 2012, publicado no DOU1 nº 184, de 21 de setembro de 2012.</p>
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas
<p>CLA</p> <p>- RICA 20-36 “Regimento Interno do Comando da Aeronáutica”, aprovado pela Portaria 1.049/GC3, de 11 de novembro de 2009, publicada no DOU1 nº 217, de 13 de novembro de 2009, e no BCA nº 217, de 23 de novembro de 2009. - ROCA 21-8 “Regulamento de Centro de Lançamento”, aprovado pela Portaria nº 1.126/GC3, de 7 de dezembro de 2009, publicada no BCA nº 233, de 15 de dezembro de 2009. - RICA 21-91 “Regimento Interno do Centro de Lançamento de Alcântara”, aprovado pela Portaria DCTA nº R-49/CLA, de 15 de junho de 2010, publicada no BCA Reservado nº 17, de 30 de junho de 2010. - ROCA 21-51 “Regulamento de Prefeituras de Aeronáutica”, aprovado pela Portaria nº 1.269/GC3, de 3 de novembro de 2005, publicada no BCA nº 209, de 8 de novembro de 2005. - RICA 21-123 “Regimento Interno da Prefeitura de Aeronáutica de Alcântara (PAAK)”, aprovado pela Portaria DCTA nº 31/DNO, de 4 de abril de 2011, publicada no BCA nº 70, de 12 de abril de 2011.</p> <p>CLBI</p> <p>- RICA 20-36 “Regimento Interno do Comando da Aeronáutica”, aprovado pela Portaria 1.049/GC3, de 11 de novembro de 2009, publicada no DOU1 nº 217, de 13 de novembro de 2009, e no BCA nº 217, de 23 de novembro de 2009. - ROCA 21-8 “Regulamento de Centro de Lançamento”, aprovado pela Portaria nº 1.126/GC3, de 7 de dezembro de 2009, publicada no BCA nº 233, de 15 de dezembro de 2009. - RICA 21-189 “Regimento Interno do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno”, aprovado pela Portaria DCTA nº R-41/CLBI, de 25 de maio de 2010, publicada no Boletim Reservado do Comando da Aeronáutica nº 15, de 15 de junho de 2010.</p> <p>COPAC</p> <p>- RICA 20-36 “Regimento Interno do Comando da Aeronáutica”, aprovado pela Portaria 1.049/GC3, de 11 de novembro de 2009, publicada no DOU1 nº 217, de 13 de novembro de 2009, e no BCA nº 217, de 23 de novembro de 2009.</p>

Continuação do Quadro I - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Consolidado

- ROCA 21-65 “Regulamento da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate”, aprovado pela Portaria nº 264/GC3, de 28 de abril de 2010, publicada no BCA nº 83, de 5 de maio de 2010.
- RICA 21-235 “Regimento Interno da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate”, aprovado pela Portaria DCTA nº 98/COPAC, de 13 de outubro de 2010, publicada no BCA nº 194, de 18 de outubro de 2010.

GIA-SJ

- RICA 20-36 “Regimento Interno do Comando da Aeronáutica”, aprovado pela Portaria 1.049/GC3, de 11 de novembro de 2009, publicado no DOU1 nº 217, de 13 de novembro de 2009, e no BCA nº 217, de 23 de novembro de 2009.
- ROCA 21-72 “Regulamento do Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos”, aprovado pela Portaria nº 1.128/GC3, de 7 de dezembro de 2009, publicado no BCA nº 233, de 15 de dezembro de 2009.
- RICA 21-214 “Regimento Interno do Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos”, aprovado pela Portaria DCTA nº R-78/GIA-SJ, de 13 de setembro de 2010, publicado no BCA Reservado nº 27, de 30 de setembro de 2010.

Manuais e publicações relacionadas à atividades da Unidade Jurisdicionada

CLA

- ICA 19-116 “Programa de Trabalho do Centro de Lançamento de Alcântara”, aprovado pela Portaria DCTA nº 110/DPL, de 20 de junho de 2012 publicada no BCA nº 122, de 27 de junho de 2012.

CLBI

- ICA 19-115 “Programa de Trabalho do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno”, aprovada pela Portaria DCTA nº 141-T/DPL, de 1º de agosto de 2012, publicada no BCA nº 151, de 8 de agosto de 2012.

COPAC

- ICA 19-136 “Programa de Trabalho da Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate”, aprovado pela Portaria DCTA nº R-93-T/DPL, de 1º de novembro de 2012, publicada no BCA Reservado nº 26, de 14 de novembro de 2012.

GIA-SJ

- ICA 19-114 “Programa de Trabalho do Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos”, aprovada pela Portaria DCTA nº 98/DPL, de 4 de junho de 2012, publicada no BCA nº 114, de 15 de junho de 2012.

Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas Consolidadora e Consolidadas	
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
120110	DCTA
120013	CLA
120015	CLBI
120016	GIA-SJ
120108	COPAC
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas	
Código SIAFI	Nome
00001	Tesouro Nacional
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
120110	00001
120013	
120015	
120016	
120108	

1.2. FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

Desde a sua criação, em 1941, o Comando da Aeronáutica tem prioritariamente dado suporte às atividades de ensino, pesquisa e desenvolvimento no campo aeroespacial.

Ao final da segunda Guerra Mundial, ficou evidente que o País deveria estimular a formação de profissionais capazes de apoiar as suas atividades aeronáuticas, bem como propiciar a implantação de uma indústria própria e incubar um Parque Industrial, quando houvesse produtos com potencial de comercialização. Assim, em 1953, sob a inspiração do então Coronel Casemiro Montenegro Filho, nasceu o Centro Tecnológico de Aeronáutica, em São José dos Campos, inicialmente constituído por dois Institutos coordenados e tecnicamente autônomos: um para o ensino técnico superior, o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) e outro para pesquisa e cooperação com a indústria de construção aeronáutica, com a aviação militar e com a aviação comercial: o Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento (IPD).

Com o tempo, o Centro Tecnológico expandiu sua atuação, vindo a realizar atividades técnico-científicas relacionadas com a pesquisa e o desenvolvimento dos mais diferentes campos da tecnologia aeroespacial, incorporando novos institutos e passando a se chamar Centro Técnico Aeroespacial. Mas o crescimento da atividade de pesquisa e desenvolvimento estimulou a Aeronáutica a criar um órgão de alto nível que estabelecesse e coordenasse a política desse setor.

Denominado inicialmente como Comando-Geral de Pesquisas e Desenvolvimento, o órgão teve como sede inicial o Campo de Marte, na cidade de São Paulo. Pouco tempo depois, passou a chamar-se Departamento de Pesquisas e Desenvolvimento (DEPED), com sede em Brasília.

Em 30 de dezembro de 2005, o setor de Ciência e Tecnologia do COMAER foi reestruturado por meio do Decreto nº 5.657, pelo qual o então DEPED deu lugar ao Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, cuja finalidade foi definida como a consecução dos objetivos da Política Aeronáutica Nacional para os setores da Ciência, da Tecnologia e da Indústria, bem como a contribuição para a formulação e condução da Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), tendo sua sede fixada em São José dos Campos – SP.

Em 30 de abril de 2009, o Decreto nº 6.834, a fim de homogeneizar a designação dos Órgãos de Direção Setorial do COMAER, altera o nome do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial para o atual Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

Uma característica do DCTA é que no seu Quadro de Pessoal o efetivo de civis é maior que o efetivo militar e majoritariamente composto por servidores das carreiras de C&T.

E isto se repete nas suas Organizações Militares (OM) subordinadas voltadas ao Ensino e Pesquisa (Instituto Tecnológico de Aeronáutica - ITA), à Pesquisa e Desenvolvimento (Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE e Instituto de Estudos Avançados - IEAV), ao Apoio (Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José Dos Campos - GIA-SJ e Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos – PASJ), nos Centros de Lançamento (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA e Centro de Lançamento da Barreira do Inferno - CLBI) e, ainda, em uma OM voltada aos Serviços Tecnológicos Especializados (Instituto de Fomento e Coordenação Industrial – IFI). Nas demais OM isto não acontece; são OM majoritariamente constituídas por militares o Instituto de Pesquisas e Ensaios Em Voo - IPEV (Pesquisa e Serviços Tecnológicos Especializados), a Comissão Coordenadora do Programa Aeronave de Combate - COPAC (Serviços Tecnológicos Especializados) e o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos - CPORAER-SJ (Formação Militar).

Como órgão de CT&I, o DCTA e suas OM subordinadas devem seguir as diretrizes do Comando da Aeronáutica sobre este assunto, as quais podem ser encontradas nos seguintes documentos: Missão da Aeronáutica (ICA 11-1), Política Militar Aeronáutica (DCA 14-5), Plano Estratégico Militar da Aeronáutica (PCA 11-47) e Estratégica Militar da Aeronáutica (DCA 15-1).

Alinhado às diretrizes superiores, prevalece em tais documentos o pensamento de que somente a independência tecnológica pode sustentar o exercício continuado da soberania da nação brasileira, de onde urge fomentar o Parque Industrial Aeroespacial de modo a gerar capacidade autônoma sustentada de defesa.

A nova sistemática de planejamento do COMAER — iniciada em fevereiro de 2008 com a reedição de seus três documentos base, DCA 14-5, PCA 11-47 e DCA 15-1— apregoa não só a redução do número de documentos, mas também o alinhamento e integração dos novos aos já existentes. Seguindo neste sentido, a Política da Aeronáutica para Pesquisa e Desenvolvimento (DCA 14-2) e a Política da Aeronáutica para o Desenvolvimento da Indústria Aeroespacial (DCA 14-3) foram apreciadas e uma Política de Ciência, Tecnologia e Inovação (C,T&I) foi proposta para o COMAER.

Isto ocorreu considerando-se a incorporação das Políticas em apreciação com os requisitos da Lei de Inovação em um único documento, que trate da Política de Ciência, Tecnologia e Inovação, atendendo à nova sistemática de planejamento e alinhando-se às ações da comunidade acadêmico-científica, no que se refere ao uso do trinômio C,T&I.

As orientações que vierem a constar da Política de C,T&I deverão ser observadas por todos os Comandos e OM que integram a Aeronáutica, em especial pelo DCTA, considerado — conforme Portaria n° 72/GC6 do COMAER, de 1° de fevereiro de 2007 — como a Instituição Científica e Tecnológica do COMAER.

Também por imposição legal, conforme expresso no Decreto n° 1.953, de 10 de julho de 1996, o Comando da Aeronáutica participa do Sistema Nacional de Desenvolvimento de Atividades Espaciais (SINDAE).

Em decorrência e conforme o Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), espera-se que o DCTA contribua com o setor espacial. “A meta é industrializar e comercializar pequenos satélites, lançados por veículos de nossa lavra.” (PNAE, 2013, p 12). A participação do DCTA, em especial de seus Centros de Lançamento, CLA e CLBI, e do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE) é elencada visando atender ao principal desafio de longo prazo do PNAE: conquistar clientes para os serviços e sistemas espaciais completos saídos das cadeias produtivas nacionais.

Especificamente, o DCTA é envolvido quando se trata de lançamentos sub-orbitais e de se aproveitar com maior eficácia a sua infraestrutura e a sua competência técnica disponível para agregar valor e qualidade aos desenvolvimentos privados, mas principalmente quando se trata de se desenvolver e dominar autonomamente tecnologias de alto interesse estratégico, em estreita parceria com indústrias e universidades, inclusive de outros países.

Consta no PNAE a participação do DCTA nos projetos de Veículos Lançadores de Satélites (VLS-1, VLS-ALFA e VLS-BETA) e em projetos de experimentos em micro-gravidade (lançamentos anuais do Foguete VSB-30 e desenvolvimento de plataforma sub-orbital).

É, ainda, responsabilidade do DCTA elaborar, aprovar e divulgar as normas técnicas para o setor espacial, bem como promover a transferência das tecnologias geradas em suas Organizações para o sistema industrial.

No âmbito do DCTA as ações são alinhadas às diretrizes superiores, principalmente por meio de diretrizes, planos e programas, conforme a Sistemática de Planejamento da Aeronáutica (SISPLAER). O Planejamento Estratégico de Pesquisa e Desenvolvimento - PEPD - para o horizonte 2008-2018 (DCA 80-2) encontra-se em fase de atualização. O Plano Setorial do DCTA (PCA 11-53) origina-se do Plano Estratégico Militar da Aeronáutica, conduzido pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER), e é reeditado anualmente, sendo que, em dezembro de 2012, entrou em vigor o plano referente ao quadriênio 2013-2016. As OM subordinadas desdobram o planejado no Plano Setorial do DCTA em seus Programas de Trabalho, também reeditados anualmente.

Mapa Estratégico do DCTA

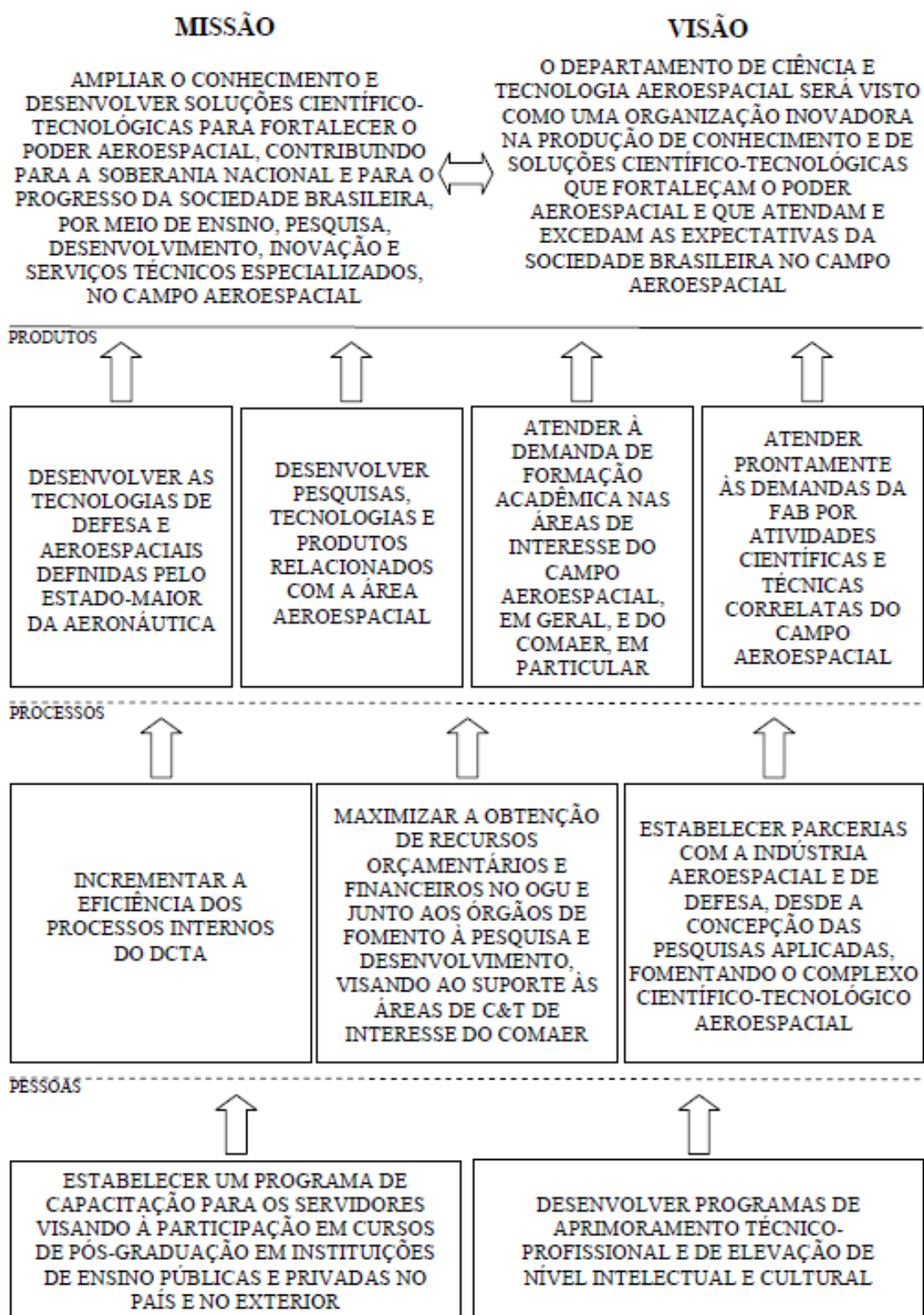
O Mapa Estratégico, apresentado na Figura 1, permite melhor compreensão dos desafios do DCTA no cumprimento de sua Missão e na busca de sua Visão, pois representa graficamente seus Objetivos Estratégicos, conectados por meio de relação de causa e efeito e sob três perspectivas: Pessoas, Processos e Produtos.

Ao considerar as Pessoas, os Objetivos Estratégicos voltam-se para o desenvolvimento dos recursos humanos e a ampliação do conhecimento, de forma a reter e aumentar a competência do DCTA.

Do ponto de vista dos Processos, os Objetivos Estratégicos, visando possibilitar a utilização da competência adquirida na perspectiva Pessoas em ações da perspectiva Produtos, privilegiam os processos internos, os recursos orçamentários e financeiros e o fomento aeroespacial.

E na perspectiva Produtos, os Objetivos Estratégicos consolidam os esforços anteriores na busca de resultados que contribuam para o cumprimento da missão do DCTA e para o alcance de sua visão institucional, gerando produtos para atendimento das necessidades da Defesa Nacional e da sociedade brasileira.

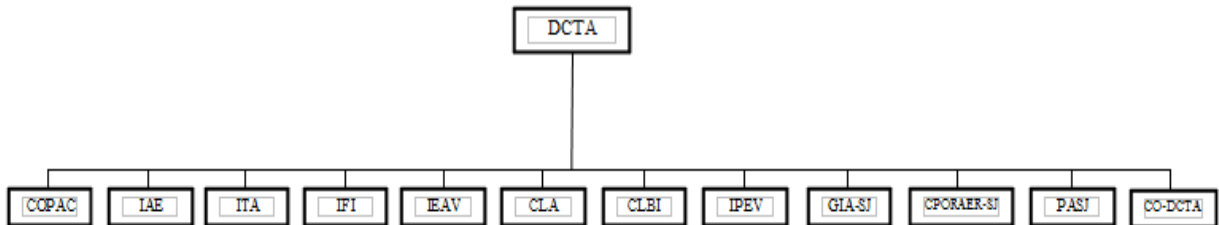
Figura 1 - Mapa Estratégico do DCTA



Fonte: Plano Setorial do DCTA, 2012, p. 31

1.3. ORGANOGRAMA FUNCIONAL

Figura 2 –Organograma do DCTA



DCTA

Finalidade da OM:

O Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), tem por finalidade planejar, gerenciar, realizar e controlar as atividades relacionadas com a ciência, tecnologia e inovação, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Competência da OM:

I - dirigir, organizar, planejar, coordenar, controlar e fiscalizar as atividades científicas, tecnológicas, de certificação, de fomento industrial, de metrologia, de propriedade intelectual, de transferência de tecnologia e de compensação comercial, industrial e tecnológica (offset), relacionadas com os setores aeronáutico e espacial de interesse do COMAER;

II - supervisionar a formação de profissionais de nível superior, nas especializações de interesse do campo aeroespacial, em geral, e do COMAER, em particular;

III - propor alterações nas políticas do Comando da Aeronáutica voltadas para a área de ciência, tecnologia e inovação e na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE);

IV - supervisionar a execução de atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico, para fins de pagamento de royalties, fazendo a definição das novas instituições científicas e tecnológicas (ICT) no COMAER;

V - estabelecer a ligação com os órgãos externos ao COMAER para o trato dos assuntos relativos a sua área de atuação;

VI - gerenciar os programas de aquisição, modernização e desenvolvimento de sistemas e materiais aeronáuticos e bélicos afetos ao DCTA; e

VII - executar as atribuições referentes ao Órgão Central do Sistema de Metrologia Aeroespacial (SISMETRA) e do Sistema de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Aeroespacial (SDCTAer), de acordo com legislação específica.

COPAC

Finalidade da OM:

A Comissão Coordenadora do Programa da Aeronave de Combate (COPAC), Organização do Comando da Aeronáutica prevista pelo Decreto no 6.834, de 30 de abril de 2009, tem por finalidade coordenar os trabalhos relativos ao desenvolvimento e aquisição de aeronaves de combate e sistemas relacionados para o Comando da Aeronáutica (COMAER), bem como coordenar, com os Órgãos de Direção Setorial, as ações necessárias à implantação dessas aeronaves e sistemas.

Competência da OM:

I - coordenar os projetos de aquisição, de desenvolvimento e de modernização de aeronaves de combate, bem como de sistemas relacionados;

II - coordenar, com os Órgãos de Direção Setorial da Aeronáutica e da Administração Direta Federal, em consonância com o EMAER, as ações necessárias à implantação dessas aeronaves e sistemas;

III - cumprir as diretrizes da Aeronáutica para as atividades de compensação comercial, industrial e tecnológica;

IV - contribuir, quando pertinente, com as atividades de mobilização industrial;

V - indicar a criação dos Grupos de Acompanhamento e Controle (GAC), supervisionar e acompanhar as suas atividades, bem como da Representação do Comando da Aeronáutica do Brasil na Itália (RECABI); e

VI - coordenar a gestão do conhecimento dos processos de administração financeira e contratual e de gerenciamento de projetos, com a finalidade da aquisição, do desenvolvimento e da modernização de aeronaves de combate e de sistemas relacionados.

IAE

Finalidade da OM:

O Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), especializada no campo da Ciência e Tecnologia, prevista pelo Decreto no 6.834, de 30 de abril de 2009, tem por finalidade realizar pesquisa e desenvolvimento no campo aeroespacial e de defesa.

Competência da OM:

I - fazer cumprir as diretrizes emanadas pelo Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) nas áreas de atuação do IAE;

II - atuar na pesquisa aplicada, no desenvolvimento e nos ensaios de aeronaves, veículos espaciais e artefatos bélicos, disponibilizando tecnologias críticas e serviços tecnológicos;

III - atuar em operações de lançamento de veículos aeroespaciais;

IV - celebrar contratos, convênios, acordos, termos de ajustes e outros instrumentos de interesse e do nível do IAE, ou quando especificamente autorizado; e

V - propor, estabelecer e divulgar normas, planos, programas e projetos relativos às atividades científicas e tecnológicas relacionadas com assuntos dos setores aeronáutico, espacial e de defesa no âmbito do IAE.

ITA

Finalidade da OM:

O Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA), criado pelo Decreto nº 27.695, de 16 de janeiro de 1950, definido pela Lei nº 2.165, de 05 de janeiro de 1954, e previsto pelo Decreto nº

6.834, de 30 de abril de 2009, é uma Instituição Universitária especializada no Campo do Saber Aeroespacial, sob a jurisdição do Comando da Aeronáutica (COMAER), a qual tem por finalidade promover, por meio da educação, do ensino, da pesquisa e da extensão, o progresso das ciências e das tecnologias relacionadas com o Campo Aeroespacial e a formação de profissionais de nível superior nas especializações de interesse do COMAER e do Setor Aeroespacial em geral.

Competência da OM:

I - ministrar o ensino e a educação necessários à formação de profissionais de nível superior, nas especializações de interesse do campo Aeroespacial, em geral, e do COMAER, em particular;

II - manter atividades de graduação, de pós-graduação stricto sensu, de pós-graduação lato sensu e de extensão; e

III - promover, através da educação, do ensino e da pesquisa, o progresso das ciências e das tecnologias relacionadas com as atividades aeroespaciais.

IFI

Finalidade da OM:

O Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), especializada no campo da Ciência e Tecnologia, prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tem por finalidade prestar serviços tecnológicos especializados na área aeroespacial e realizar pesquisa científica nos campos de sua atuação conforme os Planos e Programas estabelecidos pelo Diretor-Geral do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

Competência da OM:

Ao IFI compete executar as atividades de metrologia, de normalização técnica, de certificação de produtos e de sistemas de gestão da qualidade, de análise e catalogação empresarial, de assessoria em compensação comercial, de tecnológica e industrial, de mobilização industrial, de proteção da propriedade intelectual, de transferência de tecnologia e de inovação e capacitação relacionadas ao setor aeroespacial.

IEAV

Finalidade da OM:

O Instituto de Estudos Avançados (IEAV), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), especializada no campo da Ciência e Tecnologia, criada pelo Decreto nº 87.247, de 02 de junho de 1982 e prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tem por finalidade realizar pesquisa básica e aplicada, desenvolvimento de tecnologias experimentais e estudos avançados, que lhe forem atribuídos em decorrência de Planos e de Programas estabelecidos pelo Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

Competência da OM:

I - realizar pesquisa aplicada e desenvolvimento experimental em tecnologias e sistemas aeroespaciais;

II - realizar pesquisa básica para a aquisição de novos conhecimentos, com o objetivo de aplicação futura em tecnologias e sistemas aeroespaciais;

III - promover a capacitação de recursos humanos, do nível intermediário ao de pós-doutorado, por meio de orientações acadêmicas de trabalhos de formação e especialização; e

IV - prestar serviços em atividades ligadas à tecnologia industrial básica.

CLA

Finalidade da OM:

O Centro de Lançamento de Alcântara (CLA), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), criado pelo Decreto n.º 88.136, de 1º de março de 1983, tem por finalidade executar e prestar apoio às atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais e de coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, bem como executar os testes, experimentos, pesquisa básica ou aplicada e outras atividades de desenvolvimento tecnológico de interesse da Aeronáutica, relacionados com a Política da Aeronáutica para Pesquisa e Desenvolvimento e com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais.

CLBI

Finalidade da OM:

O Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), criado pela Portaria nº S-139/GM3, de 12 de outubro de 1965, tem por finalidade executar e prestar apoio às atividades de lançamento e rastreamento de engenhos aeroespaciais e de coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, bem como executar os testes, experimentos, pesquisa básica ou aplicada e outras atividades de desenvolvimento tecnológico de interesse da Aeronáutica, relacionados com a Política da Aeronáutica para Pesquisa e Desenvolvimento e com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais.

IPEV

Finalidade da OM

O Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo (IPEV), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER) especializada no campo da Ciência e Tecnologia, prevista no Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tem por finalidade prestar serviços tecnológicos especializados na área de ensaios em voo, instrumentação de aeronaves e telemetria de dados para apoio à pesquisa, desenvolvimento e certificação de produtos aeronáuticos, bem como formar pessoal especializado em ensaios em voo.

Competência da OM:

I - planejar, coordenar, executar e analisar as atividades de ensaios em voo de aeronaves, sistemas, equipamentos e armamentos;

II - pesquisar e desenvolver técnicas e meios de ensaios em voo; III - planejar, controlar e coordenar a execução de cursos e treinamentos na área de ensaios em voo e de recebimento de aeronaves;

IV - planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de suprimento e manutenção, no seu nível de competência, de acordo com as normas do Sistema de Material Aeronáutico (SISMA); e

V- planejar, coordenar, controlar e executar a atividade aérea para manutenção operacional dos tripulantes e para cumprimento das missões de transporte aéreo em apoio ao DCTA.

GIA-SJ

Finalidade da OM:

O Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos (GIA-SJ), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER) prevista pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tem por finalidade executar as atividades de saúde, de infraestrutura, de apoio administrativo e de

segurança e defesa pertinentes ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA) e, quando necessário, às demais organizações e frações do COMAER, componentes da Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos (GUARNAE-SJ).

Competência da OM:

- I - administrar o Pessoal Militar e Civil pertencente ao seu efetivo;
- II - manter cadastro e efetuar pagamento de inativos e pensionistas vinculados;
- III - executar a guarda, a segurança e o apoio de material bélico referentes ao próprio Grupamento e às organizações e frações apoiadas;
- IV - prestar apoio de infraestrutura e conservar os bens móveis e imóveis sob sua responsabilidade;
- V - exercer as atividades de finanças, provisões, licitações, registro, subsistência e comércio exterior referentes ao Grupamento e às organizações e frações apoiadas;
- VI - proporcionar assistência médica e odontológica ao pessoal do seu efetivo e das organizações e frações apoiadas;
- VII - realizar o transporte de superfície em proveito próprio e das organizações e frações apoiadas, além de outros casos previstos em legislação específica;
- VIII - prover a segurança e defesa das instalações sob sua responsabilidade, bem como o apoio inicial de contraincêndio;
- IX - providenciar a manutenção das redes telefônica, elétrica, de água tratada, esgoto e de comunicação de dados na área sob sua responsabilidade;
- X - prestar assistência social e religiosa ao pessoal do seu efetivo e das organizações e frações apoiadas; e
- XI - fornecer serviço de hospedagem, por meio dos Hotéis de Trânsito de Oficiais e de Suboficiais e Sargentos de São José dos Campos.

CPORAER-SJ

Finalidade da OM:

O Centro de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica de São José dos Campos (CPORAER-SJ), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER) criada pela Portaria n° 117, de 19 de março de 1953, e prevista pela Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto n° 6.834, de 30 de abril de 2009 tem por finalidade:

- I - formar Aspirantes-a-Oficial da Reserva da Aeronáutica, de 2ª Classe, proporcionando aos alunos do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) a prestação do Serviço Militar em nível compatível com sua formação técnico-profissional; e
- II - preparar Aspirantes-a-Oficial de Infantaria, estagiários de engenharia convocados do curso profissional do ITA, para o ingresso no Quadro de Oficiais Engenheiros da Aeronáutica, da ativa.

Competência da OM:

- I - planejar, coordenar, controlar, propor e executar os Planos e Programas de Ensino relativos ao Curso de Preparação de Oficiais da Reserva da Aeronáutica e suas Instruções Complementares;
- II - cumprir as normas relativas à segurança e defesa na área sob sua jurisdição;
- III - fornecer aos órgãos superiores os dados necessários à elaboração da Proposta Orçamentária Anual e Plurianual;
- IV - cumprir as diretrizes, normas, critérios princípios, planos e programas oriundos dos escalões superiores e dos órgãos centrais dos sistemas do COMAER;

V - promover atividades aos Oficiais e Aspirantes-a-Oficial R/2, tais como aulas expositivas, visitas, palestras e instruções militares, visando à inclusão desses militares no Quadro de Oficiais Convocados (QOCON) na especialidade de Engenharia; e

VI - promover atividades administrativas aos Oficiais Alunos matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação do ITA.

PASJ

Finalidade da OM:

A Prefeitura de Aeronáutica de São José dos Campos (PASJ), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), criada pela Portaria nº 220/GM-4, de 06 de maio de 1954 e ativada pela Portaria nº 34/GM-3, de 02 de abril de 1975, tem por finalidade executar as atividades de administração dos imóveis residenciais sob sua responsabilidade.

Competência da OM:

I - planejar, dirigir, coordenar e controlar a execução das atividades necessárias ao cumprimento de sua finalidade;

II - propor as normas e estabelecer critérios, elaborando planos e programas decorrentes, na sua área de atuação; e

III - manter estreito relacionamento com órgãos externos ao COMAER nos assuntos relativos à sua esfera de atribuições.

CO-DCTA

Finalidade da OM:

A Comissão de Obras do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (CO-DCTA), Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER), tem por finalidade planejar, gerenciar, fiscalizar e controlar as atividades relacionadas com as obras de construção das novas instalações e de reforma das instalações existentes do campus do Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), em São José dos Campos - SP, vinculadas à expansão do Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA).

Competência da OM:

I - planejar, gerenciar, fiscalizar e controlar as atividades referentes às obras vinculadas à expansão do ITA; e

II - interagir com as Organizações Militares e suas frações, pertencentes à Guarnição de Aeronáutica de São José dos Campos (GUARNAE-SJ) envolvidas com as obras vinculadas à expansão do ITA.

1.4. MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS, MACROPROCESSOS DE APOIO E PRINCIPAIS PARCEIROS

Os macroprocessos do DCTA derivam de seus Objetivos Estratégicos, estão subdivididos em Macroprocessos Finalísticos e Macroprocessos de Apoio e são apresentados no Quadro II junto as suas interações com as Organizações do DCTA e aos parceiros internos e externos.

Os principais Macroprocessos Finalísticos do DCTA são: Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial, Produção de Conhecimento no Campo Aeroespacial, Desenvolvimento Tecnológico que atenda às necessidades da Defesa Nacional e Serviços Técnicos Especializados.

Os principais Macroprocessos Finalísticos e de Apoio e Parceiros (Internos e Externos) do DCTA são:

Quadro II - Macroprocessos Finalísticos e de Apoio e Parceiros (Internos e Externos) do DCTA

MACROPROCESSOS		PROCESSOS	OM ENVOLVIDA	PARCEIROS INTERNOS	PARCEIROS EXTERNOS
FINALÍSTICOS	- Formação de Recursos Humanos para o Campo Aeroespacial	- Cursos de Graduação - Cursos de Pós-Graduação - Cursos de Extensão - Capacitação Tecnológica	CPORAER-SJ IAE IEAV IFI IPEV ITA	DIREÇÃO-GERAL GIA-SJ	EMBRAER CAPES CNPq
	- Produção de Conhecimento no Campo Aeroespacial	- Pesquisa Básica - Pesquisa Aplicada	IAE IEAV IPEV ITA	CLA CLBI DIREÇÃO-GERAL GIA-SJ	FAPESP CAPES CNPq FINEP FUNCATE FCMF FUNDEP
	- Desenvolvimento Tecnológico que atenda às necessidades da Defesa Nacional	- Gerenciamento de Projetos Tecnológicos - Administração da Carteira de Projetos	CLA CLBI IAE IEAV IPEV ITA	DIREÇÃO-GERAL GIA-SJ	EMPRESAS FILIADAS DA AIAB MD FINEP
	- Serviços Técnicos Especializados	- Ensaios em Voo - Ensaios Laboratoriais - Operações de Lançamento - Meteorologia - Garantia Governamental da Qualidade - Verificação da Qualidade - Certificação de Organização Fornecedora - Certificação - Certificação Voluntária de Sistemas da Gestão - Certificação de Produto Aeroespacial - Metrologia - Normalização; - Fomento Industrial	CLA CLBI COPAC IAE IEAV IFI IPEV ITA	DIREÇÃO-GERAL GIA-SJ	INMETRO INPI MDIC ANAC

MACROPROCESSOS		PROCESSOS	OM ENVOLVIDA	PARCEIROS INTERNOS	PARCEIROS EXTERNOS
		<ul style="list-style-type: none"> - Assessoria aos projetos de compensação comercial, industrial e tecnológica - Análise de empresas candidatas à concessão de incentivo fiscal - Proteção à Propriedade Intelectual - Transferência de Tecnologia 			
DE APOIO	Gestão Orçamentária	<ul style="list-style-type: none"> - Planejamento Orçamentário - Execução Orçamentária - Controle Orçamentário 	CLA CLBI COPAC GIA-SJ	CPORAER-SJ DIREÇÃO-GERAL IAE IEAV IFI IPEV ITA PASJ	AEB MPOG MEC MCTI MD CGU TCU
	Serviços de Apoio	<ul style="list-style-type: none"> - Assistência Médica - Assistência Odontológica - Qualidade de Vida no Trabalho - Fornecimento de Fardamento - Hotelaria - Educação Infantil - Recreação e Lazer (Cassinos) 	GIA-SJ CLBI CLA	CPORAER-SJ DIREÇÃO-GERAL IAE IEAV IFI IPEV ITA PASJ	
	Gestão do Patrimônio	<ul style="list-style-type: none"> - Conservação de Bens Móveis e Imóveis - Administração de Próprios Nacionais Residenciais 	CLA CLBI GIA-SJ PASJ	COPAC CPORAER-SJ DIREÇÃO-GERAL IAE IEAV IFI IPEV ITA	

MACROPROCESSOS		PROCESSOS	OM ENVOLVIDA	PARCEIROS INTERNOS	PARCEIROS EXTERNOS
	- Logística	- Transporte de Superfície - Infantaria	CLA CLBI GIA-SJ	COPAC CPORAER-SJ DIREÇÃO-GERAL IAE IEAV IFI IPEV ITA PASJ	
DE APOIO	- Segurança e Defesa	- Guarda, Segurança e Apoio de Material Bélico - Segurança e Defesa das Instalações - Apoio Inicial de Contra Incêndio	GIA-SJ CLA CLBI	CLA CLBI COPAC IAE IEAV IFI IPEV ITA DIREÇÃO GERAL	INFRAERO
	- Gestão da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)	- Governança Corporativa de TI - Planejamento Estratégico de TI - Política de Segurança de TI - Rede Corporativa de Comunicação de Dados - Plano Diretor de TI - Capacitação em TI - Núcleo Corporativo de TI do DCTA	DIREÇÃO-GERAL	CLA CLBI COPAC CPORAER-SJ GIA-SJ IAE IEAV IFI IPEV ITA PASJ	RNP/MCTI FAPESP

MACROPROCESSOS		PROCESSOS	OM ENVOLVIDA	PARCEIROS INTERNOS	PARCEIROS EXTERNOS
	- Gestão do Pessoal	<ul style="list-style-type: none"> - Assistência Social - Concessão de Benefícios - Subsistência - Capacitação - Administração de Pessoal Militar - Administração de Pessoal Civil 	CLA CLBI COPAC CPORAER-SJ DIREÇÃO-GERAL GIA-SJ IAE IEAV IFI IPEV ITA PASJ		DIRAP MPOG COMGEP DIRSA MCTI MD MEC TCU SEFA DIRINT
DE APOIO	- Gestão da Infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Abastecimento e fornecimento de energia elétrica - Abastecimento e fornecimento de água e canalização de esgoto - Comunicação telefônica - Acesso à rede de dados - Elaboração e gerenciamento de projetos de engenharia - Limpeza e conservação das áreas verdes e vias públicas 	CLA CLBI GIA-SJ	COPAC CPORAER-SJ DIREÇÃO-GERAL GIA-SJ IAE IEAV IFI IPEV ITA PASJ	

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES DO DCTA

O DCTA, assim como as demais organizações de C.T&I, busca gerenciar as suas ações com o apoio de indicadores gerenciais e considera especialmente o sistema desenvolvido para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), já em fase de implementação no IAE.

O Sistema de Informações Gerenciais e Tecnológicas (SIGTEC) foi desenvolvido no Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer (CTI) e destina-se a apoiar a gestão em entidades dedicadas à ciência e à tecnologia por meio do registro estruturado das informações gerenciais e tecnológicas, da interação nos ambientes de trabalho e do acompanhamento da concretização de resultados. Outra característica do sistema é a obtenção de indicadores a partir das informações registradas no sistema.

Entretanto, o sistema de medição não se restringe apenas a medir; seu objetivo é estabelecer indicadores que possam aferir resultados, bem como monitorar, orientar e induzir o desempenho da Organização e, principalmente, apoiar os processos decisórios de modo a reorientar as ações e o consequente rumo da Organização.

Nesse sentido, diversas ações ocorrem no âmbito do DCTA e de suas OMS, as quais incluem desde a elaboração de indicadores que sugerem tendência e que mensuram resultados até a preparação das Organizações para a certificação gerencial.

Especificamente para mensurar a situação gerencial do DCTA foram propostos quatro indicadores estratégicos, ensaiados e apreciados no decorrer do ano de 2012, com vistas a eventuais ajustes que se fizessem necessários.

A coordenação da avaliação dos indicadores estratégicos propostos esteve a cargo da Divisão de Planejamento (DPL) do Subdepartamento de Administração (SDA) e deu-se em função dos requisitos de: disponibilidade (facilidade de acesso para coleta), simplicidade (facilidade de ser compreendido), baixo custo de obtenção, adaptabilidade (capacidade de respostas às mudanças), estabilidade (permanência no tempo, permitindo a formação de série histórica), rastreabilidade (facilidade de identificação da origem dos dados, seu registro e manutenção) e representatividade (atender às etapas críticas dos processos, serem relevantes e abrangentes).

O primeiro ensaio de cálculo dos índices foi realizado por ocasião da Elaboração do Relatório de Gestão de 2011 para atender à solicitação da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA) e desde então se encontra em processo de melhoria contínua.

2.1. ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO FRENTE AOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS - ALINHAMENTO ÀS DIRETRIZES SUPERIORES

Considerando a sua inserção no campo aeroespacial e seguindo as diretrizes superiores, o DCTA assumiu para o período de 2008 a 2018 (DCA 80-2), uma estratégia principal — nomeada de Sustentabilidade Organizacional e descrita como a capacidade de cumprir sua missão — e duas estratégias complementares, identificadas como de Desenvolvimento Organizacional e de Posicionamento Organizacional, significando, respectivamente, a capacidade de aprender e acompanhar a evolução da ciência, da tecnologia e da inovação e a capacidade de inserir-se e manter-se entre os atores de C.T&I com o status de excelência no campo aeroespacial.

Dessa forma, as ações, no âmbito do DCTA, seguem alinhadas às diretrizes superiores, entre as quais é imperioso citar a Estratégia Nacional de Defesa (END), as orientações do Tribunal de Contas da União (TCU) e mais recentemente, o que estabelece a Portaria Interministerial nº 428, de 6 de setembro de 2012, como procedimentos para a Avaliação de Desempenho Institucional, para a Avaliação de Desempenho Individual dos ocupantes de cargos efetivos das Carreiras de C&T e para o cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividade de C&T (GDACT) devida a tais servidores.

Entre as Ações Estratégicas da END, figuram a de Recursos Humanos — “Promover a valorização da profissão militar de forma compatível com seu papel na sociedade brasileira, assim como fomentar o recrutamento, a seleção, o desenvolvimento e a permanência de quadros civis, para contribuir com o esforço de defesa.” — e a de Ciência e Tecnologia — “Fomentar a pesquisa de materiais, equipamentos e sistemas militares e civis que compatibilize as prioridades científico-tecnológicas com as necessidades de defesa.”.

A Ação Estratégica de C&T enfatiza o desenvolvimento e a fabricação, dentre outros, de: aeronaves de caça e de transporte; submarinos convencionais e de propulsão nuclear; meios navais de superfície; armamentos inteligentes, como mísseis, bombas e torpedos, dentre outros; veículos aéreos não-tripulados; sistemas de comando e controle e de segurança das informações; radares; equipamentos e plataformas de guerra eletrônica; equipamento individual e sistemas de comunicação do combatente do futuro; veículos blindados; helicópteros de transporte de tropa, para o aumento da mobilidade tática, e helicópteros de reconhecimento e ataque; munições; e sensores óticos e eletro-óticos.

Também constam da END que, por intermédio do IAE, seja garantida a autonomia de produção, lançamento, operação e reposição de sistemas espaciais, por meio: do desenvolvimento de veículos lançadores de satélites e sistemas de solo para garantir acesso ao espaço em órbitas baixa e geoestacionária; de atividades de fomento e apoio ao desenvolvimento de capacidade industrial no setor espacial, com a participação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de modo a garantir o fornecimento e a reposição tempestiva de componentes, subsistemas e sistemas espaciais; e de atividades de capacitação de pessoal nas áreas de concepção, projeto, desenvolvimento e operação de sistemas espaciais.

Já as orientações do TCU seguem, entre outros, o Diagrama de Insumo-Produto (Figura 3), que foi adaptado do que preconizam as normas internacionais de auditoria (*International Standards of Supreme Audit Institutions - ISSAI*).

Figura 3 - Diagrama de Insumo e Produto



Fonte: TCU, 2010, p. 7.

A fim de atender às orientações do TCU, os componentes do Planejamento Estratégico do DCTA foram dispostos como um Diagrama de Insumo-Produto (Figura 4), no qual é possível perceber que os recursos humanos (enquanto insumos) não só concorrem para a economicidade, mas também impactam as ações, os produtos e os resultados do Departamento, afetando os seus indicadores de eficiência, de eficácia e de efetividade. Esse Diagrama de Insumo-Produto do DCTA, ao identificar sucintamente os seus macroprocessos, produtos e serviços prestados, inicia as ações de elaboração dos indicadores de gestão do DCTA.

Mas, de acordo com a legislação, é necessário, ainda, que os resultados pretendidos estejam alinhados aos programas do Plano Plurianual de Atividades (PPA), os quais já apresentam os indicadores a serem utilizados nas Ações de Governo.

Também considerando o PPA, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o MCTI aprovaram a Portaria Interministerial nº 428, em 06 de setembro de 2012.

Esta Portaria Interministerial estabelece procedimentos para a Avaliação de Desempenho Institucional, para a Avaliação de Desempenho Individual dos ocupantes de cargos efetivos das carreiras de C&T e para o cálculo da Gratificação de Desempenho de Atividade de C&T (GDACT) devida a tais servidores, nos termos da Medida Provisória nº 2.229-43/2001, do Decreto nº 7.133/2010 e da Orientação Normativa nº 7/2011.

Os desdobramentos da Portaria Interministerial nº 428, especialmente no que tange ao seu art. 6º (metas institucionais), estão sendo, paulatinamente, incorporados às ações gerenciais do DCTA.

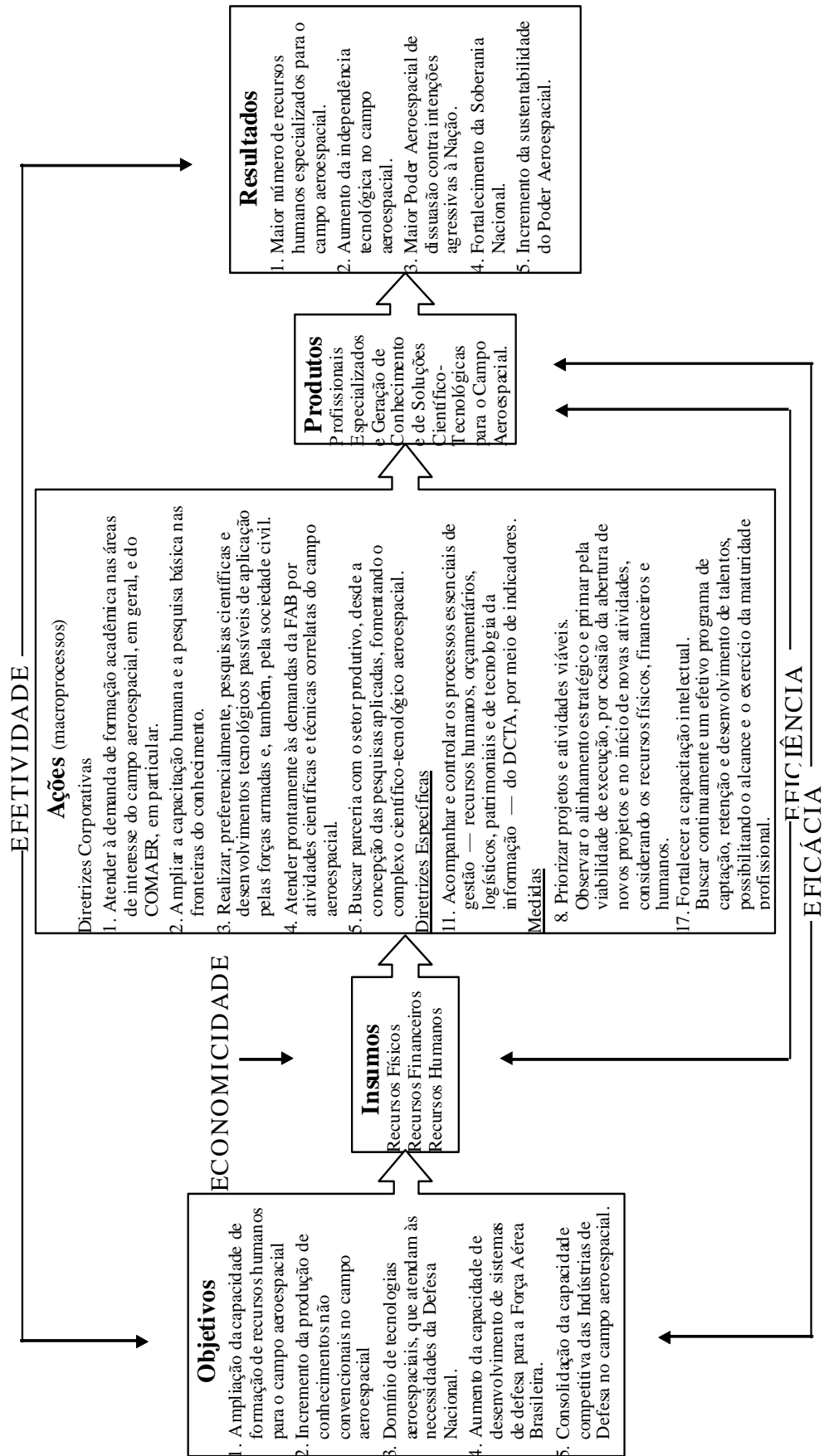


Figura 4 – Diagrama de Insumo-Produto do DCTA

2.2. EXECUÇÃO DO PLANO DE METAS OU DE AÇÕES

Destacam-se como resultados das macroações constantes do Plano de Metas planejadas, explicitando as medidas das macroações executadas, incluindo as considerações para a não execução das mesmas ou ainda o não atingimento de metas, com os respectivos impactos dos resultados das ações nos objetivos estratégicos da Unidade quando foi o caso. Enfim, os resultados alcançados, frente às metas estabelecidas, foram os seguintes:

A) PROJETO H-XBR:

Quadro III - Execução Física do Projeto H-XBR

Contrato	Unidade de Medida	Meta Prevista 2012	Meta Realizada 2012	Meta a ser realizada em 2013
008/CTA-SDDP/2008	Aeronave	4	4	1
012/DCTA-COPAC/2011	Porcentagem	43%	43%	6%
019/DCTA-COPAC/2011	Porcentagem	10%	3%	11%

B) PROJETO AM-X:

Quadro IV - Execução Física do Projeto AM-X

Unidade de Medida	Meta Prevista 2012	Meta Realizada 2012	Meta a ser realizada em 2013
Etapas Contratuais	157	130	231

C) PROJETO F-5BR:

Quadro V - Execução Física do Projeto F-5BR

Unidade de Medida	Meta Prevista 2012	Meta Realizada 2012	Meta a ser realizada em 2013
Etapas Contratuais	29	23	26

D) PROJETO VANT FAB:

Quadro VI - Execução Física do Projeto VANT FAB

Unidade de Medida	Meta Prevista 2012	Meta Realizada 2012	Meta a ser realizada em 2013
Etapas Contratuais	3	1	2

E) PROJETO A-DARTER:

Quadro VII - Execução Física do Projeto A-DARTER

Unidade de Medida	Meta Prevista 2012	Meta Realizada 2012	Meta a ser realizada em 2013
IRSA – Modelo Funcional – EA	1	0	2
Fuze, DPA, Guimball Assembly Modelo Funcional – EA	3	2	1
Motor Foguete – Queima	12	8	
Fuze – Qualificação	1	1	0

F) PROJETO E-99M:

Quadro VIII - Execução Física do Projeto – E-99M

Unidade de Medida	Meta Prevista 2012	Meta Realizada 2012	Meta a ser realizada em 2013
Etapas entregues	5	5	7

G) PROJETO LINK BR2:

Quadro IX - Execução Física do Projeto LINK BR2

Unidade de Medida	Meta Prevista 2012	Meta Realizada 2012	Meta a ser realizada em 2013
Reuniões de revisão do projeto	1	0	5

H) PROJETO MAR-1:

Quadro X - Execução Física do Projeto MAR-1

Unidade de Medida	Meta Prevista 2012	Meta Realizada 2012	Meta a ser realizada em 2013
Ensaio Contra Alvo Intermediário	0	1	0
Ensaio Contra Alvo Final	1	0	1

D) PROJETO P-3BR

Quadro XI - Execução Física do Projeto P -3BR

Unidade de Medida	Meta Prevista 2012	Meta Realizada 2012	Meta a ser realizada em 2013
Aeronave	7	3	4

J) PROJETO – TAPP de 5 Kn – TURBINA AERONÁUTICA DE PEQUENA POTÊNCIA

Quadro XII - Execução Física do Projeto TAPP

METAS E TAREFAS	SITUAÇÃO
Reforma e adaptação dos bancos de ensaios	Concluído
Especificação, aquisição e instalação dos equipamentos do banco de ensaios	Concluído
Ensaio do primeiro motor	Concluído Parcialmente
Realização dos ensaios do primeiro motor.	Ensaio a frio realizado. Ensaio a quente a ser realizado Fev/2013
Projeto e desenhos de fabricação do segundo motor	Concluído
Elaborar projeto do segundo motor	Concluído
Elaboração dos desenhos de fabricação do segundo motor	Concluído
Fabricação do segundo motor	Atrasada
Fabricação das peças do segundo motor	Mar/13
Montagem do segundo motor	Abril/13
Ensaio do segundo motor	Mai/13

Cumprimento da Meta Física e Resultados Acadêmicos: Influência da Dinâmica dos Mancais na Resposta Vibratória de uma Turbina Aeronáutica de 5 kN de Empuxo, 2012. Geraldo Creci Filho. Tese de Doutorado.

Problemas de Execução e Lições Aprendidas: Falta de disponibilidade da Empresa envolvida. Necessidade de desenvolvimento de fornecedor nacional de peças fundidas em superligas; Dificuldade de obtenção de rolamentos especiais; Dificuldade de obtenção de instrumentação adequada no país, obrigando a aquisição de parte desta no exterior, com a necessidade de disponibilizar informações do motor para apoiar a especificação da instrumentação em aquisição; Dificuldade de localização de fornecedores com a capacidade adequada e interesse

para suprir as necessidades de pesquisa e desenvolvimento; Dificuldade de emprego dos recursos em função da legislação existente; Dificuldade de alocação de pessoal técnico com conhecimento compatível com as atividades do projeto e com disponibilidade de tempo, com a consequente sobrecarga do pessoal mais experiente. Este problema está sendo amenizado com o oferecimento de bolsas para alunos desenvolverem seus trabalhos na área do projeto; Falta de pessoal da área de gestão, mitigado com ações junto à empresa interveniente para alocação de pessoal administrativo e de gestão de projeto; e necessidade de execução de atividades não previstas, em função do estado de conservação das instalações de entrada elétrica e depósito de combustíveis.

L) OUTROS PROJETOS DO FUNDO NACIONAL DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO – FNDCT

1) Tecnologia de fabricação e análise de falhas de compósitos termoestruturais - CTE

Principal resultado: Avaliação das propriedades mecânicas do compósito SiC/Ti, Erika Peterson Gonçalves, 2012. Tese de Doutorado

2) Compósitos termoestruturais de carbono reforçado com fibras de carbono e híbridos

Principal resultado: Procedimento de obtenção de compósitos C/C e híbridos, com massa específica próxima de 0,90 g/cm³, a partir de pré-formas 3D nas dimensões cilíndricas de 100 mm x 70 mm, via impregnação líquida com resina termorrígida do tipo fenólica e piches.

3) Sistema de propulsão para defesa – SPD

Principal resultado: "Projeto preliminar e análise de um estágio de turbina axial para conversão de um turbojato em um turbo eixo". Fernando de Araújo Silva, ITA, 2012. Dissertação de Mestrado

4) Sistema de decolagem e pouso automático para – DPA-VANT.

Principal resultado: Realização de duas campanhas de ensaios do Projeto DPA-VANT, ambas executadas na pista do aeroporto de São José dos Campos em 2012.

5) Qualificação e certificação de gargantas de motor-foguete – GARGANTA.

Principal resultado: Licitação para contratação do projeto executivo do prédio.

6) Desenvolvimentos de processos de fabricação de ligas de titânio para uso aeroespacial.

Principal resultado: Obtenção das primeiras ligas de Titânio-gama-alumínio, em Forno de fusão a arco, para uso em altas temperaturas (>850°C).

M) OUTROS RESULTADOS RELEVANTES NA ÁREA DE ESPAÇO:

Resultados atingidos: Realização do VIII Encontro de Iniciação Científica do IAE – ENIC(Ago 2012); Lançamento do VSB-30 / Maser 12 - (13 fev 2012) em Esrange – Suécia; Realização do Seminário de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento em Veículos Espaciais e Tecnologias Associadas (8-9 Ago 2012); Realização da 6ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes em Serviço – VI SIPAS(Ago 2012); Primeiro Ensaio a Quente do Motor foguete L1; Carregamento de Propulsores – 8 S30, 4 S31 e 1 S40; Ensaio do AMX (com canard) em Túnel de Vento (Nov-Dez 2012); Análise de falha – Fator Material – Foram realizados 50 laudos técnicos; Conclusão da Reforma do Laboratório de Ensaios Dinâmicos; Reforma do Túnel de Vento; Dia da Qualidade (Nov 2012); e Melhorias na Infraestrutura.

N) OUTROS RESULTADOS RELEVANTES NA ÁREA DE FOMENTO:

Cumprimento da Meta Física: O IFI estabeleceu a Meta de 2.021 serviços para 2012 e realizou 1.836 (90,85%), desse total, 1.720 serviços (85,10%) foram executados com recursos de 2012 e 116 (5,73%), relativos a janeiro e fevereiro, foram realizados com recursos de Restos a Pagar.

Atividades-fim prejudicadas devido à insuficiência na quantidade e/ou /capacitação de Recursos Humanos na **Área de Fomento**:

Quadro XIII – Dificuldades das Atividades-fim

CLIENTES NÃO ATENDIDOS	IMPACTO	DESCRIÇÃO DO MOTIVO
ICT	Atraso nos processos	Efetivo reduzido para realização de buscas de anterioridade e de análise técnico mercadológica.
COPAC/DCTA e empresas do Parque Industrial Aeroespacial.	Verificação inadequada da execução dos projetos de Compensação, com prejuízo na fiscalização dos respectivos Acordos, bem como o não cumprimento de cláusulas contratuais.	Quantidade de recursos humanos insuficientes em quantidade e/ou capacitação para atendimento das atividades demandadas.
COPAC/DCTA	Atraso na negociação dos Acordos em prejuízo do Parque Industrial Aeroespacial.	Quantidade de recursos humanos insuficientes em quantidade e/ou capacitação para atendimento das atividades demandadas.
IFI/DCTA	Menor capacidade de realizar visitas técnicas às empresas da indústria aeroespacial e de defesa.	Quantidade de recursos humanos insuficientes em quantidade e/ou capacitação para atendimento das atividades demandadas.
Empresas do ramo aeroespacial	Risco de nem todas as empresas que desejarem manter a certificação, encontrarem organismos certificadores desta norma, que são poucos no mercado. Desmobilização do organismo certificado do DCTA com severos impactos futuros por perda de capacitação.	Quantidade de recursos humanos insuficientes em quantidade e/ou capacitação para atendimento das atividades demandadas.
AEQ – Divisão de Química do IAE	Sofrerá atraso e/ou paralisação devido à falta de mão de obra.	Quantidade de recursos humanos insuficiente em quantidade e/ou capacitação para atendimento das atividades demandadas.
MECTRON, AVIBRAS, OPTO ELETRÔNICA	Sofrerá atraso e/ou paralisação, pois o efetivo atual da equipe de certificação de itens bélicos é insuficiente para realizar as atividades.	Quantidade de recursos humanos insuficiente em quantidade e/ou capacitação para atendimento das atividades demandadas.
COMAER	Impossibilidade de atender a esta demanda. Necessitará de enorme envolvimento da CPA para ser conduzido, até mesmo maior que o A-Darter, tornando-o impraticável.	Quantidade de recursos humanos insuficiente em quantidade e/ou capacitação para atendimento das atividades demandadas.
COMAER	Impossibilidade de atendimento. Atualmente o processo é de Assessoria Técnica, porém quando mudar para Certificação Suplementar de Tipo, a CPA não terá como assumi-lo nas condições mínimas desejadas devido à falta de pessoal.	Quantidade de recursos humanos insuficiente em quantidade e/ou capacitação para atendimento das atividades demandadas.

CLIENTES NÃO ATENDIDOS	IMPACTO	DESCRIÇÃO DO MOTIVO
COMAER	Impossibilidade de atendimento. Atualmente o processo é de Assessoria Técnica, porém quando mudar para Certificação, a CPA não terá como assumi-lo nas condições mínimas desejadas devido a falta de pessoal.	Quantidade de recursos humanos insuficiente em quantidade e/ou capacitação para atendimento das atividades demandadas.
COMAER (DCTA)	Impossibilidade de atendimento. Atualmente está sem atividade, porém, se for reativado, também não teremos condições de dar continuidade por falta de pessoal com qualificação adequada.	Quantidade de recursos humanos insuficiente em quantidade e/ou capacitação para atendimento das atividades demandadas.
COMAER, EMBRAER	Sofrerá atraso e/ou paralisação, pois é impossível atender a demanda de forma adequada com os recursos atuais. Atualmente estão ocorrendo reuniões preliminares que demandam envolvimento dos coordenadores do processo. Quando iniciarem as atividades técnicas de certificação, será necessário o envolvimento de vários especialistas do DCTA.	Quantidade de recursos humanos insuficiente em quantidade e/ou capacitação para atendimento das atividades demandadas.
AEB, ACS	O impacto previsto no cronograma deste projeto seria da ordem de 3 a 5 anos de atraso, podendo se elevar em caso de simultaneidade com outros processos. Com o contingente atual é impossível realizar todas as atividades necessárias para o assessoramento a AEB visando autorização de operação do veículo espacial no Brasil dentro do cronograma previsto para o projeto.	Quantidade de recursos humanos insuficiente em quantidade e/ou capacitação para atendimento das atividades demandadas.
COMAER (DCTA)	O impacto previsto no cronograma deste projeto seria da ordem de 3 a 5 anos de atraso, podendo se elevar em caso de simultaneidade com outros processos.	Com o contingente atual é impossível realizar todas as atividades necessárias para o assessoramento a AEB visando autorização de operação do veículo espacial no Brasil dentro do cronograma previsto para o projeto.
COMAER (DCTA)	O impacto previsto no cronograma deste projeto seria da ordem de 3 a 5 anos de atraso, podendo se elevar em caso de simultaneidade com outros processos.	Com o contingente atual é impossível realizar todas as atividades necessárias para o assessoramento a AEB visando autorização de operação do veículo espacial no Brasil dentro do cronograma previsto para o projeto.
COMAER (DCTA)	O impacto previsto no cronograma deste projeto seria da ordem de 3 a 5 anos de atraso.	O impacto previsto no cronograma deste projeto seria da ordem de 3 a 5 anos de atraso, podendo se elevar em caso de simultaneidade com outros processos.
COMAER	Poderá sofrer atraso devido a falta de mão de obra. Hoje está sem atividade, porém, se for reativado, demandará um grande envolvimento da CPA.	Quantidade de recursos humanos insuficiente em quantidade e/ou capacitação para atendimento das atividades demandadas.

CLIENTES NÃO ATENDIDOS	IMPACTO	DESCRIÇÃO DO MOTIVO
COMAER	Poderá sofrer impacto devido a falta de especialistas para atender os processos em andamento. Está previsto o processo de certificação da integração deste míssil cujo cronograma será definido em reunião com a empresa israelense Rafael em data a ser definida.	Quantidade de recursos humanos insuficiente em quantidade e/ou capacitação para atendimento atividades demandadas.

O) CENTROS DE LANÇAMENTO

Análise Crítica da Execução Física do Projeto: Os Centros de Lançamento, conforme planejado em 2012, realizaram operações de treinamento com foguetes instrumentados com o intuito de manter: a capacidade dos recursos humanos, a operacionalidade dos meios, a precisão dos procedimentos, a segurança das atividades e a garantia da qualidade. As equipes da área de qualidade e de segurança do trabalho colaboram, intensamente, na análise dos procedimentos e na garantia da manutenção da qualidade das atividades realizadas. Foram identificadas e adotadas todas as medidas e ações que poderiam contribuir para a melhoria das condições pessoais e profissionais do efetivo do Departamento, principalmente no que diz respeito à preparação, ao aperfeiçoamento, ao bem-estar e ao convívio social.

Cumprimento da Meta Física e Problemas de Execução: Dentre os principais óbices para a realização da missão do CLA destaca-se o processo desapropriatório das áreas patrimoniais que, apesar das providências administrativas e jurídicas tomadas, continua moroso em função da contestação dos valores depositados para indenização de terras e benfeitorias. O outro óbice se trata do questionamento na justiça, da contestação por movimentos quilombolas de uma vasta área patrimonial do CLA, existindo a possibilidade deste Centro ter suas dimensões diminuídas drasticamente, dificultando sua missão institucional. Os recursos alocados em exercícios anteriores também não foram suficientes para atender às metas fixadas pelo DCTA, que retratam o cumprimento da missão deste Departamento. Os recursos que se destinavam ao provimento dos meios necessários para o funcionamento das Organizações, visando executar e prestar apoio às atividades previstas, não foram suficientes.

P) ATIVIDADES NA ÁREA DE GESTÃO:

Análise Crítica da Execução Física das Atividades:

- a) Melhoria da Infraestrutura das Unidades;
- b) Gestão de processos eficazes: O sistema de dados do SISPAT para SILOMS foi migrado com êxito e já está funcionando em todas OM da GUARNAE-SJ. O Plano Diretor do GIA-SJ está em elaboração e foi executado em 60%, tendo sua previsão de conclusão até 1º trimestre de 2013;
- c) Promoção da capacitação, valorização e adequação dos recursos humanos;
- d) Emprego Massivo da Tecnologia da Informação;
- e) Com intuito de dar início à criação de indicadores gerenciais, foram sugeridos alguns indicadores e apresentados seus resultados, iniciando, assim, a criação de uma base histórica; e
- f) A alta performance do ITA foi e é em parte motivada pela dinâmica da permanência dos alunos na Instituição, além das atividades previstas no currículo, além do período de cada curso,

sendo cinco anos para o curso de graduação, quatro anos para os programas de doutorado, e dois anos para os programas de mestrado.

Q) OUTROS PROBLEMAS DE EXECUÇÃO COMUNS A TODAS AS OM DO DCTA:

- a) capacidade de captação de recursos financeiros, associada à qualidade dos seus projetos de pesquisa ou de infraestrutura;
- b) agilidade nas aquisições realizadas com recursos financeiros orçamentários, medida principalmente pela eficácia dos processos internos de compras; e
- c) capacidade de sustentação da qualidade dos recursos humanos disponíveis, medida pelas missões de capacitação e seminários realizados.

2.3. SISTEMAS DE INDICADORES DO DCTA

O Sistema de Indicadores do DCTA está vinculado à ação de Avaliação de Desempenho Organizacional e comporta Indicadores Gerenciais e Indicadores Institucionais.

Os Indicadores Gerenciais são voltados à capacidade do DCTA de enfrentar os desafios internos e externos no cumprimento de sua Missão (Indicadores Gerenciais Estratégicos) e ao desempenho gerencial de suas OMS (Indicadores Tático-Operacionais, atualmente em discussão). Eles atendem principalmente às solicitações da SEFA e do TCU e constam do Relatório de Gestão do DCTA.

Os Indicadores Institucionais são voltados ao cumprimento da legislação referente ao recebimento da Gratificação de Desempenho de Atividade de Ciência e Tecnologia (GDACT), devida aos ocupantes dos cargos efetivos das carreiras de C&T e lotados no DCTA. Eles são publicados nas fases pertinentes do processo de Avaliação de Desempenho Individual para fins de recebimento da GDACT, conforme previsto nas legislações superiores e em Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA), editada pelo DCTA em atendimento à Portaria Interministerial nº 428, de 6 de setembro de 2012.

2.3.1. INDICADORES GERENCIAIS DO DCTA

Os Indicadores Gerenciais do DCTA seguem as diretrizes superiores e foram construídos em função dos seus três Fatores Críticos de Sucesso (FCS): Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica, Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado e Estabilidade de Aporte Financeiro.

Para representar a situação gerencial do DCTA e servir como orientações para as ações de seus integrantes foram construídos quatro Indicadores Estratégicos, os quais contam com a contribuição de outros indicadores denominados direcionadores.

Os índices dos quatro Indicadores Estratégicos são interpretados conforme níveis, os quais vão informar se o DCTA, no cumprimento de sua missão e buscando alcançar a sua visão de futuro, encontra-se operando na Normalidade (N), em Estado de Alerta (EA), em Estado Crítico (EC) ou entrou em Estado de Insubstitência (EI). Os índices dos indicadores direcionadores, sempre que possível, deverão acompanhar este mesmo referencial comparativo.

2.3.1.1.INDICADOR ESTRATÉGICO DE SUSTENTABILIDADE DA COMPETÊNCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA

Para gerar o Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC), e obter-se um índice de como se encontra a capacidade do DCTA de pronto atendimento às necessidades da Aeronáutica, foi necessária a obtenção de quatro indicadores direcionadores. São eles: Porcentagem de Lotação de Pessoal Militar (LPM), Porcentagem de Lotação de Pessoal Civil (LPC), Composição da Força de Trabalho (CFT) e Impacto dos Recursos Humanos nos Resultados (IRHR).

O primeiro cálculo deste Indicador foi feito no início do ano de 2012 com os dados do ano de 2011 e os resultados constam do Relatório de Gestão do DCTA de 2012. Os resultados mostrados nos Quadros XIV e XV são referentes aos dados de 2012.

Quadro XIV – Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC)

Nome do Indicador de Desempenho: Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC)	
Objetivo da Mensuração	<p>Obter um índice de como se encontra a capacidade do DCTA de pronto atendimento às necessidades da Aeronáutica Propõe-se a responder as seguintes questões:</p> <p><u>Indicador de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC)</u> O DCTA está gerenciando de forma a se sustentar quanto à Competência Técnico-Científica necessária?</p> <p><u>Indicador de Porcentagem de Lotação de Pessoal Civil (LPC)</u> Existe quantitativo de pessoal civil suficiente?</p> <p><u>Indicador de Porcentagem de Lotação de Pessoal Militar (LPM)</u> Existe quantitativo de pessoal militar suficiente?</p> <p><u>Indicador de Composição da Força de Trabalho (CFT)</u> A competência técnico-científica desenvolvida faz parte do quadro de pessoal efetivo?</p> <p><u>Indicador de Impacto dos Recursos Humanos nos Resultados (IRHR)</u> Existe conhecimento, ou seja, capacitação do pessoal (militar, civil, efetivo ou não), mesmo que em número insuficiente, para a realização das atividades e projetos do DCTA?</p>
Identificação das Variáveis	<p>Referenciais comparativos para o indicador SCTC</p> <p>Para os indicadores de Lotação de Pessoal: Acima de 80%: Nível 1 - Normalidade (N) De 66% até 80%: Nível 2 - Estado de Alerta (EA) 65% e inferior: Nível 3 - Estado Crítico (EC)</p> <p>Para o indicador de Composição da Força de Trabalho: Até e igual a 40%: Nível 1 - Normalidade (N) Acima de 40%: Nível 2 - Estado de Alerta (EA)</p> <p>Para o indicador de Impacto dos Recursos Humanos sobre os Resultados: Se IRHR > 0 e em função de falta de determinada competência na instituição: Existe pessoal sendo capacitado para o desenvolvimento da(s) competência(s) necessária(s): Nível 1 - Normalidade (N) Atividades ou projetos não puderam ser iniciados: Nível 2 - Estado de Alerta (EA) Atividades ou projetos tiveram que ser remanejados: Nível 3 - Estado Crítico (EC)</p>

	<p>Atividades ou projetos foram descontinuados: Nível 5 - Estado de Insubstitência (EI)</p> <p>Para o indicador de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica: Nível 1: Normalidade (N) Nível 2: Estado de Alerta (EA) Níveis 3 e 4: Estado Crítico (EC) Níveis 5 e acima: Estado de Insubstitência (EI) OBS: para o cálculo do SCTC devem-se utilizar os níveis (1, 2, 3, 4 ou 5) dos indicadores direcionadores LPC, LPM, CFT e IRHR.</p>
Origem dos dados empregados na fórmula	Divisão de Recursos Humanos (DRH) Divisão de Projetos (DPJ) Divisão de Planejamento (DPL)

Quadro XV – Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC)

Nome do Indicador de Desempenho: Indicador Estratégico de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC)	
Fórmula do Indicador de Desempenho	<p>2011 (janeiro de 2012) $LPC \times LPM \times (CFT \times IRHR)$ = Indicador de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC)</p> <p>2012 (janeiro de 2013) $(LPC + LPM) / 2$ = Indicador de Sustentabilidade da Competência Técnico-Científica (SCTC) (Lotação existente de pessoal civil \times 100) / Lotação autorizada de pessoal civil = Porcentagem de Lotação de Pessoal Civil (LPC) (Lotação existente de pessoal militar \times 100) / Lotação autorizada de pessoal militar = Porcentagem de Lotação de Pessoal Militar (LPM) (Quantitativo de colaboradores \times 100) / Efetivo existente (militar + civil) = Composição da Força de Trabalho (CFT) Σ de projetos e atividades que não foram iniciados, que tiveram que ser remanejados ou que foram descontinuados por falta de determinada competência na instituição = Impacto dos Recursos Humanos nos Resultados (IRHR)</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual DPL
Meta para o ano	Não houve
Data e Valor da Última Medição	<p>Resultado anterior 2011 (janeiro de 2012) em caráter experimental): Nível 1 - Estado de Normalidade</p> <p>2012 (janeiro de 2013) Resultado: Nível 2 – Estado de Alerta $SCTC = (58,22 + 95,58) / 2 = 76,9$ $LPC = 2.122 \times 100 = 58,22$ (EC) Nível 3 - Estado Crítico (EC) 3.645 $LPM = 3.440 \times 100 = 95,58$ (N) Nível 1 - Normalidade (N) 3.599</p>

Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O valor obtido para o SCTC, com base nos dados existentes para o ano de 2011 foi igual a 1 (um), o que indicava que o DCTA estava em Estado de Normalidade, no que concerne à Sustentabilidade de sua Competência Técnico-Científica. O valor obtido para o SCTC, com base nos dados existentes para o ano de 2012 foi igual a 2 (dois), o que indica que o DCTA está em Estado de Alerta no que concerne à Sustentabilidade de sua Competência Técnico-Científica. Estimativas de aposentadoria do pessoal civil, em especial daqueles integrantes das carreiras de Ciência e Tecnologia (C&T), podem e devem levar o DCTA para o Estado Crítico já no próximo Exercício.
--	--

2.3.1.2. INDICADOR ESTRATÉGICO DA CAPACIDADE DE APROPRIAÇÃO DO CAPITAL INTELECTUAL GERADO

Buscando mensurar o compartilhamento e a apropriação do conhecimento a serviço da sociedade brasileira, foi gerado o indicador estratégico da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG).

Em início de 2012, o primeiro cálculo deste Indicador, não foi possível, nem mesmo como ensaio, pois as informações não estavam disponíveis.

Os dados referentes ao CACIG, constantes do Relatório de Gestão do DCTA do ano de 2012, estão transcritos no Quadro XVI.

Quadro XVI - Indicador de Desempenho: Indicador Estratégico da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG)

Nome do Indicador de Desempenho: Indicador Estratégico da Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG)	
Objetivo da Mensuração	<p>Obter um índice de como se encontra a capacidade do DCTA de compartilhar e de se apropriar do conhecimento gerado a serviço da sociedade brasileira</p> <p>Propõe-se a responder as seguintes questões: <u>Indicador de Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG)</u> O DCTA está sendo capaz de se apropriar do capital intelectual gerado por seus integrantes?</p> <p><u>Indicador de Porcentagem de Apropriação de Tecnologias Geradas (ATG)</u> As tecnologias geradas estão sendo utilizadas?</p> <p><u>Indicador de Porcentagem de Transmissão Interna de Conhecimento disponibilizado para o Complexo Científico-Tecnológico (TIC)</u> O conhecimento está fluindo no âmbito do DCTA? Está havendo compartilhamento ou disseminação do conhecimento gerado no âmbito do DCTA para os seus integrantes?</p>
Identificação das Variáveis	<p>Referenciais comparativos para o indicador CACIG Para os indicadores de direcionamento: Acima de 89%: Desejável (D) De 80% a 89%: Aceitável (A) Abaixo de 80%: Perda de Capital Intelectual (P)</p> <p>Para o indicador de Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado: Acima de 89%: Nível 1 - Normalidade (N) De 80% a 89%: Nível 2 - Estado de Alerta (EA) De 60% a 79%: Níveis 3 e 4 - Estado Crítico (EC) Abaixo de 60%: Níveis 5 - Estado de Insustentabilidade (EI)</p>

Origem dos dados empregados na fórmula	Divisão de Gestão da Inovação (DGI)
Fórmula do Indicador de Desempenho	<p>$[TIC+(2 \times ATG)]/30 = \text{Indicador de Capacidade de Apropriação do Capital Intelectual Gerado (CACIG)}$</p> <p>(Número de tecnologias aplicadas \times 100)/ Número de tecnologias geradas = Porcentagem de Apropriação de Tecnologias Geradas (ATG)</p> <p>(Número de transmissões internas referentes a publicações externas \times 100)/ Número de publicações externas (revistas, eventos e afins) = Porcentagem de Transmissão Interna de Conhecimento disponibilizado para o Complexo Científico-Tecnológico (TIC)</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual DPL, sob orientação do Subdepartamento de Administração (SDA)
Meta para o ano	Não houve
Data e Valor da Última Medição	Para os anos de 2011 e de 2012 não foi possível o seu cálculo, mesmo que como ensaio
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	Foi constatado que para se ter dados confiáveis, visando construir reais indicações, os valores e os números, para se calcular este Índice, só estão disponíveis apenas no segundo semestre do ano subsequente, de forma que o resultado do Exercício/ano de 2012 só será disponibilizado no Relatório de Gestão do Exercício/ano de 2013. Ações já foram tomadas para que as informações referentes ao exercício de 2012 estejam disponíveis e possam ser acompanhadas.

2.3.1.3. INDICADOR ESTRATÉGICO DE ESTABILIDADE DE APORTE FINANCEIRO

Devido à sua complexibilidade, a estabilidade de aporte financeiro contará com dois indicadores estratégicos, pois será considerada sob dois aspectos: com relação às ações dos órgãos superiores especificamente e com relação às ações efetivamente tomadas no âmbito do DCTA.

Especificamente com relação às ações externas, foi elaborado um indicador estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Órgãos Superiores (EAF-OS) que representasse o quanto o DCTA está sendo contemplado dentro de suas necessidades.

Com relação às ações tomadas internamente, o indicador estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF-AI) volta-se para a continuidade das ações, avaliando eventuais interrupções prejudiciais aos projetos e atividades do DCTA.

Os dados referentes ao Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Órgãos Superiores (EAF-OS) são mostrados no Quadro 3 e aqueles referentes ao Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF-AI) estão transcritos nos Quadros XVII e XVIII.

Quadro XVII - Indicador de Desempenho: Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Órgãos Superiores (EAF-OS)

Nome do Indicador de Desempenho: Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Órgãos Superiores (EAF-OS)	
Objetivo da Mensuração	Obter um índice que represente o quanto o DCTA está sendo contemplado dentro de suas necessidades Propõe-se a responder a seguinte questão: O DCTA está recebendo o que solicitou?
Identificação das Variáveis	Referenciais comparativos para o indicador EAF-OS Acima de 80%: Nível 1 - Normalidade (N) De 60% a 80%: Nível 2 - Estado de Alerta (EA) De 40% a 59%: Nível 3 - Estado Crítico (EC) Abaixo de 40%: Níveis 5 e acima - Estado de Insustentabilidade (EI)
Origem dos dados empregados na fórmula	Divisão de Controle Orçamentário (DCO) Divisão de Planejamento (DPL)
Fórmula do Indicador de Desempenho	$(\text{Recursos financeiros recebidos} \times 100) / \text{Recursos financeiros solicitados} = \text{Indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro - Órgãos Superiores (EAF-OS)}$
Periodicidade e Responsável pela Medição	Anual DPL
Meta para o ano	Não houve.
Data e Valor da Última Medição	Resultado anterior (janeiro de 2012, em caráter experimental): 21% (Estado de Insustentabilidade) Janeiro de 2013 Resultado: 97% - Nível 1 - Normalidade (N) $\text{EAF-OS} = 2.645.955.054 \times 100 = 97$ 2.715.604.160
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	O resultado (97%) do indicador EAF-OS indica que o DCTA se encontra em Estado de Normalidade quanto ao Aporte Financeiro recebido. Este resultado suscita duas vertentes de ação. A primeira diz respeito a que foi conseguido resultado muito melhor em 2012 do que em 2011, se comparado ao ano de 2011, ou seja, houve ganho quanto a interação com os Órgãos Superiores no sentido de que de fato aumentaram o aporte dos créditos para o DCTA. A outra vertente sugere permanecer na linha de se melhorar a adequabilidade do processo de planejamento, de forma a se ter uma previsão mais próxima do que realmente será necessário. No resultado de 2012 estão inseridos os seguintes grupos de recursos: fontes de recursos do COMAER (receitas oriundas de arrecadação interna, Plano de Missões de Ensino, Plano de Missões Técnico-Administrativas no Exterior e Plano Plurianual de Obras – PPO); recursos oriundos da Agência Espacial Brasileira AEB / MCTI; recursos oriundos dos Fundos Setoriais – FINEP / MCTI; recursos oriundos de Terceiros - Capacitação e Desenvolvimento/ recursos oriundos de Bolsas Auxílios – FAPESP e CNPq.

Quadro XVIII - Indicador de Desempenho: Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF-AI)

Nome do Indicador de Desempenho: Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF-AI)	
Objetivo da Mensuração	<p>Obter um índice que mostre se está havendo continuidade das ações, que avalie eventuais interrupções prejudiciais aos projetos e atividades do DCTA</p> <p>Propõe-se a responder as seguintes questões: <u>Indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro – Âmbito Interno (EAF-AI)</u> O DCTA está gerenciando de forma que os recursos financeiros recebidos atendam às suas necessidades? <i>Neste primeiro momento foram considerados os processos de uma maneira geral e os seus efeitos sobre os projetos. Intenciona-se futuramente que os efeitos sejam verificados também para as atividades.</i></p> <p><u>Indicador de Capacidade de Execução Orçamentária (CEO)</u> O DCTA é capaz de usufruir de tudo o que recebe dentro do exercício?</p> <p><u>Indicador de Qualidade do Processo de Execução Orçamentária (QPEO)</u> Todos os processos de aquisição no DCTA são concluídos? A resposta obtida servirá como subsídio para a pergunta “Porquê?” e consequentes ações decorrentes da(s) razão(ões) levantada(s).</p> <p><u>Indicador de Capacidade de Atendimento Financeiro (CAF)</u> Os recursos financeiros estão fluindo no âmbito do DCTA? Os projetos sofreram descontinuidade ou remanejamento em função de não terem recebido bens ou serviços solicitados?</p>
Identificação das Variáveis	<p>Referenciais comparativos para o indicador EAF-AI</p> <p>Para o indicador de Capacidade de Execução Orçamentária: Acima de 89%: Nível 1 – Normalidade (N) De 80% a 89%: Nível 2 - Estado de Alerta (EA) Abaixo de 80%: Nível 3 - Estado Crítico (EC)</p> <p>Para o indicador de Qualidade do Processo de Execução Orçamentária: Acima de 79%: Nível 1 – Normalidade (N) De 70% a 79%: Nível 2 - Estado de Alerta (EA) Abaixo de 70%: Nível 3 - Estado Crítico (EC)</p> <p>Para o indicador Capacidade de Atendimento Financeiro: Acima de 89%: Nível 1 – Normalidade (N) De 80% a 89%: Nível 2 - Estado de Alerta (EA) De 70% a 79%: Nível 3 - Estado Crítico (EC) Abaixo de 70%: Nível 5 - Estado de Insubstitência (EI)</p> <p>Para o indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro – Âmbito Interno: Acima de 94%: Nível 1 - Normalidade (N) De 90% a 94%: Nível 2 - Estado de Alerta (EA) De 85% a 89%: Nível 3 - Estado Crítico (EC) Abaixo de 85%: Níveis 5 - Estado de Insubstitência (EI)</p>
Origem dos dados empregados na fórmula	<p>Divisão de Projetos (DPJ) Divisão de Controle Orçamentário (DCO) Divisão de Planejamento (DPL)</p>

Quadro XIX - Indicador de Desempenho: Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF-AI)

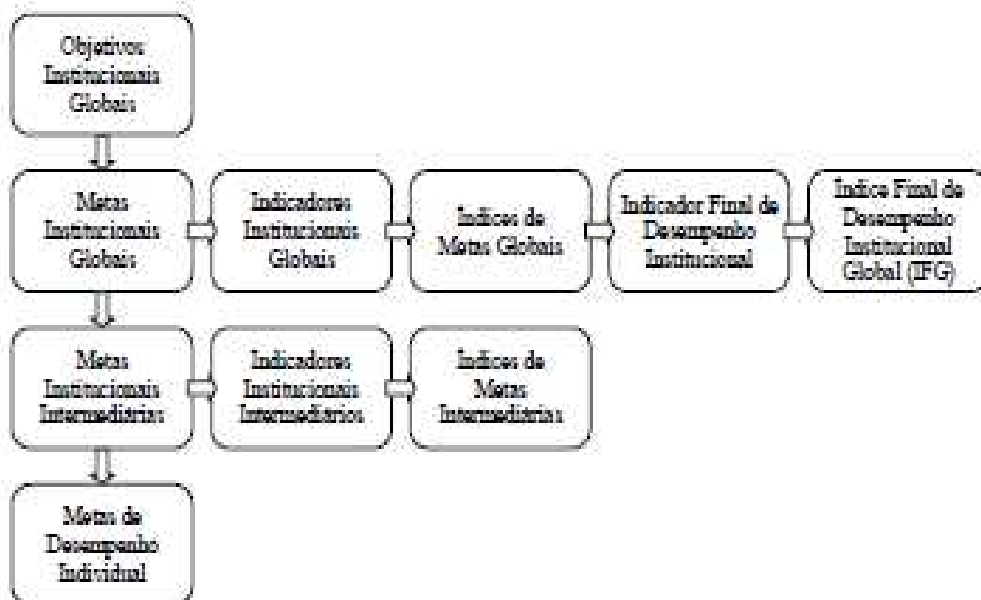
Nome do Indicador de Desempenho: Indicador Estratégico de Estabilidade de Aporte Financeiro - Âmbito Interno (EAF-AI)	
Fórmula do Indicador de Desempenho	<p>2011 (janeiro de 2012): $0,3\text{CEO} + 0,3\text{QPEO} + 0,4\text{CAF} = \text{Indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro} - \text{Âmbito Interno (EAF-AI)}$</p> <p>2012 (janeiro de 2013): $0,5\text{CEO} + 0,5\text{QPEO} = \text{Indicador de Estabilidade de Aporte Financeiro} - \text{Âmbito Interno (EAF-AI)}$</p> <p>$(\text{Valor total dos créditos liquidados} \times 100) / \text{Valor total dos créditos disponibilizados} = \text{Capacidade de Execução Orçamentária (CEO)}$ $(\text{Número de Pedidos de Aquisição atendidos} \times 100) / \text{Número de Pedidos de Aquisição elaborados} = \text{Qualidade do Processo de Execução Orçamentária (QPEO)}$ $100 - [(\text{Número de projetos descontinuados por falta de bem ou serviço solicitado} + \text{Número de projetos remanejados por falta de bem ou serviço solicitado} \times 100) / \text{Número de Projetos}] = \text{Capacidade de Atendimento Financeiro (CAF)}$</p>
Periodicidade e Responsável pela Medição	<p>Anual DPL, sob orientação do Subdepartamento de Administração (SDA)</p>
Meta para o ano	Não houve
Data e Valor da Última Medição	<p>2011 (janeiro 2012): Em caráter experimental, janeiro de 2012. Houve ajuste nos indicadores CEO e CAF, evoluindo a forma como foram concebidos no Plano Setorial (PCA 11-53) para o quadriênio 2012-2015. O indicador QPEO em 2011 não se mostrou adequado para a mensuração da qualidade do processo de execução orçamentária e foi desconsiderado. Intenciona-se uma nova métrica para este indicador (% de Pedidos de Aquisição que ocorra dentro do tempo estipulado para tal - métrica em elaboração). Resultado: 87,7 (Nível 3 - Estado Crítico)</p> <p>2012 (janeiro 2013): Resultado: 70,5 % (Nível 5 - Estado de Insubstancia) Capacidade de Execução Orçamentária (CEO): Resultado 67 % (Nível 3 – Estado Crítico) Qualidade do Processo de Execução Orçamentária (QPEO): Resultado 74 % (Nível 2 – Estado de Alerta (EA)) $\text{EAF-AI} = (0,5 \times 67) + (0,5 \times 74) = 70,5$ $\text{CEO} = 1.695.504.577 \times 100 = 67$ 2.522.417.981 $\text{QPEO} = 1.238 \times 100 = 74$ 1.674 O indicador CAF não se mostrou representativo e adequado para a mensuração do processo e foi desconsiderado. Intenciona-se uma nova métrica para este indicador.</p>
Avaliação do Controle Interno da UJ sobre o Desempenho da Organização	<p>O resultado (70,5%) do indicador EAF-AI, mesmo que preliminar e sem contar com todas as variáveis previamente concebidas para tanto, indica que o DCTA se encontra em Estado de Insubstância quanto à forma como gere o Aporte Financeiro recebido. Este resultado mostra que as métricas deste indicador devem ser revistas e que os processos de aquisição devem ser mais bem entendidos, antes que se proponha a sua mensuração. Talvez um mapeamento dos processos de aquisição possa ajudar na construção do indicador que dirá se o DCTA está gerenciando de forma que os recursos financeiros recebidos atendam às suas necessidades, porém o que é mais contundente no aspecto de influenciar negativamente o resultado são dois fatores: recebimento de recursos orçamentários pelas OM do DCTA no encerramento do Exercício (impede a execução/liquidação no mesmo Exercício e onera os Restos à Pagar para o ano seguinte de 2013) e os problemas com a tramitação de Processos Administrativos de Gestão pela Consultoria Jurídica da União/AGU em São José dos Campos – SP (retarda ou impede que Processos sejam licitados/contratados).</p>

2.3.1.4. INDICADORES DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL DO DCTA

Os Indicadores de Desempenho Institucional do DCTA foram elaborados em atendimento à Portaria Interministerial nº 428, de 6 de setembro de 2012, com a finalidade de viabilizar o recebimento da GDACT por parte dos servidores ocupantes de cargo efetivo das carreiras de C&T lotados no DCTA.

Uma interação dos Indicadores de Desempenho Institucional, ou simplesmente Indicadores Institucionais, e sua relação com a Avaliação de Desempenho Individual aparecem resumidamente na Figura GGGGGG. Maiores informações sobre o processo, bem como a metodologia utilizada para a Avaliação de Desempenho Institucional, estão disponíveis na Instrução do Comando da Aeronáutica editada pelo DCTA em atendimento à referida Portaria Interministerial, ICA 40-6.

Figura 5 – Avaliação Institucional para efeito da Portaria interministerial nº 428



3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1. AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

Os valores abaixo representam o cálculo da média retirados dos relatórios de dados de gestão das UG COPAC e UGE CLA CLBI e GIA-SJ.

Quadro XX - Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					X
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X

Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.					X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.					X
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Análise Crítica: Nada a relatar					
Escala de valores da Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria .					
(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria .					
(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

3.2. SISTEMA DE CORREIÇÃO

CORREIÇÃO PESSOAL CIVIL

O Comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de Correição do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

CORREIÇÃO PESSOAL MILITAR

A correção do pessoal militar do Comando da Aeronáutica, ativa, reserva e reformado, encontra-se sistematizada por meio da Portaria nº 967/GC3, de 9 outubro de 2009, que regulamenta a sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação de punição disciplinar militar, conforme disposto no art. 34 do Regulamento Disciplinar da Aeronáutica (RDAer) - Decreto nº 76.322, de 22 de setembro de 1975. A base legal da correção do pessoal militar encontra-se fundada na Constituição Federal de 1988 (CF/88), no art. 142, Capítulo II das Forças Armadas e no Estatuto dos Militares, Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980.

3.3. CUMPRIMENTO PELA INSTÂNCIA DE CORREIÇÃO DA PORTARIA Nº 1.043/2007 DA CGU

O DCTA está em consonância com os preceitos contidos nos Arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria-Geral da União – CGU.

O Comando-Geral do Pessoal é a unidade responsável pelas atividades de Correção do pessoal civil, no âmbito do Comando da Aeronáutica, integrante do Sistema de Correção do Poder Executivo Federal. O COMGEP fará constar em seu Relatório de Gestão as informações pertinentes a este item.

4. PROGRAMA E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1. INFORMAÇÕES SOBRE OS PROGRAMAS DO PPA DE RESPONSABILIDADE DA UJ

O DCTA não possui Programa da nova Estrutura Programática do PPA 2012-2015 sob sua responsabilidade.

4.1.1. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

O DCTA não possui Programa Temático da nova Estrutura Programática do PPA 2012-2015 sob sua responsabilidade.

4.1.2. INFORMAÇÕES SOBRE OBJETIVOS VINCULADOS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Dentro do Ministério da Defesa, o DCTA é responsável pelo Objetivo 0463 que está dividido em 02 (duas) Iniciativas: 01HR e 01HZ.

Quadro XXI - Objetivo de Programa Temático 0463 de responsabilidade do DCTA

Identificação do Objetivo						
Código	0463					
Descrição	Promover o desenvolvimento e capacitação tecnológica da Aeronáutica e da Indústria Aeroespacial Nacional, visando a ampliação da capacidade de defesa aérea					
Programa	2058 - Política Nacional de Defesa					
Órgão Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira do Objetivo (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
849.761.198,00	903.228.230,92	915.120.601,80	870.935.231,13	26.374,66	43.621.955,78	870.928.302,04
Metas do Exercício						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Iniciativa 01HR (antiga Ação 123B)				829.090.000,00	860.441.918,09
02	Iniciativa 01HZ (Nova Ação 20XB)				105.631.024,00	54.678.683,69
TOTAL					934.721.024,00	915.120.601,78

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

Na Iniciativa 01HR - Ação 123B, a diferença entre a dotação final e a despesa empenhada é devido à variação cambial, pois parte desse valor foi remetido para o exterior e os relatórios, emitidos no SIAFI GERENCIAL, demonstram os valores pela cotação atualizada do dia da sua emissão. A diferença reflete a variação da taxa de câmbio do dia efetivo de pagamento e a taxa de câmbio do dia da emissão do relatório no SIAFI.

As metas das Iniciativas se encontram descritas nas Ações 123B e 20XB.

4.1.3. INFORMAÇÕES SOBRE INICIATIVAS VINCULADAS A PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Quadro XXII - Iniciativa de Programa Temático 01HR de responsabilidade do DCTA

Identificação da Iniciativa						
Código	01HR					
Descrição	Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 a 20 Toneladas (Projeto KC-X)					
Objetivo	0463					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
744.130.174,00	829.090.000,00	860.441.918,11	860.441.918,09	0,00	0,02	860.441.918,09
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Desenvolver Aeronaves (antiga Ação 123B)	%	8	8	829.090.000,00	860.441.918,09

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

A análise crítica desta Iniciativa está lançada na análise crítica da Ação 123B.

Quadro XXIII - Iniciativa de Programa Temático 01HZ de responsabilidade do DCTA

Identificação da Iniciativa						
Código	01HZ					
Descrição	Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial					
Objetivo	0463					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
105.631.024,00	74.138.230,92	54.678.683,69	10.493.313,04	26.374,66	43.621.955,76	10.486.383,95
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Ação 20XB (nova)				105.631.024,00	54.678.683,69

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

A análise crítica desta Iniciativa está lançada na análise crítica da Ação 20XB.

A Ação 20XB é uma Ação da nova estrutura programática PPA- 2012-2015 com os dados de várias Ações do antigo PPA – 2008-2011. Foi feita uma adaptação nessa fase de mudança de um PPA para outro.

As metas estão descritas com detalhes no quadro dessa Ação que se encontra mais adiante.

Quadro XXIV - Iniciativa de Programa Temático 0110 de responsabilidade do DCTA

Identificação da Iniciativa						
Código	0110					
Descrição	Adequação da Frota de Aeronaves Militares					
Objetivo	0464					
Órgão ou Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
899.402.722,00	633.633.698,27	679.221.407,84	268.669.980,43	0,00	410.551.427,41	268.669.980,43
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Modernizar/revitalizar Aeronaves (Ação 20IH)	unidade	5	5	716.972.722,00	258.215.051,61
02	Adquirir Aeronave militar (Ação 8969)	unidade	3	3	182.430.000,00	10.454.928,82
TOTAL					899.402.722,00	268.669.980,43

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

A análise crítica se encontra nas análises das ações 20IH e 8969.

Quadro XXV - Iniciativa de Programa Temático 011B de responsabilidade do DCTA

Identificação da Iniciativa						
Código	011B					
Descrição	Aquisição de Helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto HX-BR)					
Objetivo	0464					
Órgão ou Unidade Responsável	DCTA					
Execução Orçamentária e Financeira da Iniciativa (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
900.000.000,00	744.721.796,99	865.090.168,77	503.502.936,04	0,00	361.587.232,73	503.502.936,04
Metas do Exercício Para a Iniciativa						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Adquirir Helicóptero Ação 123J)	unidade	4	4	900.000.000,00	503.502.936,04

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

A análise crítica se encontra na análise crítica da Ação 123J - Aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X-BR).

4.1.4. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PROGRAMAS TEMÁTICOS DE RESPONSABILIDADE DO DCTA

Quadro XXVI - Ação 4422 vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA

Identificação da Ação						
Código	4422					
Descrição	Funcionamento do Centro de Lançamento da Barreira do Inferno - CLBI					
Iniciativa	016C					
Objetivo	0397					
Programa	2056					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
912.000,00	812.000,00	810.147,02	530.753,32	0,00	279.393,70	530.753,32
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Manter Centro	unidade	1	1	912.000,00	530.753,32

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

Os recursos desta Ação destinam-se ao provimento dos meios necessários para o funcionamento da OM, visando executar e prestar apoio às atividades de lançamento e de rastreamento de engenhos aeroespaciais e de coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, bem como executar os testes, experimentos, pesquisa básica ou aplicada e outras atividades de desenvolvimento tecnológico de interesse da Aeronáutica, relacionados com a Política da Aeronáutica para Pesquisa e Desenvolvimento e com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais.

A finalidade desta Ação é proporcionar as condições necessárias para a manutenção das atividades operacionais do Centro. É executada pela OM e desenvolvida ao longo do exercício conforme as necessidades dos setores e a descentralização do crédito e do numerário.

Os recursos alocados nesta Ação, em exercícios anteriores, não foram suficientes para atender às metas fixadas pelo DCTA e pelo Programa Nacional de Atividades Espaciais, que retratam o cumprimento da missão deste Centro. Se não se confirmarem os aportes dos recursos oriundos da Agência Espacial Brasileira, certamente haverá a necessidade da complementação destes recursos.

Quadro XXVII - Ação 4424 vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA

Identificação da Ação						
Código	4424					
Descrição	Funcionamento do Centro de Lançamento de Alcântara - CLA					
Iniciativa	016C					
Objetivo	0397					
Programa	2056					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.800.00,00	1.797.972,66	1.797.972,66	1.252.965,30	328.070,65	545.007,36	1.197.402,75
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Manter Centro	unidade	01	01	1.800.00,00	1.252.965,30

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

Os recursos desta Ação destinam-se ao provimento dos meios necessários para o funcionamento do CLA, visando executar e prestar apoio às atividades de lançamento e de rastreamento de engenhos aeroespaciais e de coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, bem como executar os testes, experimentos, pesquisa básica ou aplicada e outras atividades de desenvolvimento tecnológico de interesse da Aeronáutica, relacionados com a Política da Aeronáutica para Pesquisa e Desenvolvimento e com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais.

A finalidade desta Ação é proporcionar as condições necessárias para a manutenção das atividades operacionais do Centro. É executada pela OM e desenvolvida ao longo do exercício conforme as necessidades dos setores e a descentralização do crédito e do numerário.

Quadro XXVIII - Ação 2595 vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA

Identificação da Ação						
Código	2595					
Descrição	Capacitação de Especialistas do Setor Aeroespacial					
Iniciativa	016R					
Objetivo	0399					
Programa	2056					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52911 - Fundo Aeronáutico					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
562.000,00	167.212,50	167.212,50	84.942,59	0,00	82.269,91	84.942,59
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Treinar Servidores	Unidade	280	94	562.000,00	167.212,50

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

Devido às dificuldades com o processo de contratação, inclusive com as avaliações dos processos pela Consultoria Jurídica da União – CJU/AGU/SJC, a UJ conseguiu contratar apenas 06 (seis) treinamentos, da verba da Ação 2595, neste ano de 2012, totalizando 94 (noventa e quatro) servidores treinados.

Quadro XXIX - Ação 2507 vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA

Identificação da Ação						
Código	2507					
Descrição	Curso de Pós-Graduação					
Iniciativa	01HM					
Objetivo	0462					
Programa	2058					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.843.000,00	1.156.241,86	1.156.241,86	315.899,02	101.120,00	840.342,84	214.779,02
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Capacitar Alunos	unidade	800	251	1.843.000,00	1.156.241,86

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

Os valores inscritos em Restos a Pagar correspondem quase à totalidade dos créditos que foram empenhados somente no final do ano, em decorrência da complexidade dos processos de licitação, mas é importante relatar que o ITA trabalhou para que não houvesse RP, tanto que a Ação 2507 estava com 100% dos créditos alocados já comprometidos no mês de setembro de 2012, mas as licitações somente foram concluídas no final do exercício, momento em que os créditos foram empenhados, ocasionando a inscrição em RP de percentual elevado.

Quadro XXX - Ação 2685 vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA

Identificação da Ação	
Código	2685
Descrição	Curso de Graduação em Engenharia
Iniciativa	01HM
Objetivo	0462
Programa	2058
Unidade Responsável	Ministério da Defesa
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
6.700.000,00	4.917.744,65	4.917.744,65	984.649,76	0,00	3.933.094,89	984.649,76
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Formar Alunos	unidade	1.086	107	6.700.000,00	4.917.744,65

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

Existe grande diferença entre a Meta física prevista e a Meta realizada, pois acreditamos que quando da mudança da descrição da meta de “aluno capacitado” para “aluno formado”, equivocadamente foi estimado um número diferente do que foi previsto pelo ITA, entretanto, podemos afirmar que a Meta física foi atingida com excelência, considerando a excelente formação dos alunos, que não encontram dificuldades para ingressar no mercado de trabalho, e aqueles que ficam na Aeronáutica, também estão preparados para assumir os desafios propostos pela carreira militar.

Quadro XXXI - Ação 123B vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA

Identificação da Ação						
Código	123B					
Descrição	Desenvolvimento de Cargueiro Tático Militar de 10 A 20 Toneladas (Projeto KC-X)					
Iniciativa	01HR					
Objetivo	0463					
Programa	2058					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
744.130.174,00	829.090.000,00	**860.441.918,11	860.441.918,09	0,00	0,02	860.441.918,09
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Desenvolver Aeronaves (% de execução física)	%	8	8	829.090.000,00	860.441.918,09

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

O Projeto KC-390, em execução pela Embraer S/A, encontra-se em avançado ritmo de desenvolvimento. Os contratos com os fornecedores nacionais e internacionais já estão fechados pela contratada. Já foram celebrados, também pela contratada, os contratos de parcerias com a Argentina, Portugal e República Tcheca, que já estão fortemente engajados no projeto, desenvolvendo segmentos estruturais da aeronave.

Está ocorrendo uma demora na liberação do numerário por parte da Secretaria de Orçamento e Finanças, o que atrasou o pagamento de algumas etapas do Contrato 002/CTA-SDDP/2009 sem, contudo, acarretar em cobrança de encargos moratórios pela empresa contratada. Foram realizadas as pertinentes gestões dentro do Comando da Aeronáutica, mas o problema extrapola esse Comando. A persistência dessa ocorrência pode acarretar na cobrança de encargos moratórios ao Comando da Aeronáutica.

Foi solicitada uma suplementação orçamentária para atender às obrigações contratuais e parte dessa suplementação foi disponibilizada via decreto do executivo (R\$ 74.413.017,00) e o restante foi aprovado pelo Congresso Nacional, via Projeto de Lei nº 46/2012-CN (R\$ 225.586.983). Essa última parcela, embora aprovada pelo Congresso, não pôde ser utilizada, uma vez que o crédito não foi descentralizado em 2012.

No âmbito do orçamento para o Projeto na fonte 100, percebe-se que a PLOA de 2013 aponta para a falta de recursos para cobrir as obrigações contratuais para o exercício. Essa proposta está indicando a contemplação de cerca de R\$ 200 milhões a menos que as necessidades do projeto planejadas para 2013. Além disso, a dívida de 2012, de R\$ 298,63 milhões, também não está contemplada.

Em virtude da insuficiência de orçamento constatada em 2012 e da PLOA de 2013, estão sendo realizadas as devidas gestões para a assinatura do 2º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 002/CTA-SDDP/2009, a fim de minimizar os impactos financeiros para o Comando da Aeronáutica. Entretanto, o impacto de cronograma, decorrente dos ajustes de orçamento, acarretará atrasos consideráveis na entrega do objeto contratual.

* As metas referentes ao contrato principal foram integralmente cumpridas e todas as entregas previstas para o ano de 2012 foram realizadas. No entanto o desembolso financeiro não correspondeu à totalidade das entregas, ou seja, parte das etapas entregues não foram pagas, conforme relatado na diferença entre a meta financeira prevista e a realizada.

** A diferença entre a dotação final e a despesa empenhada é devido à variação cambial, pois parte desse valor foi remetido para o exterior e os relatórios, emitidos no SIAFI GERENCIAL, atualizam os valores da cotação para o dia da sua emissão. A diferença reflete a variação da taxa de câmbio do dia efetivo de pagamento e a taxa de câmbio do dia da emissão do relatório no SIAFI.

Quadro XXXII - Ação 20XB vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA

Identificação da Ação						
Código	20XB					
Descrição	Pesquisa, Desenvolvimento e Capacitação no Setor Aeroespacial					
Iniciativa	01HZ					
Objetivo	0463					
Programa	2058					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52111- Comando da Aeronáutica e 52911 - Fundo Aeronáutico					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
105.631.024,00	74.138.230,92	54.678.683,69	10.493.313,04	26.374,66	43.621.955,76	10.486.383,95
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
PO 0001	Capacitar Profissionais	unidade	150	150	100.000,00	87.829,50
PO 0002	Prestar Serviços	unidade	4.000	1.836	3.838.024,00	691.711,24
PO 0003	Realizar Pesquisa	unidade	4	2	330.000,00	145.624,82

PO 0005	Desenvolver Projetos de Sistemas Bélicos e Associados	%	9%	5%	97.763.000,00	50.590.930,38
PO 0006	Registrar Eventos	unidade	2	2	3.600.000,00	3.162.587,75
TOTAL					105.631.024,00	54.678.683,69

Ação 20XB é composta pelos seguintes Planos Orçamentários (PO):

Quadro XXXIII - PO 0001 – antiga Ação 2884

Execução Orçamentária e Financeira do PO 0001 (antiga Ação 2884) (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000,00	87.829,50	87.829,50	22.013,27	10.000,00	65.816,23	22.013,27
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Capacitar Profissionais	unidade	150	150	100.000,00	87.829,50

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

O montante recebido fica muito aquém do pretendido para fazer frente às capacitações necessárias para servidores e militares do DCTA e de suas Organizações Militares Subordinadas.

Para os próximos anos haverá ainda um novo complicador: o ingresso de novos servidores. Em 2013, ingressarão mais 241 (duzentos e quarenta e um) novos servidores das carreiras de C&T e Projeto de Lei aprovado no Congresso Federal criou mais 880 (oitocentos e oitenta) cargos das carreiras de C&T e 143 (cento e quarenta e três) novos cargos de docência para o ITA. Até 2015, no mínimo, deverão ocorrer 1264 (um mil, duzentas e sessenta e quatro) capacitações de integração para os novos servidores.

Além disto, existem os novos militares que são transferidos para o Departamento e as ações de capacitação específicas para as atividades a serem desenvolvidas.

Quadro XXXIV - PO 0002 – antiga Ação 2899

Execução Orçamentária e Financeira do PO 0002 (antiga Ação 2899) (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.838.024,00	691.711,24	691.711,24	133.150,86	0,00	558.560,38	133.150,86
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Prestar Serviços	Unidade	4.000	1.836	3.838.024,00	691.711,24

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

De acordo com a LOA 2012 – Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, Vol. IV, foram estabelecidas para a Ação 2899 – Suporte ao Desenvolvimento Industrial, do Programa 2058 – Política Nacional de Defesa Aeroespacial a Meta Física de 4.000 serviços e a Meta Financeira de R\$ 3.838.024,00

Esta Ação classificada como “Atividade”, tem como produto “Serviços Tecnológicos especializados” para o Fomento da Indústria Aeroespacial, no interesse do COMAER. A organização cumpre os cronogramas de trabalho previstos e atua sob demanda. Para estabelecimento das metas são considerados os referidos cronogramas das áreas técnicas e a

demanda média atendida em anos anteriores, considerados os recursos humanos e estruturais disponíveis e o histórico de recebimento de recursos orçamentários. No cômputo geral, considera-se o desempenho físico (90%) -financeiro (98%) da Ação ótimo. O IFI empenhou 92,22%, de acordo com informação do SIAFI em 31 de dezembro de 2012, (Empenhos Emitidos = R\$691.711,24 dos R\$750.000,00 alocados) Não houve tempo hábil para a análise do total dos processos por parte da CJU, dessa forma os pedidos de aquisição de materiais e serviços necessários não atendidos em 2012 serão reencaminhados em 2013. O IFI executou 85,10% (1.720) dos serviços previstos (2021), com recursos 2012. Os serviços realizados em janeiro e fevereiro utilizaram recursos de RP e somam 116. No total, o IFI realizou 1.836 serviços. Os serviços não finalizados foram reagendados para 2013.

Quadro XXXV - PO 0003 – antiga Ação 4348

Execução Orçamentária e Financeira do PO 0003 (antiga Ação 4348) (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
330.000,00	145.624,82	145.624,82	93.464,15	0,00	52.160,67	93.464,15
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Realizar Pesquisa	unidade	4	2	330.000,00	145.624,82

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

O valor empenhado abaixo do limite deve-se a problemas e dificuldades burocráticas para atender às recomendações/requisições solicitadas pela CJU/AGU/SJC. O valor total de PAMS emitidos pelo IAE/ACA foi de aproximadamente R\$ 300.000,00, mas somente empenhado o valor de R\$ 145.624,82.

Quadro XXXVI - PO 0005 – antiga Ação 5408

Execução Orçamentária e Financeira do PO 0005 (antiga Ação 5408) (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
97.763.000,00	69.613.065,36	50.590.930,38	9.425.092,57	1.620,32	40.624.684,27	9.423.472,24
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Desenvolver Projetos de Sistemas Bélicos e Associados	%	9%	5%	97.763.000,00	50.590.930,38

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

Desenvolvimento de Sistemas Bélicos e Associados – que atende os projetos definidos como estratégicos pelo EMAER, sofreu um contingenciamento de 36% dos recursos orçamentários. Nesta UO existem três (3) projetos – A-DARTER - MAA-1A 5ª Geração - integração, MAA1-B e MAR-1 – Míssil Antirradiação – que são desenvolvidos mediante contrato com empresas privadas, o que torna necessário o remanejamento dos recursos financeiros de outros projetos de P&D para o pagamento das etapas contratuais. Para o desenvolvimento dos projetos tornam-se necessárias campanhas de ensaio, as quais possibilitam evidenciar as características de performance planejadas. Em projetos de avançada tecnologia são elevados os riscos de replanejamento dependente dos resultados de ensaios. Tais replanejamentos ocorreram, postergando o início das etapas planejadas. As metas não cumpridas foram reprogramadas para 2013.

Quadro XXXVII - PO 0006 – antiga Ação 4404

Execução Orçamentária e Financeira do PO 0006 (antiga Ação 4404) (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
3.600.000,00	3.600.000,00	3.162.587,75	819.592,19	14.754,34	2.320.734,21	814.283,43
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Registrar Eventos	Unidade	2	2	3.600.000,00	3.162.587,75

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico Aeroespacial no Centro Técnico Aeroespacial - cujos recursos atendem o IAE, o IEAv, o ITA e o IPEV foram utilizados para equipagem/atualização de laboratórios que atendem aos projetos de P&D, bem como para aquisição de periódicos e livros para a biblioteca do ITA. Estes recursos não estão sendo suficientes para atender à demanda das necessidades de manutenção e de investimentos do DCTA, pois os laboratórios que apóiam os projetos precisam ser constantemente atualizados, com equipamentos caros e na maioria importados. O investimento da biblioteca do ITA para a aquisição de periódicos e livros, como também para a renovação de assinaturas de revistas especializadas no setor aeroespacial é anual. A área de ensaios em voo também demanda muitos recursos, pois realiza campanhas de ensaio para a FAB, com sofisticados instrumentos de bordo e solo.

O valor apropriado é de R\$ 15.000.000,00 ao ano.

Quadro XXXVIII - Ação 20IH vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA

Identificação da Ação						
Código	20IH					
Descrição	Modernização e Revitalização de Aeronaves e Sistemas Embarcados					
Iniciativa	0110					
Objetivo	0464					
Programa	2058					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
716.972.722,00	618.633.698,27	664.221.407,84	258.215.051,61	0,00	406.006.356,23	258.215.051,61
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Modernizar/revitalizar Aeronaves	unidade	5	5	716.972.722,00	258.215.051,61

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

A Ação 20IH contempla, também, os Projetos MOD C-130F, PMFFAB, MOD C-95, que estão sob a responsabilidade do COMGAP, os quais serão apresentados no relatório de gestão daquele grande comando.

Os projetos sob a responsabilidade da COPAC, suportados por essa Ação são o: F-5BR, P-3BR, AM-X, já em andamento, além dos novos contratos assinados do Projeto E-99M e Projeto LINK BR2, que terão a sua execução iniciada em 2013.

Projeto AM-X: A LOA 2012 previu para o Projeto AM-X a dotação de R\$ 421.602.618,00, sendo o montante de R\$ 381.602.618,00 na Fonte 100 e R\$ 40.000,00 na Fonte 149.

Esse fato, aliado ao continuado contingenciamento imposto ao Projeto no transcorrer dos últimos anos, obrigou a gerência do Projeto a negociar Termos Aditivos aos contratos de modernização, adequando-os ao orçamento disponibilizado.

Do montante aprovado para a LOA 2012, foi contingenciado o valor de R\$ 77.624.896,00 que impediu o pagamento de uma Etapa contratual do contrato inerente à entrega de componentes para a modernização.

A execução física do Projeto foi adequada às limitações orçamentárias impostas ao Projeto AM-X, obrigando a gerência estabelecer Termos Aditivos com as empresas envolvidas. Apesar da restrição orçamentária, foram entregues à Embraer 12 aeronaves, as quais deram início ao processo de Modernização.

Em face da necessária readequação de cronograma, a finalização do Projeto, cujo planejamento inicial era entregar as últimas aeronaves modernizadas ao Comando da Aeronáutica em meados de 2013, foi postergada para 2017.

Projeto F-5BR: Apesar das restrições orçamentárias impostas ao Projeto F-5BR, etapas importantes foram realizadas em 2012, como a entrega à FAB de mais duas aeronaves do primeiro lote, restando, portanto, apenas uma última aeronave, com entrega prevista para março de 2013, para encerrar a execução física dos contratos do lote em referência.

No ano de 2012 foram entregues à Embraer, conforme previsto no cronograma do Projeto, duas aeronaves F-5 biposto referentes ao segundo lote, as quais já se encontram em fase inicial do processo de modernização.

Projeto P-3BR: Apesar do contingenciamento o projeto não foi prejudicado em sua execução devido a restrições da empresa contratada que não conseguiu fornecer as etapas dentro da previsão contratual.

A empresa BAE, fabricante do “piloto automático” das aeronaves modernizadas, teve suas instalações inundadas em 2012 e comunicou a impossibilidade de fornecer o equipamento para a última aeronave, dentro do prazo contratual.

A empresa deve apresentar quatro aeronaves para recebimento em 2013. Porém, pelos problemas já expostos anteriormente, é previsível um atraso de, pelo menos, uma aeronave para 2014.

Quadro XXXIX - Ação 8969 vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA

Identificação da Ação	
Código	8969
Descrição	Aquisição de Aeronaves
Iniciativa	01I0
Objetivo	0464
Programa	2058
Unidade Responsável	Ministério da Defesa
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
182.430.000,00	15.000.000,00	15.000.000,00	10.454.928,82	0	4.545.071,18	10.454.928,82
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Adquirir Aeronave militar	unidade	3	3	182.430.000,00	10.454.928,82

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

A Ação 8969 contempla, também, os Projetos PH-X (H-60), PAH-X e PC-98, que estão sob a responsabilidade do COMGAP, os quais serão apresentados no relatório de gestão daquele grande comando. O projeto sob a responsabilidade da COPAC, suportado por essa Ação é o Projeto VANT.

O projeto prevê a aquisição de um sistema de veículos aéreos não tripulados para vigilância e reconhecimento, bem como o respectivo suporte logístico associado, a fim de dotar o acervo da FAB com aeronaves e equipamentos necessários ao desempenho de sua destinação constitucional.

Apesar das restrições orçamentárias impostas ao Projeto VANT FAB, uma etapa importante foi realizada em 2012: o embarque, desde Israel, e a chegada do Sistema VANT ao Brasil em dezembro de 2012.

Em razão do atraso da empresa no cumprimento de duas etapas previstas para o exercício de 2012, que só serão finalizadas no início de 2013, os recursos alocados ao Projeto VANT FAB, apesar do contingenciamento de R\$ 16.212.699,90, foram suficientes para saldar as obrigações da contratante e não impactaram o cumprimento da meta física.

Quadro XL - Ação 123J vinculada a Programa Temático de responsabilidade do DCTA

Identificação da Ação	
Código	123J
Descrição	Aquisição de helicópteros de médio porte de emprego geral (Projeto H-X-BR)
Iniciativa	01IB
Objetivo	0464
Programa	2058
Unidade Responsável	Ministério da Defesa
Unidade Orçamentária	52101 - Ministério da Defesa

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
900.000.000,00	744.721.796,99	*865.090.168,77	503.502.936,04	0,00	361.587.232,73	503.502.936,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Adquirir Helicópteros	unidade	4	4	900.000.000,00	503.502.936,04

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

O Consórcio Eurocopter-Helibrás, no contrato 008/CTA-SDDP/2008, cumpriu as metas pré-estabelecidas para o ano de 2012, promovendo a entrega de 4 helicópteros (1 VIP e mais uma para cada Força Armada), além disso também foram entregues várias etapas de suprimento para atender a operação das aeronaves. O orçamento para saldar o contrato em pauta foi insuficiente para o pagamento do custeio de 2012, o que resultará em um déficit de mais de €84.000.000,00.

A empresa Helibrás apresentou dificuldades em cumprir as entregas do contrato 019/DCTA-COPAC/2011. A empresa foi notificada de todos os atrasos contratuais. Os atrasos em pauta ainda não implicaram em prejuízo para a operação dos helicópteros EC-725.

No âmbito do orçamento para o Projeto na fonte 149, percebe-se que a PLOA de 2013 aponta para a falta de recursos para cobrir o Contrato de Despesa 008/CTA-SDDP/2008 da ordem de €248.000.000,00, o que indica que essa proposta está contemplando apenas 38% das necessidades do contrato em questão.

Em virtude da insuficiência de orçamento constatada em 2012 e da PLOA de 2013, estão sendo realizadas as devidas gestões para a assinatura do 3º Termo Aditivo ao Contrato de Despesa nº 008/CTA-SDDP/2008, a fim de minimizar os impactos financeiros para o Comando da Aeronáutica, mas o impacto de cronograma da entrega do objeto contratual provavelmente sofrerá um atraso considerável.

As atividades de transferência de tecnologia e de cooperação industrial vêm sendo executados conforme o planejado.

* A diferença entre a dotação final e a despesa empenhada é devido à variação cambial, pois parte desse valor foi remetido para o exterior e os relatórios, emitidos no SIAFI GERENCIAL, atualizam os valores pela cotação do dia da sua emissão. A diferença reflete a variação da taxa de câmbio do dia efetivo de pagamento e a taxa de câmbio do dia da emissão do relatório no SIAFI.

4.1.5. INFORMAÇÕES SOBRE PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

O DCTA não possui nenhum Programa de Governo Constante do PPA - de Gestão e Manutenção e Serviços sob sua responsabilidade.

4.1.6. INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES VINCULADAS A PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

Quadro XLI - Ação 0A07 vinculada a Programa de Gestão, Manutenção e Serviços de responsabilidade do DCTA

Identificação da Ação						
Código	0A07					
Descrição	Concessão de Bolsa-Educação Especial aos Dependentes das Vítimas do Acidente de Alcântara (Lei nº 10.821, de 18 de dezembro de 2003)					
Iniciativa	016R					
Objetivo	0399					
Programa	2108					
Unidade Responsável	Ministério da Defesa					
Unidade Orçamentária	52111 - Comando da Aeronáutica					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
194.963,00	194.963,00	194.963,00	52.084,26	0,00	142.878,74	52.084,26
Metas do Exercício Para a Ação						
Ord em	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Concessão de Bolsas	Não tem	Não tem	21	194.963,00	194.963,00

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

Análise Crítica

O valor incluído em restos a pagar não processados será utilizado para a concessão de bolsas-educação especial em 2013, até que haja nova dotação de recursos para atender esta Ação.

4.2. INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA DESPESA

4.2.1. IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS DA UJ

Quadro XLII - Identificação das Unidades Orçamentárias do DCTA

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Comando da Aeronáutica	52111	120002
Fundo da Aeronáutica	52911	121002

4.2.2. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

4.2.2.1. PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.2.PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS DE CAPITAL

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.3. RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS E DA RESERVA DE CONTINGÊNCIA

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.2.4.ANÁLISE CRÍTICA

A Unidade Jurisdicionada não é responsável pela programação orçamentária.

4.2.3. MOVIMENTAÇÃO DE CRÉDITOS INTERNA E EXTERNA

Quadro XLIII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa					Valores em R\$ 1,00
Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes	
	Concedente	Recebedor		1 – Pessoal e Encargos Sociais	
Movimentação Interna	Recebidos	120002	120016	05122210820TP0001	94.216,68

Continuação do Quadro XLIII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa					Valores em R\$ 1,00	
Natureza da Movimentação de Crédito	UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes	Despesas de Capital	
	Concedente	Recebedor		3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos	
Movimentação Interna	Concedidos	---x---	---x---	--x--	0,00	0,00
Movimentação Interna	Recebidos	203001	120141	019571205662400000	30.626,77	0,00
		203001	120013	019572205624600000	58.000,00	0,00
		203001	120015	019572205624600000	50.000,00	0,00
		203001	120141	019572205662390000	992.118,47	0,00
		203001	120141	019572205667040000	66.814,89	299.715,51
		203001	120013	01957220567F400101	0,00	6.767.977,86
		203001	120143	01966520561C680001	0,00	1.120.980,79
		150297	120140	012364203204870000	274.062,80	0,00
		150124	120013	012306203087440000	5.519,78	0,00
		110407	120013	051222108200000000	2.314,80	0,00
		110407	120110	051222108200000000	50.255,00	0,00
		110407	120016	051262058148900000	5.000,00	0,00
		110407	120016	051832108286600000	19.973,70	0,00
		110407	120142	051832108286600000	15.000,00	0,00
		110407	120131	05333205865570000	30.016,00	0,00

Continuação do Quadro XLIII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa					Valores em R\$ 1,00	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes	Despesas de Capital
		Concedente	Recebedor		3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos
Movimentação Interna	Recebidos	110407	120013	05366205884250000	4.204,54	0,00
		110407	120142	05722205842220000	153.013,41	0,00
		110407	120108	05722205851340000	1.497,87	0,00
		110407	120142	05722205851340000	0,00	118.935,52
		110407	120108	051512058123J0001	0,00	865.090.168,76
		110407	120016	0515320552B280001	10.000,00	0,00
		110407	120015	05211138314M20101	9.415,86	0,00
		110407	120016	0521220582D550001	3.494,40	0,00
		110407	120142	05542205820T80001	30.000,00	0,00
		120002	120013	05122210820000000	2.866.612,36	195.890,00
		120002	120015	05122210820000000	760.015,22	0,00
		120002	120016	05122210820000000	8.477.426,25	415.814,25
		120002	120108	05122210820000000	1.294.380,82	66.579,31
		120002	120110	05122210820000000	1.618.950,78	0,00
		120002	120113	05122210820000000	79.336,26	0,00
		120002	120140	05122210820000000	81.878,77	393.271,64
		120002	120141	05122210820000000	211.762,04	0,00
		120002	120142	05122210820000000	171.719,11	0,00
		120002	120143	05122210820000000	162.693,06	0,00
		120002	120150	05122210820000000	290.505,39	634.902,70
		120002	120298	05122210820000000	185.551,33	0,00
		120002	120299	05122210820000000	217.606,92	0,00
		120002	120501	05122210820000000	44.406,88	0,00
		120002	120512	05122210820000000	220.181,27	0,00
		120002	120110	05128205828840000	78.619,50	9.210,00
		120002	120013	05128205829150000	6.997,53	0,00
		120002	120016	05128205829150000	10.271,05	0,00
		120002	120110	05151205829160000	60.242,38	0,00
		120002	120108	05151205889690000	0,00	15.000.000,00

Continuação do Quadro XLIII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa						Valores em R\$ 1,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes	Despesas de Capital
		Concedente	Recebedor		3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos
Movimentação Interna	Recebidos	120002	120013	05306205828640000	1.236.106,06	0,00
		120002	120015	05306205828640000	317.253,81	0,00
		120002	120016	05306205828640000	4.058.947,72	0,00
		120002	120140	05364205825070000	906.223,93	729.659,14
		120002	120140	05364205826850000	3.371.760,12	2.173.066,45
		120002	120155	05365210820100000	181.826,15	0,00
		120002	120141	05545205843480000	107.405,30	42.000,00
		120002	120015	05572205644220000	778.172,42	131.974,60
		120002	120013	05572205644240000	1.199.130,42	598.842,24
		120002	120143	05662205828990000	183.483,52	508.227,72
		120002	120016	05122210820TP0001	0,00	0,00
		120002	120140	0512820582B250001	347.915,42	90.860,49
		120002	120298	0512820582B250001	70.567,57	20.485,68
		120002	120299	0512820582B260001	19.900,00	22.565,00
		120002	120108	051512058123B0001	0,00	860.441.918,11
		120002	120108	05151205820IH0001	0,00	664.221.407,84
		120002	120016	05151205820S90001	0,00	4.578.554,00
		120002	120140	05151205820S90001	0,00	530.000,00
		120002	120150	05151205820SA0001	50.000,00	99.380,00
		120002	120013	05301210820CW0001	9.021,28	0,00
		120002	120016	05301210820CW0001	280.383,06	0,00
		120002	120016	0584621080A070001	194.963,00	0,00
113413	120013	05122205828720000	0,00	4.754,00		
Movimentação Externa	Concedido	----X----	-----X-----	-----X-----	0,00	0,00
Movimentação Externa	Recebidos	203001	120013	01957220562460000	7.791.766,83	875.577,95
		203001	120013	01957220567F400101	0,00	26.326.328,72
		203001	120015	01957220562460000	2.670.047,25	1.196.755,79
		203001	120141	01957120566240000	1.018.785,30	0,00
		203001	120141	01957220562460000	3.805.128,99	1.262.946,46
		203001	120141	019572205662390000	8.381.500,00	0,00

Continuação do Quadro XLIII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa						Valores em R\$ 1,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes	Despesas de Capital
		Concedente	Recebedor		3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos
Movimentação Externa	Recebidos	203001	120141	019572205667040000	126.591,35	414.079,51
		203001	120143	01966520561C680001	221.569,67	1.208.306,10
		121002	120013	05122210820000000	2.215.157,99	0,00
		121002	120013	05302210828870000	89.227,83	0,00
		121002	120015	05122210820000000	725.762,06	40.000,00
		121002	120015	05302210828870000	22.227,35	0,00
		121002	120016	05122210820000000	6.442.985,97	903.080,83
		121002	120016	05151205844040000	0,00	215.600,00
		121002	120016	05302210828870000	731.045,40	3.749,31
		121002	120067	05151205829230000	337.429,17	0,00
		121002	120074	05122210820000000	796,50	0,00
		121002	120099	05122210820000000	11.881,54	0,00
		121002	120099	05151205827560000	19.985,50	11.000,00
		121002	120108	05122210820000000	138.526,97	59.952,80
		121002	120108	05151205829160000	31.436,73	0,00
		121002	120108	05151205854080000	2.888.373,00	38.498.377,15
		121002	120110	05122210820000000	1.862.555,01	171.803,34
		121002	120110	05151205829160000	1.490.631,01	0,00
		121002	120113	05122210820000000	0,00	9.281,78
		121002	120127	05151205831330000	4.275,00	0,00
		121002	120140	05122210820000000	219.445,00	0,00
		121002	120140	05151205844040000	425.282,07	237.162,00
		121002	120141	05122210820000000	381.248,30	26.305,72
		121002	120141	05128205625950000	128.879,70	38.332,80
		121002	120141	05151205829130000	70.160,78	239.582,45
		121002	120141	05151205844040000	428.608,64	324.256,64
		121002	120141	05151205854080000	386.521,64	4.178.785,54
		121002	120142	05122210820000000	101.950,40	17.864,58
		121002	120142	05126205852610000	0,00	136.523,96
		121002	120142	05151205844040000	432.265,75	672.934,48

Continuação do Quadro XLIII - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa						Valores em R\$ 1,00
Natureza da Movimentação de Crédito		UG		Classificação da Ação	Despesas Correntes	Despesas de Capital
		Concedente	Recebedor		3 – Outras Despesas Correntes	4 – Investimentos
		121002	120142	05151205854080000	1.385.086,03	3.253.787,04
Movimentação Externa	Recebidos	121002	120143	05122210820000000	398.632,07	88.347,78
		121002	120143	05151205829130000	442,50	0,00
		121002	120150	05122210820000000	162.742,50	3.511,00
		121002	120150	05151205829130000	596,50	0,00
		121002	120150	05151205820SA0001	52.194,57	0,00
		121002	120155	05122210820000000	3.840,05	1.046.730,57
		121002	120298	05122210820000000	0,00	4.064,00
		121002	120299	05122210820000000	55.523,93	2.104,20
		121002	120299	05151205844040000	198.086,10	228.392,06
		121002	120501	05122210820000000	54.395,00	0,00
		121002	120501	05151205829230000	261.800,00	0,00
		121002	120512	05122210820000000	3.491.894,47	20.992,76

Fonte: Siafi Gerencial

4.2.4. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

4.2.4.1. EXECUÇÃO DA DESPESA COM CRÉDITOS ORIGINÁRIOS

Não ocorreu no período.

4.2.4.2. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS RECEBIDOS PELA UJ POR MOVIMENTAÇÃO

4.2.4.2.1. Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Quadro XLIV - Despesas por Modalidade de Contratação – Créditos de movimentação Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f)	36.013.047,98	33.299.280,03	35.206.188,13	32.114.518,61
a) Convite	1.082.350,37	1.091.745,64	1.082.350,37	1.091.745,62
b) Tomada de Preços	412.224,32	449.008,43	412.224,32	341.231,41
c) Concorrência	5.792.049,24	8.193.259,10	5.531.947,70	8.085.298,02
d) Pregão	28.726.424,05	23.565.266,86	28.179.665,74	22.596.242,66
e) Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
f) Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
2. Contratações Diretas (g+h)	1.656.941.503,71	577.684.518,19	1.656.741.056,63	575.123.727,12
g) Dispensa	989.497.684,83	177.395.608,17	989.427.215,67	177.384.547,68
h) Inexigibilidade	667.443.818,88	400.288.910,02	667.313.840,96	397.739.179,44
3. Regime de Execução Especial	251.559,58	255.391,85	251.559,58	255.391,85
i) Suprimento de Fundos	251.559,58	255.391,85	251.559,58	255.391,85
4. Pagamento de Pessoal (j+k)	437.463.164,80	489.888.064,35	437.439.076,25	489.888.064,35
j) Pagamento em Folha	433.916.567,89	487.257.942,72	433.916.567,89	487.257.942,72
k) Diárias	3.546.596,91	2.630.121,63	3.522.508,36	2.630.121,63
5. Outros	190.413,84	413.989,98	190.413,84	413.989,98
l) Não se aplica	190.413,84	413.989,98	190.413,84	413.989,98
6. Total (1+2+3+4+5)	2.130.859.689,91	1.101.541.244,40	2.129.828.294,43	1.097.795.691,91

Fonte: Siafi Gerencial

4.2.4.2.2. Despesas Totais Por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Quadro XLV - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3 – Outras Despesas Correntes	79.216.669,99	116.129.213,35	47.736.271,58	55.197.117,25	31.480.398,41	60.932.096,10	47.045.131,09	52.082.761,19
ED 14	1.087.102,35	843.646,33	1.087.102,35	843.646,33	0,00	0,00	1.085.560,65	843.646,33
ED 15	2.459.494,56	1.729.354,35	2.459.494,56	1.729.354,35	0,00	0,00	2.436.947,71	1.729.354,35
ED 18	372.103,80	262.552,60	75.284,26	82.398,05	296.819,54	180.154,55	75.284,26	82.398,05
ED 30	15.696.019,11	26.052.744,62	8.286.755,67	9.005.242,14	7.409.263,44	17.047.502,48	7.998.431,46	8.951.480,26
ED 31	7.695,56	1.300,00	3.775,56	1.300,00	3.920,00	0,00	3.775,56	1.300,00
ED 32	83.711,93	81.837,60	57.590,27	58.180,44	26.121,66	23.657,16	55.236,63	56.811,94
ED 33	2.232.203,61	1.763.965,21	1.896.582,37	328.613,80	335.621,24	1.435.351,41	1.896.582,37	325.458,81
ED 36	71.151,61	100.508,75	13.516,61	32.963,75	57.635,00	67.545,00	13.516,61	32.963,75
ED 39	56.963.105,61	84.816.033,42	33.757.616,28	42.845.724,17	23.205.489,33	41.970.309,25	33.381.242,19	39.789.653,48
ED 47	11.110,87	44.234,86	6.742,78	29.372,58	4.368,09	14.862,28	6.742,78	29.372,58
ED 92	15.329,00	210.628,68	15.329,00	210.628,68	0,00	0,00	15.329,00	210.628,68
ED 93	217.641,98	222.406,93	76.481,87	29.692,96	141.160,11	192.713,97	76.481,87	29.692,96

Continuação do Quadro XLV- Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00

DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	2.496.960.113,43	934.184.417,46	1.649.206.850,44	558.535.751,96	847.753.262,99	375.648.665,50	1.648.866.595,45	557.904.555,54
ED 14	0,00	31.478,40	0,00	31.478,40	0,00	0,00	0,00	31.478,40
ED 30	212.622.855,36	161.348.866,11	98.424.595,74	80.264.814,50	0,00	81.084.051,61	0,00	80.264.814,50
ED 33	0,00	20.300,00	0,00	0,00	0,00	20.300,00	0,00	0,00
ED 39	1.445.007.744,41	628.007.265,79	1.085.808.262,19	424.169.822,66	359.199.482,22	203.837.443,13	1.085.689.854,81	424.169.822,67
ED 51	24.963.111,23	14.960.576,86	4.768.426,63	5.655.066,18	20.194.684,60	9.305.510,68	4.768.426,63	5.547.106,00
ED 52	814.360.738,43	129.793.823,50	460.205.565,88	48.392.463,42	354.155.172,55	81.401.360,08	459.983.718,30	47.869.227,17
ED 93	0,00	498,90	0,00	498,90	0,00	0,00	0,00	498,90
5 – Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: Siafi Gerencial

4.2.4.2.3. ANÁLISE CRÍTICA

Houve um grande aumento no valor total executado do ano de 2011 para 2012, devido à COPAC concentrar a gestão dos contratos de projetos, ela foi responsável por executar R\$ 975.929.575,10 (98,63%) do total apresentado na contratação direta por dispensa e por R\$ 665.717.448,38 (99,74%) do total apresentado na contratação direta por inexigibilidade. Todos aplicados em investimento.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. INFORMAÇÕES SOBRE O RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não ocorreu no período.

5.2. RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR INSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não ocorreu no período.

5.2.1. ANÁLISE CRÍTICA

Não ocorreu no período.

5.3. PAGAMENTOS E CANCELAMENTOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Quadro XLVI - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$
1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	40.747.093,75	422,15	24.834.975,95	15.911.695,65
2010	185.769.451,27	1.826.662,44	165.585.880,11	18.356.908,72
2009	532.556,96	84.668,01	420.788,37	27.100,58
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	465.695.146,39	388.487,57	384.828.544,38	80.478.114,43
2010	454.555.664,59	1.754.442,37	453.246.673,43	85.836.606,10
2009	112.702.808,36	6.211.724,69	102.261.806,93	54.809.502,25

Fonte: Siafi Gerencial

5.3.1. ANÁLISE CRÍTICA

Os restos a pagar, vêm sendo executados na medida em que os contratos a que se referem têm suas etapas recebidas e aceitas.

O montante de restos a pagar inscritos varia muito em função dos projetos e das liberações de recursos e o saldo a pagar tem mantido um nível quase constante nos últimos dois anos.

5.4. TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

5.4.1. RELAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIA VIGENTES NO EXERCÍCIO

Quadro XLVII - Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Comando da Aeronáutica - COMAER / Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA /// Interviente: Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - SEFA									
CNPJ: 00394429/0001-00				UG/GESTÃO: 120002/0001					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	S/N	MD/COPAC	159.326.741,76	0,00	0,00	136.514.451,95	JUL/2008	JUL/2016	A

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Agência Espacial Brasileira									
CNPJ: 086.900.545/0001-70				UG/GESTÃO: 200301/0001					
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
3	S/N	CLBI	7.510.572,83	0,00	4.082.721,00	4.082.721,00	JAN/2012	DEZ/2012	A
3	S/N	IAE	21.263.433,00	0,00	24.629.198,00	24.629.198,00	MAR/2012	DEZ/2012	A
3	S/N	IFI	2.600.000,00	0,00	1.968.581,00	1.968.581,00	MAR/2012	DEZ/2012	A
3	S/N	CLA	37.382.938,48	0,00	36.647.398,00	36.647.398,00	MAR/2012		A

LEGENDA

Modalidade:

- 1 - Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Cooperação
- 4 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- Adimplente
- Inadimplente
- Inadimplência Suspensa
- Concluído
- Excluído
- Rescindido
- Arquivado

Fonte: Relatório das UGE e Termos de Cooperação e Descentralização de Crédito (TCDC).

5.4.2. QUANTIDADE DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS CELEBRADOS E VALORES REPASSADOS NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Refere-se à COPAC

Quadro XLVIII - Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Comando da Aeronáutica - COMAER / Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA /// Interveniente: Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - SEFA					
CNPJ:	00394429/0001-00					
UG/GESTÃO:	120002/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	2	0,00	0,00	50.000.000,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	0	0	2	0,00	0,00	50.000.000,00

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia

Refere-se ao CLBI

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Agência espacial Brasileira					
CNPJ:	086.900.545/0001-70					
UG/GESTÃO:	200301/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	1	1	1	4.082.721,00	5.248.136,00	5.323.829,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	1	1	1	4.082.721,00	5.248.136,00	5.323.829,00

Fonte: Termo de Cooperação e Descentralização de Crédito (TCDC)

Refere-se ao IAE

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Agência espacial Brasileira					
CNPJ:	086.900.545/0001-70					
UG/GESTÃO:	200301/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	3	3	3	24.629.198,00	28.979.731,00	42.280.763,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	3	3	3	24.629.198,00	28.979.731,00	42.280.763,00

Fonte: Termo de Cooperação e Descentralização de Crédito (TCDC)

Refere-se ao IFI

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Agência espacial Brasileira					
CNPJ:	086.900.545/0001-70					
UG/GESTÃO:	200301/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	1	1	1	1.968.581,00	1.175.873,00	1.410.883,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	1	1	1	1.968.581,00	1.175.873,00	1.410.883,00

Fonte: Termo de Cooperação e Descentralização de Crédito (TCDC)

Refere-se ao CLA

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Agência espacial Brasileira					
CNPJ:	086.900.545/0001-70					
UG/GESTÃO:	200301/0001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	2	2	2	36.647.398,00	17.444.348,00	16.159.421,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	2	2	2	36.647.398,00	17.444.348,00	16.159.421,00

Fonte: Termo de Cooperação e Descentralização de Crédito (TCDC)

Refere-se ao GIASJ

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE					
CNPJ:	00.394.429/0140-80					
UG/GESTÃO:	120141/00001					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Convênio	0	0	0	0,00	0,00	574.312,00
Contrato de Repasse	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Termo de Compromisso	0	0	0	0,00	0,00	0,00
Totais	0	0	0	0,00	0,00	574.312,00

Fonte: SIAFI

5.4.3. INFORMAÇÕES SOBRE O CONJUNTO DE INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS QUE PERMANECERÃO VIGENTES NO EXERCÍCIO DE 2013 E SEGUINTE

Refere-se à COPAC

Quadro XLIX - Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2013 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Comando da Aeronáutica - COMAER / Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA ///					
Interveniente: Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - SEFA					
CNPJ: 00394429/0001-00			UG/GESTÃO:120002/0001		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	1	0,00	136.514.451,95	0,00	85,68
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	1	0,00	136.514.451,95	0,00	85,68

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia

Refere-se ao CLBI

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Agência Espacial Brasileira					
CNPJ: 086.900.545/0001-70			UG/GESTÃO:		
Modalidade	Qtd. de Instrumentos com Vigência em 2013 e Seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor Global Repassado até o Final do Exercício de 2012
		Contratados	Repassados até 2012	Previstos para 2013	
Convênio	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Contrato de Repasse	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Termo de Cooperação	1	4.604.772,89	4.604.772,89	7.510.000,00	4.604.772,89
Termo de Compromisso	0	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	1	4.604.772,89	4.604.772,89	7.510.000,00	4.604.772,89

Fonte: SIAFI/ Termo de Descentralização de Crédito (TCDC)

5.4.4. INFORMAÇÕES SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS RELATIVAS AOS CONVÊNIOS, TERMOS DE COOPERAÇÃO E CONTRATOS DE REPASSE

Refere-se à COPAC

Quadro L - Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio, termo de cooperação e de contratos de repasse. Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Comando da Aeronáutica - COMAER / Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial – DCTA ///					
Interveniente: Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica - SEFA					
CNPJ: 00394429/0001-00		UG/GESTÃO: 120002/0001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
2011	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
2010	Contas Prestadas	Quantidade	0	2	0
		Montante Repassado	0,00	50.000.000,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00

Fonte: Fundo Nacional de Desenvolvimento em Ciência e Tecnologia

Refere-se ao GIASJ

Unidade Concedente					
Nome: Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE					
CNPJ: 00.394.429/0140-80		UG/GESTÃO: 120141/00001			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2012	Contas Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
2011	Contas Prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
2010	Contas Prestadas	Quantidade	2	0	0
		Montante Repassado	1.076.086,87	0,00	0,00
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00
Anteriores a 2010	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	0	0	0
		Montante Repassado	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI

5.4.5. INFORMAÇÕES SOBRE A ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E DE CONTRATOS DE REPASSE

Refere-se ao GIA-SJ/IAE

Quadro LI - Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse Valores em R\$
1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: Instituto de Aeronáutica e Espaço - IAE					
CNPJ: 00.394.429/0140-80			UG/GESTÃO: 120141/00001		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2012	Quantidade de Contas Prestadas			0	0
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Quantidade	Contas Analisadas	0	0
			Contas Não Analisadas	0	0
		Montante Repassado (R\$)		0,00	0,00
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada	0	0
			Quantidade Reprovada	0	0
			Quantidade de TCE	0	0
		Contas NÃO Analisadas	Quantidade	0	0
Montante Repassado (R\$)		0,00	0,00		
2011	Quantidade de contas prestadas			2	0
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada		0	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
Montante repassado (R\$)		0,00	0,00		
2010	Quantidade de Contas Prestadas			2	0
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada		0	0
		Quantidade Reprovada		0	0
		Quantidade de TCE		0	0
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
Montante Repassado		0,00	0,00		
Exercícios Anteriores a 2010	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		0	0
		Montante Repassado		0,00	0,00

Fonte: SIAFI

5.4.6. ANÁLISE CRÍTICA

Nada a relatar.

5.5. SUPRIMENTO DE FUNDOS

Somente o GIA-SJ utilizou recursos de suprimento de fundos no exercício de 2012.

5.5.1. DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

5.5.1.1. SUPRIMENTO DE FUNDOS – VISÃO GERAL

Quadro LII - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Valores em
R\$ 1,00

Suprimento de Fundos					
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo "B"	CPGF		
			Saque	Fatura	
120016	Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos	0,00	0,00	34.637,34	34.637,34
120110	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial	0,00	0,00	6.534,81	6.534,81
120141	Instituto de Aeronáutica e Espaço	0,00	0,00	51.402,10	51.402,10
	Total Utilizado pela UG por Tipo de SF	0,00	0,00	92.574,25	92.574,25

5.5.1.2. SUPRIMENTO DE FUNDOS – CONTA TIPO "B"

Não ocorreu no período.

5.5.1.3. SUPRIMENTO DE FUNDOS – CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (CPGF)

Quadro LIII – Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Código da UG	120016	Limite de Utilização da UG	40.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Magno Aniceto dos Santos SO SMU	053.746.498-09	8.000,00	0,00	6.295,00	6.295,00
Magno Aniceto dos Santos SO SMU	053.746.498-09	8.000,00	0,00	5.726,99	5.726,99
Renato Moreira Gayoso 3S SOB	116.063.287-19	8.000,00	0,00	7.427,31	7.427,31
Paulo Sergio do Prado NM RJU	788.625.828-20	8.000,00	0,00	7.845,72	7.845,72
Pollyne Avelino da Silva 3S SEL	131.214.387-86	8.000,00	0,00	7.342,12	7.342,12
Total Utilizado pela UG			0,00	34.637,14	34.637,14
Código da UG	120110	Limite de Utilização da UG	32.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Otoniel Tomas da Silva 3S SOB	252.388.368-99	8.000,00	0,00	1.813,42	1.813,42
Otoniel Tomas da Silva 3S SOB	252.388.368-99	8.000,00	0,00	2.167,00	2.167,00
Wagner Santos de Oliveira 3S SAD	277.864.998-06	8.000,00	0,00	645,49	645,49
Wagner Santos de Oliveira 3S SAD	277.864.998-06	8.000,00	0,00	1.908,90	1.908,90
Total Utilizado pela UG			0,00	6.534,81	6.534,81

Código da UG	120141	Limite de Utilização da UG	88.000,00		
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Luciano Tomassoni Coelho Tecnol Pl	074.028.787-75	8.000,00	0,00	7.964,73	7.964,73
Paulo Santos Rigoli 1º Ten Eng	092.327.777-38	8.000,00	0,00	2.480,10	2.480,10
Paulo Santos Rigoli 1º Ten Eng	092.327.777-38	8.000,00	0,00	2.489,00	2.489,00
Lindomar Alves Soares 3S BEP	447.337.802-06	8.000,00	0,00	7.832,52	7.832,52
Homero de Paula e Silva Tecnol Sn	024.809.838-11	8.000,00	0,00	7.997,53	7.997,53
Maurício Guimarães Silva Pesq	080.677.518-11	8.000,00	0,00	1.998,15	1.998,15
Maurício Guimarães Silva Pesq	080.677.518-11	8.000,00	0,00	0.000,00	0.000,00
Nivaldo Gomes Ass C&T	048.675.418-93	8.000,00	0,00	5.527,00	5.527,00
Cláudio da Silva SO RR	036.728.438-30	8.000,00	0,00	3.999,50	3.999,50
Fábio Derenzo Soares Téc Seg	126.024.038-06	8.000,00	0,00	3.148,84	3.148,84
Luciano Tomassoni Coelho Tecnol Pl	074.028.787-75	8.000,00	0,00	7.964,73	7.964,73
Total Utilizado pela UG			0,00	51.402,10	51.402,10

Fonte: ACI/A-4

5.5.1.4.UTILIZAÇÃO DA CONTA TIPO “B” E DO CARTÃO CRÉDITO CORPORATIVO PELA UJ

Quadro LIV - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica) Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Suprimento de Fundos						
	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	
2012	0	0,00	0	0,00	19	92.574,25	92.574,25
2011	0	0,00	0	0,00	20	73.024,12	73.024,12
2010	0	0,00	0	0,00	16	46.915,46	46.915,46

Fonte: ACI/A-4

5.5.1.5.PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Quadro LV – Prestação de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Situação	Suprimento de Fundos											
	Conta Tipo “B”						CPGF					
	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor
PC não Apresentadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC Aguardando Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	03	5.146,99	0	0,00	0	0,00
PC em Análise	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PC não Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	0	0,00	01	3.723,00	0	0,00
PC Aprovadas	0	0,00	0	0,00	0	0,00	16	87.427,26	16	69.301,12	16	46.915,46

Fonte: ACI/A-4

5.5.1.6.ANÁLISE CRÍTICA

Nada a relatar.

5.6. RENÚNCIAS TRIBUTÁRIAS SOB A GESTÃO DA UJ

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS

6.1. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES ATIVOS

6.1.1. DEMONSTRAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro LVI - Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	5432	3811	268	295
1.1. Militares (1.1.1+1.1.2)	1787	1689	261	198
1.1.1. Militares de carreira vinculada ao órgão - Ativa	1783	1685	260	198
1.1.2. Reconvocados	4	4	1	0
1.2. Servidores Civis de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	**3645	2122	7	97
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3645	2116	7	97
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	*10	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.5. Servidores efetivos ocupantes de cargo de Dir. e Ass. Sup.	0	2	0	0
1.2.6. Servidores em provimento de cargo de Dir. e Ass. Sup. Não ocupante de cargo efetivo	0	4	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1 + 2.2)	1105	1206	639	396
2.1 Militares (2.1.1 + 2.1.2 + 2.1.3)	1105	1206	639	396
2.1.1 Serviço Militar Obrigatório	933	992	601	373
2.1.2 Quadro Complementar de Oficiais Temporários	98	97	17	18
2.1.3 Tarefa por Tempo Certo	74	117	21	5
2.2 Civis	0	0	0	0
3. Total de Servidores (1+2)	6537	5017	907	691

Fonte: OM Subordinadas

Obs: * - Não contabilizado 10 servidores de carreira em exercício provisório por não pertencerem ao quadro de efetivo (Art. 84 § 2º da Lei nº 8112/90).

** - Lotação autorizada acrescida de 1.023 cargos, conforme disposto no art. 47 da lei nº 12.278/2012.

6.1.1.1.SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO EFETIVA DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro LVII - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1)	9
1.1 Civis	9
1.1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.1.2. Exercício de Função de Confiança	4
1.1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	4
2. Afastamentos (2.1+2.2)	34
2.1 Militares	34
2.1.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.1.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	34
2.1.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.1.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
2.2 Civis	0
2.2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	0
3. Removidos (3.1)	2
3.1 Civis	2
3.1.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.1.2. A pedido, a critério da Administração	2
3.1.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.1.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.1.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	33
4.1 Militares	12
4.1.1. Doença em pessoa da família	2
4.1.2. Capacitação	10

Continuação do Quadro LVII – Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
4.2 Cívica	21
4.2.1. Doença em pessoa da família	5
4.2.2. Capacitação	16
5. Licença não remunerada (5.1+5.2)	12
5.1 Militares	2
5.1.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.1.2. Atividade política	0
5.1.3. Interesses particulares	2
5.1.4. Mandato classista	0
5.2 Cívica	10
5.2.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	4
5.2.2. Serviço militar	0
5.2.3. Atividade política	5
5.2.4. Interesses particulares	1
5.2.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	2
6.1 Militares	1
6.2 Cívica	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	92

Fonte: OM Subordinadas

6.1.2. QUALIFICAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

Quadro LVIII - Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ (Situação em 31 de dezembro)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão (1.1 + 1.2)	6	6	0	0
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	6	6	0	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	3	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	0	1	0	0
1.2.5. Aposentados	0	2	0	0

2. Funções gratificadas (2.1 + 2.2 + 2.3)	80	65	0	0
2.1.Servidores de carreira vinculada ao órgão	80	65	0	0
2.2.Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	86	71	0	0

Fonte: OM Subordinadas

6.1.2.1.QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A IDADE

Quadro LIX - Quantidade de servidores da UJ por faixa etária – Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)	830	700	1213	819	140
1.1. Militares de Carreira	755	393	421	77	3
1.2. Reconvocados	0	0	0	2	0
1.3. Servidores Cíveis de Carreira	75	307	792	740	137
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	652	35	14	39	26
2.1. Militares	652	35	14	39	26
2.2. Cíveis	0	0	0	0	0
3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)	0	9	22	34	6
3.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	1	3	2
3.3. Funções gratificadas	0	9	21	31	4
4. Totais (1+2+3)	1482	744	1249	892	172

Fonte: OM Subordinadas

6.1.2.2.QUALIFICAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA SEGUNDO A ESCOLARIDADE

Quadro LX - Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade									
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
1. Provimento de cargo efetivo (1.1 + 1.2 + 1.3)	1	1	22	472	1618	879	295	275	268	
1.1. Militares de Carreira	0	0	1	281	915	450	71	41	19	
1.2. Reconvocados	0	0	0	0	0	2	0	0	0	
1.3. Servidores Cíveis de Carreira	1	1	21	191	703	427	224	234	249	
2. Servidores com Contratos Temporários (2.1+2.2)	0	0	0	6	621	90	8	4	1	
2.1. Militares	0	0	0	6	621	90	8	4	1	
2.2. Cíveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
3. Provimento de cargo em comissão (3.1+3.2+3.3)	0	0	0	0	2	7	10	2	50	
3.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	
3.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	3	3	0	0	
3.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	2	4	7	2	50	
4. Totais (1+2+3)	1	1	22	478	2241	976	313	281	319	

Fonte: OM Subordinadas

LEGENDA

Nível de Escolaridade: 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: Relatórios de Dados de Gestão das UGE

6.1.3. DEMONSTRAÇÃO DOS CUSTOS DE PESSOAL DA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro LXI - Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

(Valores em R\$)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciário s	Demais despesas variáveis				
Servidores em cargos efetivos											
Militares de Carreira (Ativa/Reconvocados)											
Exercícios	2012	131.214.844,83	0,00	5.185.905,54	40.079.670,25	14.954.029,70	79.674,53	4.380.413,32	275.641,35	1.118,44	196.171.297,96
	2011	138.405.445,09	0,00	4.280.420,18	48.301.597,47	51.095.652,38	13.647,00	8.405.162,51	159.786,64	2.290,98	250.664.002,25
	2010	113.045.319,47	0,00	953.529,51	43.072.748,22	48.453.663,13	14.605,00	4.762.639,46	0,00	0,00	210.302.504,79
Civis											
Exercícios	2012	86.963.872,15	1.151.375,94	114.487.787,59	9.172.436,76	16.890.114,12	1.175.876,42	198.797,24	177.285,40	252.855,00	230.470.400,62
	2011	76.275.431,26	30.762.665,67	83.629.175,69	22.018.611,10	18.035.473,36	190.526,20	0,00	0,00	252.855,00	231.164.738,28
	2010	80.008.637,19	29.893.763,16	81.913.600,81	22.149.144,95	17.635.551,73	8.513.932,32	0,00	0,00	0,00	240.114.630,16
Servidores com Contratos Temporários											
Militares (TTC / Oficiais Temporários / Serviço Militar Obrigatório)											
Exercícios	2012	4.910.598,84	0,00	0,00	523.283,76	110.791,64	0,00	575.330,09	782,36	344,16	6.121.130,85
	2011	2.708.747,52	0,00	197.951,04	593.548,47	64.660,04	0,00	601.649,14	0,00	0,00	4.166.520,21
	2010	1.306.843,49	0,00	0,00	481.446,40	54.245,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.842.554,89
Civis											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença											
Militares											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Civis											
Exercícios	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2010	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continuação do Quadro LXI – Custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anos anteriores

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciário s	Demais despesas variáveis				
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Civis											
Exercícios	2012	434.030,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	434.030,04
	2011	497.363,17	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	497.363,17
	2010	486.942,60	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	486.942,60
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Civis											
Exercícios	2012	153.168,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	153.168,29
	2011	62.554,71	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	62.554,71
	2010	54.251,52	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	54.251,52
Servidores ocupantes de Funções gratificadas											
Civis											
Exercícios	2012	566.540,13	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	566.540,13
	2011	702.764,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	702.764,10
	2010	562.433,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	562.433,16

Fonte: Relatórios de Dados de Gestão das UGE

6.1.4. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS E PENSIONISTAS

Não se aplica à natureza jurídica da UJ, essa informação é gerenciada pela Diretoria de Administração de Pessoal – DIRAP, órgão de subordinação sistêmica do Comando-Geral do Pessoal (COMGEP) que, por sua vez, fará constar em seu Relatório de Gestão Consolidado as informações referentes a este cadastro.

6.1.5. ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

O controle que detecta a acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos é realizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) por meio do Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE) que realiza o cruzamento do Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos servidores públicos.

6.1.6. PROVIDÊNCIAS ADOTADAS NOS CASOS DE ACUMULAÇÃO INDEVIDA DE CARGOS, FUNÇÕES E EMPREGOS PÚBLICOS

Quando detectado caso de acumulação indevida é instaurado Processo Administrativo Disciplinar (PAD) para averiguação e julgamento do caso.

6.1.7. INFORMAÇÕES SOBRE OS ATOS DE PESSOAL SUJEITOS A REGISTROS E COMUNICAÇÃO

Essa informação não faz parte da natureza jurídica do DCTA e estará no Relatório do COMGEP.

6.1.7.1. ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TRIBUNAL POR INTERMÉDIO DO SISAC

Essa informação não faz parte da natureza jurídica do DCTA e estará no Relatório do COMGEP.

6.1.7.2. ATOS SUJEITOS À REMESSA AO TCU EM MEIO FÍSICO

Essa informação não faz parte da natureza jurídica do DCTA e estará no Relatório do COMGEP.

6.1.7.3. INFORMAÇÕES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI) SOBRE OS ATOS

Essa informação não faz parte da natureza jurídica do DCTA e estará no Relatório do COMGEP.

6.1.8. INDICADORES GERENCIAIS SOBRE RECURSOS HUMANOS

As informações referentes aos indicadores gerenciais sobre recursos humanos constam nos itens 2.3.1.1 e 2.3.1.2 desse Relatório.

6.2. TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Não há terceirização de pessoal neste Departamento.

6.2.1. INFORMAÇÕES SOBRE TERCEIRIZAÇÃO DE CARGOS E ATIVIDADES DO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Não há terceirização de pessoal neste Departamento.

6.2.2. INFORMAÇÕES SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS EM DECORRÊNCIA DA REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

Não há terceirização de pessoal neste Departamento.

6.2.3. AUTORIZAÇÕES EXPEDIDAS PELO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO PARA REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS PARA SUBSTITUIÇÃO DE TERCEIRIZADOS

Não se aplica à natureza jurídica desta UJ.

6.2.4. INFORMAÇÕES SOBRE A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA PELA UNIDADE JURISDICIONADA

Quadro LXII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Grupamento de Infraestrutura e Apoio de São José dos Campos													
UG/Gestão: 120016/00001							CNPJ: 00.394.429/0164-57						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	022/GIA-SJ/2010	61.308.607/0001-28	29/11/2010	29/12/2012	66	66	192	192	2	2	E
2010	L	O	006/GIA-SJ/2010	61.308.607/0001-28	01/07/2010	30/12/2012	07	07	41	41	0	0	E
Observação: nada a relatar.													

Continuação do Quadro LXII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante

Nome: Centro de Lançamento da Barreira do Inferno

UG/Gestão: 120015/0001

CNPJ: 00.394.429/0098-33

Informações sobre os contratos

Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	012/CLBI/2010 (2º TA)	03.112.713/ 0001-35	01/10/2011	01/10/2013	11	0	17	0	01	0	A

Observação: nada a relatar.

Continuação do Quadro LXII - Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva													
Unidade Contratante													
Nome: Centro de Lançamento de Alcântara													
UG/Gestão: 120013/00001							CNPJ: 003944290124-60						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Situação do Contrato
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2007	L	O	048/CLA/2007	01.881.175/0001-18	21/12/07	30/12/2012	21	21	02	02	00	00	E
2007	L	O	066/CLA/2007	07.990.439/0001-58	21/12/07	31/12/2012	44	44	01	01	00	00	E
Observação: nada a relatar.													

Fonte: Relatórios de Dados de Gestão das UGE

LEGENDA

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

6.2.5. INFORMAÇÕES SOBRE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA ATIVIDADES NÃO ABRANGIDAS PELO PLANO DE CARGOS DO ÓRGÃO

Não houve contratos de prestação de serviço com locação de mão de obra no exercício.

6.2.6. COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS

Quadro LXIII - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	12	17	17	11	88.261,00
1.1 Área Fim	10	15	15	09	76.357,00
1.2 Área Meio	02	02	02	02	11.904,00
2. Nível Médio	0	0	0	0	0,00
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0,00
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0,00
3. Total (1+2)	12	17	17	11	88.261,00

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1. GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

Abaixo se encontram as informações dos Relatórios do CLA, CLBI e GIA-SJ. A Frota de veículos que a COPAC utiliza é fornecida pelo GAP-BR

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

- a) Legislação reguladora da constituição e forma de utilização da frota de veículos;

É utilizada a ICA 75-6, “Classificação, Distribuição, Emprego, Utilização e Operação de Veículos de Transporte de Superfície no âmbito do COMAER”, com reedição aprovada através pela Portaria COMGAP N° 42/2EM, de 1 de Dezembro de 2011, bem como a TCA 75-1, ambas da DIRENG.

- b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

Apoio diário em missões logísticas internas e externas às OM, em suporte à demanda de diversos ODS.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

- e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

As informações das letras (c, d, e) constam na tabela abaixo:

Quadro LXIV – Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ

GRUPO	CÓDIGO DO GRUPO	QTD POR GRUPO	MÉDIA ANUAL KM RODADOS	IDADE MÉDIA DO GRUPO (ANOS)
CAMINHÃO DE BOMBEIRO	AC-3	01	422	29
CAMINHÃO DE BOMBEIRO	ABT	01	411	14
CARRO DE RESGATE (PESSOAS)	CRS	01	336	5
CAMINHÃO LEVE	C-1	08	3.228	5,4
CAMINHÃO MÉDIO/PESADO	C-2	05	7.555	15
SEMIREBOQUE	C-3	02	-	21
FURGÃO LEVE	C-4	17	3.053	2,7
CAMINHÃO BAÚ	C-5	01		12
PICK-UP CABINE SIMPLES	C-6	14	3.132	3

GRUPO	CÓDIGO DO GRUPO	QTD POR GRUPO	MÉDIA ANUAL KM RODADOS	IDADE MÉDIA DO GRUPO (ANOS)
CAMINHÃO TRUCADO	C-7	01	11.409	16
AMBULÂNCIA DE REMOÇÃO	E-1	05	3.175	2,9
AMBULÂNCIA UTI	E-2	08	1.975	1,1
CARRO FRIGORÍFICO	E-3	01	7.628	7
CARRO BASCULANTE	E-5	02	8.703	11
CARROCOLETOR/COMPACTADOR DE LIXO	E-6	02	5.576	2,5
EMPILHADEIRA	E-10	17	Não possui hodômetro	5,2
TRATOR INDUSTRIAL	E-11	04	Não possui hodômetro	10
TRATOR DE RODAS	E-12	20	Não possui hodômetro	3,5
MICRO-TRATOR C/APARADOR DE GRAMAS	E-14	09	Não possui hodômetro	3,4
CAMINHÃO EQUIPADO COM GUINDASTE HIDRÁULICO	E-15	02	7.993	7,5
CAMINHÃO EQUIPADO CESTO AÉREO	E-16	04	1.449	7,2
VARREDEIRA	E-20	02	Não possui hodômetro	17
CARRO DE RESGATE	E-21	01	2.527	6
VEÍCULO DE REPRESENTAÇÃO	P-0	02	40.313	3
VEÍCULO ESPECIAL	P-1	11	2.848	1,9
VEÍCULO DE SERVIÇO	P-2	49	4.812	1,2
UTILITÁRIO (CAMINHONETE)	P-3	44	4.078	0,98
JIPE	P-4	08	5.379,60	1,18
MICROÔNIBUS	P-5	16	8.286,8	3,1
ÔNIBUS	P-6	17	3.438	3,14
CAMINHÃO MILITAR	P-7	04	1.335	4
MOTOCICLETA NORMAL	P-8	15	208	1,03
MOTOCICLETA POLICIAL	P-9	02	1.144	10
MOTOCICLETA TRAIL	P-10	09	717	12
“PICK UP” CABINE DUPLA	P-11	27	3.532	2,26
CARRO DE OPERAÇÕES	P-12	02	11.677	3
VAN	P-14	22	7.741	2,10
CARRO PATRULHA	P-15	03	21.830	2
QUADRICICLO	P-16	01	Não possui hodômetro	1

Fonte: Relatório de Dados de Gestão das UGE

f) O custo total associado à manutenção da frota (combustíveis, lubrificantes, seguros e custos administrativos) é R\$ 2.534.992,28.

g) Plano de substituição da frota:

Conforme preconizado na ICA 75-1.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

Restrição de recursos financeiros e maior custo na Administração.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte:

Os setores de Transporte de Superfície, em suas específicas denominações e peculiaridades orgânicas, dispõem de recursos humanos, equipamentos de informática, sistemas informatizados de Controle de Saída e Retorno de Viaturas e de Controle de Manutenção de Veículos, permitindo o cumprimento da missão e o devido acompanhamento pontual, através da emissão de uma Ordem de Serviço, os serviços realizados, as peças substituídas, os valores necessários para os reparos, data, quilometragem dos reparos e o registro de relatórios, por Ordem de Serviço, do ocorrido e das providências realizadas.

Os Agentes de Controle Interno auditam periodicamente todas estas atividades.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de Terceiros

A UJ não possui contrato com terceiros para locação de viaturas.

7.2. GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

7.2.1. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL

Quadro LXV - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2012	EXERCÍCIO 2011
BRASIL	UF Maranhão	136	136
	Alcântara	105	105
	São Luiz	30	30
	Raposa	01	01
	UF "Rio Grande do Norte	101	101
	Parnamirim	100	100
	Natal	01	01
	UF "São Paulo	589	515
	São José dos Campos	584	511
	Jacareí	05	04
	UF "Paraná	06	05
	Paula Freitas	06	05
	Subtotal Brasil		832
EXTERIOR	O DCTA não possui Imóveis no Exterior	0	0
Subtotal Exterior		0	0
Total (Brasil + Exterior)		832	757

Fonte: Relatório de Dados de Gestão do CLA, CLBI e GIA-SJ

7.2.2. DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS

Não há.

7.2.3. DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS SOB A RESPONSABILIDADE DA UJ

A COPAC não possui imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade.

Segue a relação dos bens imóveis que estão sob a responsabilidade do GIA-SJ, CLA e CLBI

Quadro LXVI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do GIA-SJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas no Exercício (R\$)	
				Valor Histórico (CR\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Com Reforma	Com Manutenção
120016	7.099.000.055.007	13	3	16.490,87	21/12/2012	1.117.670.736,33	0,00	0,00
120016	7.099.000.065.002	13	3	16.704.000,00	21/12/2012	718.935.435,95	4.342.869,60	362.520,00
120016	7.099.000.075.008	13	3	158.998,20	21/12/2012	1.320.000,00	0,00	0,00
120016	7.099.000.085.003	13	3	3.899,00	21/12/2012	42.889,00	0,00	0,00
120016	7.099.000.095.009	13	3	160.000,00	21/12/2012	1.175.625,00	0,00	0,00
120016	7.099.000.145.006	17	3	8.711,01	21/12/2012	3.223.073,70	0,00	0,00
120016	7.099.000.275.007	17	3	157.668,34	21/12/2012	47.300.502,00	0,00	0,00
120016	7.099.000.115.000	13	3	4.366,72	21/12/2012	206.639.240,35	0,00	0,00
120016	7.099.000.125.005	13	3	4.366,72	21/12/2012	4.735.500,00	0,00	0,00
120016	7.099.000.135.000	13	3	4.366,72	21/12/2012	12.826.000,00	0,00	0,00
120016	6.861.000.025.009	13	3	1.000,00	21/12/2012	90.000,00	0,00	0,00
120016	6.599.000.025.007	13	3	5.533.434,00	21/12/2012	72.241.839,00	0,00	0,00
120016	7.099.000.285.002	11	3	6.643,38	21/12/2012	730.771,80	0,00	0,00
120016	6.589.000.055.006	11	3	8.060.382,00	21/12/2012	51.599.635,20	0,00	0,00
120016	6.589.000.045.000	11	3	9.818.550,00	21/12/2012	67.888.267,20	0,00	0,00
120016	7.753.000.015.001	13	3	845.855,06	21/12/2012	1.692.478,29	0,00	0,00
Subtotal GIA-SJ							4.342.869,60	362.520,00

Continuação do Quadro LXVI – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do CLBI

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas no Exercício (R\$)	
				Valor Histórico (CR\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Com Reforma	Com Manutenção
120015	1761.00327500-2	13	3	400.00,00	09/11/2011	1.349.885.718,43	662.981,86	418.975,43
120015	176100330500-9	13	3	404.722.322,00	09/11/2011	1.847.320.782,52	29.517,75	41.892,25
120015	176100328500-8	13	3	0.00	09/11/2011	98.169.761,73	0,00	0,00
120015	1761.00329500-3	13	3	0.00	09/11/2011	427.411.197,28	47.966,35	68.074,91
Subtotal CLBI							740.465,96	528.942,59

Continuação do Quadro LXVI – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do CLA

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas no Exercício (R\$)	
				Valor Histórico (CR\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Com Reforma	Com Manutenção
120013	0921005555000	13	3		20/11/2012	36.611.739,92	157.297,09	467.039,99
120013	0703001895000	11	3		20/11/2012	401.358,86	0,00	0,00
120013	0703001355006	11	3		20/11/2012	24.103,30	0,00	0,00
120013	0703001885005	11	3		20/11/2012	132.213,56	0,00	0,00
120013	0703001905006	11	3		20/11/2012	61.922,52	0,00	0,00
120013	0703001495002	13	3		20/11/2012	55.524.193,07	1.832.317,86	898.153,84
120013	0703001745009	13	3		20/11/2012	589.962,73	0,00	0,00
120013	0703001445005	13	3		20/11/2012	83.997.034,58	1.263.553,81	718.523,07
120013	0703001665005	13	3		20/11/2012	569.151,18	0,00	0,00
120013	0703002045000	13	3		20/11/2012	814.932,52	0,00	0,00
120013	0703002055006	13	3		20/11/2012	179.101,03	0,00	0,00
120013	0703001515003	13	3		20/11/2012	220.771,33	0,00	0,00
120013	0703002065001	11	3		20/11/2012	173.735,91	0,00	0,00

Continuação do Quadro LXVI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do CLA

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas no Exercício (RS)	
				Valor Histórico (CR\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Com Reforma	Com Manutenção
120013	0703001695001	11	3		20/11/2012	298.672,92	0,00	0,00
120013	0703002405007	13	3		20/11/2012	77.980.412,42	209.729,45	1.077.784,60
120013	0703002075007	11	3		20/11/2012	65.414,07	0,00	0,00
120013	0703002085002	11	3		20/11/2012	1.634.702,24	0,00	0,00
120013	0703002095008	11	3		20/11/2012	1.111.512,35	0,00	0,00
120013	0703001785000	13	3		20/11/2012	54.261.286,51	104.864,72	251.483,07
120013	0703002105003	11	3		20/11/2012	1.189.434,68	0,00	0,00
120013	0703002115009	13	3		20/11/2012	798.353,40	0,00	0,00
120013	0703002135000	11	3		20/11/2012	237.103,47	0,00	0,00
120013	0703001795006	11	3		20/11/2012	238.537,90	0,00	0,00
120013	0703002145005	11	3		20/11/2012	577.130,75	0,00	0,00
120013	0703002125004	13	3		20/11/2012	984.117,73	0,00	0,00
120013	0703002165006	11	3		20/11/2012	490.519,44	0,00	0,00
120013	0703002175001	11	3		20/11/2012	772.614,58	0,00	0,00
120013	0703002185007	11	3		20/11/2012	371.228,84	0,00	0,00
120013	0703002155000	13	3		20/11/2012	1.604.933,80	0,00	0,00
120013	0703002195002	11	3		20/11/2012	1.337.235,77	0,00	0,00
120013	0703001835008	11	3		20/11/2012	335.781,21	0,00	0,00
120013	0703001615008	11	3		20/11/2012	363.895,79	0,00	0,00
120013	0703002205008	11	3		20/11/2012	1.970.388,83	0,00	0,00
120013	0703002215003	11	3		20/11/2012	1.031.625,05	0,00	0,00
120013	0703001915001	11	3		20/11/2012	724.624,14	0,00	0,00
120013	0703001925007	11	3		20/11/2012	1.089.520,80	0,00	0,00
120013	0703002225009	11	3		20/11/2012	981.761,45	0,00	0,00
120013	0703002235004	11	3		20/11/2012	2.105.604,32	0,00	0,00

Continuação do Quadro LXVI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do CLA

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas no Exercício (R\$)	
				Valor Histórico (CR\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Com Reforma	Com Manutenção
120013	0703001675000	11	3		20/11/2012	1.635.723,40	0,00	0,00
120013	0703001575006	11	3		20/11/2012	1.100.644,26	0,00	0,00
120013	0703001675000	11	3		20/11/2012	1.635.723,40	0,00	0,00
120013	0703001575006	11	3		20/11/2012	1.100.644,26	0,00	0,00
120013	0703002475005	11	3		20/11/2012	1.193.996,86	0,00	0,00
120013	0703002245000	11	3		20/11/2012	1.789.268,10	0,00	0,00
120013	0703001655000	11	3		20/11/2012	837.288,39	0,00	0,00
120013	0703001585001	11	3		20/11/2012	708.516,94	0,00	0,00
120013	0703000105006	13	3		20/11/2012	1.569.435,53	0,00	0,00
120013	0703002265000	11	3		20/11/2012	2.500.500,85	0,00	0,00
120013	0703001875000	11	3		20/11/2012	3.143.800,63	0,00	0,00
120013	0703001555005	11	3		20/11/2012	179.393,23	0,00	0,00
120013	0703001845003	11	3		20/11/2012	775.888,42	0,00	0,00
120013	0703002255005	11	3		20/11/2012	62.812,24	0,00	0,00
120013	0703002275006	11	3		20/11/2012	1.106.567,98	0,00	0,00
120013	0703002295007	11	3		20/11/2012	538.656,82	0,00	0,00
120013	0703002305002	11	3		20/11/2012	845.165,29	0,00	0,00
120013	0703001465006	11	3		20/11/2012	557.849,38	0,00	0,00
120013	0703001625003	11	3		20/11/2012	229.697,15	0,00	0,00
120013	0703001505008	11	3		20/11/2012	3.565.824,28	0,00	0,00
120013	0703002285001	11	3		20/11/2012	514.057,80	0,00	0,00
120013	0703002365005	11	3		20/11/2012	287.739,02	0,00	0,00
120013	0703001545000	11	3		20/11/2012	646.076,76	0,00	0,00
120013	0703001825002	11	3		20/11/2012	3.221.530,18	0,00	0,00
120013	0703001475001	11	3		20/11/2012	676.605,41	0,00	0,00
120013	0703001395008	11	3		20/11/2012	710.401,21	0,00	0,00

Continuação do Quadro LXVI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do CLA

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas no Exercício (R\$)	
				Valor Histórico (CR\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Com Reforma	Com Manutenção
120013	0703002375000	11	3		20/11/2012	398.078,14	0,00	0,00
120013	0703002385006	11	3		20/11/2012	713.549,82	0,00	0,00
120013	0703001975004	11	3		20/11/2012	3.656.231,18	0,00	0,00
120013	0703001645004	11	3		20/11/2012	44.834,63	0,00	0,00
120013	0703001855009	11	3		20/11/2012	3.751.747,29	0,00	0,00
120013	0703001565000	11	3		20/11/2012	1.868.473,78	0,00	0,00
120013	0703001985000	11	3		20/11/2012	15.240,47	0,00	0,00
120013	0703001995005	11	3		20/11/2012	13.479.963,47	0,00	0,00
120013	0703001685006	11	3		20/11/2012	2.704.760,11	0,00	0,00
120013	0703001705007	13	3		20/11/2012	4.988.097,36	0,00	0,00
120013	0703002005009	11	3		20/11/2012	440.148,97	0,00	0,00
120013	0703001755004	11	3		20/11/2012	175.688,14	0,00	0,00
120013	0703002395001	11	3		20/11/2012	353.358,34	0,00	0,00
120013	0703001345000	11	3		20/11/2012	3.115.532,70	0,00	0,00
120013	0703001245006	11	3		20/11/2012	162.573,41	0,00	0,00
120013	0703001715002	11	3		20/11/2012	886.123,90	0,00	0,00
120013	0703001255001	11	3		20/11/2012	1.494.849,84	0,00	0,00
120013	0703001425004	11	3		20/11/2012	11.072.303,15	0,00	0,00
120013	0703001265007	11	3		20/11/2012	546.708,66	0,00	0,00
120013	0703001635009	11	3		20/11/2012	228.619,88	0,00	0,00
120013	0703001275002	11	3		20/11/2012	750.113,73	0,00	0,00
120013	0703001285008	11	3		20/11/2012	2.015.789,40	0,00	0,00
120013	0703002495006	11	3		20/11/2012	817.410,21	0,00	0,00
120013	0703001735003	11	3		20/11/2012	391.638,64	0,00	0,00
120013	0703001415009	11	3		20/11/2012	190.316,07	0,00	0,00

Continuação do Quadro LXVI – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do CLA

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas no Exercício (R\$)	
				Valor Histórico (CR\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Com Reforma	Com Manutenção
120013	0703001405003	11	3		20/11/2012	189.320,64	0,00	0,00
120013	0703001295003	11	3		20/11/2012	54.319,96	0,00	0,00
120013	0703001305009	11	3		20/11/2012	449.774,27	0,00	0,00
120013	0703002515007	11	3		20/11/2012	665.295,83	0,00	0,00
120013	0703001605002	11	3		20/11/2012	209.978,45	0,00	0,00
120013	0703001315004	11	3		20/11/2012	595.975,28	0,00	0,00
120013	0703001325000	11	3		20/11/2012	252.017,05	0,00	0,00
120013	0703001335005	11	3		20/11/2012	2.014.328,04	0,00	0,00
120013	0703001945008	11	3		20/11/2012	620.066,71	0,00	0,00
120013	0703001955003	11	3		20/11/2012	236.526,37	0,00	0,00
120013	0703001965009	11	3		20/11/2012	1.417.505,69	0,00	0,00
120013	0703002025000	11	3		20/11/2012	437.532,86	0,00	0,00
120013	0703002035005	11	3		20/11/2012	584.151,20	0,00	0,00
120013	0703002315008	11	3		20/11/2012	364.063,66	0,00	0,00
120013	0703002325003	11	3		20/11/2012	382.004,50	0,00	0,00
120013	0703002335009	11	3		20/11/2012	4.079.882,08	0,00	0,00
120013	0703002345004	11	3		20/11/2012	438.531,52	0,00	0,00
120013	0703002355000	11	3		20/11/2012	727.416,90	0,00	0,00
120013	0921004355008	11	3		20/11/2012	252.602,39	0,00	0,00
120013	0921004365003	11	3		20/11/2012	252.602,39	0,00	0,00
120013	0921003685004	11	3		20/11/2012	252.602,39	0,00	0,00
120013	0921003695000	11	3		20/11/2012	252.602,39	0,00	0,00
120013	0921003705005	11	3		20/11/2012	252.602,39	0,00	0,00
120013	0921004375009	11	3		20/11/2012	252.602,39	0,00	0,00
120013	0921006365000	11	3		20/11/2012	252.602,39	0,00	0,00
120013	0921004385004	11	3		20/11/2012	252.602,39	0,00	0,00

Continuação do Quadro LXVI - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade do CLA

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesas no Exercício (RS)	
				Valor Histórico (CR\$)	Data da Avaliação	Valor Reavaliado (R\$)	Com Reforma	Com Manutenção
120013	0921006355005	11	3		20/11/2012	252.602,39	0,00	0,00
120013	0921006345000	11	3		20/11/2012	252.602,39	0,00	0,00
120013	0921004395000	11	3		20/11/2012	252.602,39	0,00	0,00
120013	0921004405005	11	3		20/11/2012	252.602,39	0,00	0,00
120013	0921004415000	11	3		20/11/2012	252.602,39	0,00	0,00
120013	0921004425006	11	3		20/11/2012	252.602,39	0,00	0,00
120013	0921004855000	11	2		20/11/2012	1.492.793,62	0,00	0,00
120013	0921004435001	11	3		20/11/2012	307.804,18	0,00	0,00
120013	0921004445007	11	3		20/11/2012	307.804,18	0,00	0,00
120013	0921004455002	11	3		20/11/2012	307.804,18	0,00	0,00
120013	0921004465008	11	3		20/11/2012	307.804,18	0,00	0,00
120013	0921004475003	11	3		20/11/2012	307.804,18	0,00	0,00
120013	0921004485009	11	3		20/11/2012	307.804,18	0,00	0,00
120013	0921004495004	11	3		20/11/2012	307.804,18	0,00	0,00
120013	0921004505000	11	3		20/11/2012	307.804,18	0,00	0,00
120013	0921004515005	11	3		20/11/2012	307.804,18	0,00	0,00
120013	0921004525000	11	3		20/11/2012	307.804,18	0,00	0,00
120013	0921004535006	11	3		20/11/2012	307.804,18	0,00	0,00
120013	0921004545001	11	3		20/11/2012	501.013,32	0,00	0,00
120013	0921004555007	11	3		20/11/2012	501.013,32	0,00	0,00
120013	0921006375006	11	3		20/11/2012	562.886,90	0,00	0,00
120013	0849000035002	11	3		20/11/2012	14.245.370,64	52.432,36	179.630,78
120013	0703002535008	13	3		20/11/2012	87.986,91	0,00	0,00
Subtotal CLA							3.620.195,29	3.592.615,35
TOTAL							8.703.530,85	4.484.077,94

Fonte: Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imóvel da Aeronáutica, SISALMOX, Contratos e SIAFI.

Legenda

Regime:

- 1- Aqüicultura.
- 2- Arrendamento.
- 3- Cessão – Adm.Federal Indireta.
- 4- Cessão – Outros.
- 5- Cessão – Prefeitura e Estados.
- 6- Cessão Onerosa.
- 7- Comodato.
- 8- Disponível para Alienação.

- 1- Novo.
- 2- Muito Bom.
- 3- Bom.
- 4- Regular.
- 5- Reparos Importantes.
- 6- Ruim.
- 7- Muito Ruim (valor residual).
- 8- Sem valor.

Estado de Conservação:

- 9- Em processo de Alienação.
- 10- Em regularização – Cessão.
- 11- Em regularização – Entrega.
- 12- Em regularização – Outros.
- 13- Entrega – Adm. Federal Direta.
- 14- Esbulhado (Invadido).
- 15- Imóvel Funcional.
- 16- Irregular – Cessão.
- 17- Irregular – Entrega.
- 18 - Irregular – Outros.
- 20- Locação de Terceiros.
- 21- Uso em Serviço Público.
- 22- Usufruto Indígena.
- 23- Vago para Uso.

Análise Crítica:

A área patrimonial do CLBI é de 18.239.313,35 m², tendo o formato irregular; é dividido, no sentido Norte-Sul, em duas partes pela Estrada RN 063 (Natal/Pirangi):

- Área do Tombo RN.017.001-6.120.932,50m²;
- Área do Tombo RN.017.002-8.915.419,39m²;
- Área do Tombo RN.017.003-1.136.669,86m²; e
- Área do Tombo RN.017.004-2.066.291,60 m².

Tombo RN.017.001 - Regularizado, conforme Termo de Entrega da Delegacia do Serviço de Patrimônio da União, datado de 24 de novembro de 1997, lavrado no Livro n° 03, fls. 67 a 68V, de Termos de Entrega e Recebimento da DPU; RIP imóvel n° 1761.00327.500-2 e RIP utilização n° 1761.00180.500-4.

Tombo RN.017.002 - Regularizado; conforme Termo de Entrega da Delegacia do Serviço de Patrimônio da União, datado de 08 de setembro de 2008, lavrado no Livro n° 04, fls. 65 a 72, de Termos de Entrega e Recebimento da DPU; RIP imóvel n° 1761.00330.500-9 e RIP utilização n° 1761.00283.500-4.

Tombo RN.017.003 - Regularizado, conforme Termo de Entrega da Delegacia do Serviço de Patrimônio da União, datado de 12 de março de 1981, com visto de 01 de abril de 1981, lavrado no Livro n° 2, fls. 90v a 91 v, de Termos de Entrega e Recebimento da DPU; RIP imóvel n° 1761.00328.500-8 e RIP utilização n° 1761.00175.500-7.

Tombo RN.017.004 - Regularizado, conforme Termo de Entrega da Delegacia do Serviço de Patrimônio da União, datado de 15 de abril de 1982, com visto de 26 de maio de 1984, lavrado no Livro 3, fls. 7V a 8V, de Termos de Entrega e Recebimento da DPU; RIP imóvel n° 1761.00329.500-3 e RIP utilização n° 1761.00176.500-2. 2.12.5.

Aproximadamente 50% da área total do CLBI são provenientes de desapropriações, o que ocorreu com fundamento no Decreto Federal n° 78.721, de 11 de novembro de 1976, e no Decreto Estadual n° 5.982, de 16 de janeiro de 1973. Até a presente data não foi percebida a necessidade de outras desapropriações.

Situação Fundiária do CLA

A área de 520 km² reservada à implantação do CLA foi desapropriada, inicialmente, pelo Governo do Estado do Maranhão, por meio do Decreto n° 7820, de 12 de setembro de 1980. Em 9 de agosto de 1991, foi publicado o Decreto Presidencial, de 08 de agosto do mesmo ano, ratificando o anterior e retificando a área declarada de utilidade pública para 620 km².

Adotou-se, como estratégia inicial para aquisição dos imóveis, a negociação direta com os proprietários. Entretanto, a compra direta não mostrou a eficácia desejada em consequência da ausência de documentos cartoriais, divergências entre os limites de propriedades ocasionando litígios e até a falta de documentação dos proprietários. Através da compra direta, foram adquiridos, somente, 18 imóveis, na sua maioria, situados na Área Operacional do CLA, próximos à Área de Apoio. Foram, ainda, assinados 7 contratos de Compromisso de Venda e Compra, cujas escrituras não foram lavradas, devido à falta de documentação. Esses imóveis foram incluídos posteriormente no processo desapropriatório. Assim, foi desencadeado o processo desapropriatório, pelo governo do Estado, por meio da Procuradoria Geral do Estado do Maranhão.

O processo desapropriatório, em princípio, não se mostrou mais efetivo em seus resultados que a estratégia anterior. Isso ocorreu porque o, então, MAER não possuía, naquela fase, condições orçamentárias para cobrir os altos custos financeiros necessários ao empreendimento, considerando que o Decreto 7820/80 era do Governo Estadual, mas os recursos financeiros eram oriundos do Governo Federal, tanto que 20 imóveis ficaram carentes de ação desapropriatória após a caducidade do Decreto 7820/80.

Antes que o Decreto 7820/80 caducasse, foi celebrado, em 07 de agosto de 1985, um convênio entre o MAER e o Governo do Estado do Maranhão, para promover, por meio da Procuradoria Geral do Estado, as ações judiciais de desapropriação e discriminação necessárias e transferir para a União Federal, com destino ao MAER, o domínio dos imóveis desapropriados e das terras públicas devolutas, a título de doação, logo que concluído o procedimento judicial desapropriatório ou discriminatório. O custeio das despesas relativas ao objeto deste convênio foi efetuado com os recursos oriundos da Missão Espacial Completa Brasileira -MECB.

A continuidade do Processo Desapropriatório ocorreu com a publicação do Decreto Presidencial s/nº, de 08 de agosto de 1991, em 09 de agosto do mesmo ano. A publicação do Decreto Federal ocasionou o declínio de competência da Justiça Estadual, que encaminhou todas as ações em tramitação para a Justiça Federal Seção Judiciária do Maranhão, em São Luís, e possibilitou ajuizar as ações desapropriatórias dos 20 imóveis inclusos na Área do CLA, ainda não desapropriados.

Por fim, foram priorizadas áreas, de forma a conciliar os recursos financeiros disponíveis e a continuidade da implantação e operacionalização do CLA. Esse processo de definição de prioridades continua sendo adotado e, assim, as áreas são adquiridas em função da expansão operacional do CLA.

Tendo em vista a necessidade de apoio funcional e operacional na Capital do Maranhão, O CLA adquiriu, por meio de compra direta, 29 imóveis no município de São Luis e 1 (um) imóvel no município de Paço do Lumiar.

O CLA possui ainda a estrutura existente próxima ao Aeroporto de São Luis onde funcionam o posto médico, a vila residencial e o Escritório do CLA em São Luís.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)

Quadro LXVII – Gestão da Tecnologia da Informação da Unidade Jurisdicionada

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/> aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)? _____
<input type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<input type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI prioritizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:

5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input checked="" type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input checked="" type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
	(4) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
	(3) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
	(4) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
	(2) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input checked="" type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8.2. ANÁLISE CRÍTICA

À guisa de melhor compreensão das respostas indicadas no quadro A.8.1, os seguintes esclarecimentos são prestados:

- Quesito 1

- Princípios e Diretrizes - cap 3 do PDTI do DCTA; e
- Análise de Risco em TI: Realizada, porém sem publicação das diretrizes.

- Quesito 4

- Vincula as ações (atividades e projetos) a indicadores: encontra-se em andamento; e
- As ações de TI são priorizadas, mas a vinculação ao orçamento de TI está condicionada às OM subordinadas pelo fato de não existir uma ação orçamentária específica de TI para o DCTA, o que, aliás, se faz necessária.

- **Quesito 5**

- O posicionamento da organização se refere aos seus macroprocessos; e
- Existem sistemas de informação que dão suporte a negócios. No entanto, também existem áreas de negócio sem sistema. Alguns sistemas possuem gestores de negócio, mas não todos. Às vezes, a designação do gestor não ocorre formalmente.

- **Quesito 6**

- Inventários são previstos e realizados, porém somente os ativos físicos e, eventualmente, as licenças de softwares são publicados;
- Análise de Riscos é realizada em boa parte das OM subordinadas ao DCTA. Em algumas OM encontra-se em estudos; e
- Gestão de incidentes: trabalhos foram iniciados com equipe formalmente constituída. Os resultados ainda não são satisfatórios por insuficiência de recursos humanos e orçamentários.

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1. GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Para preenchimento da tabela abaixo foi calculada a média das respostas contidas nos relatórios de dados de gestão da COPAC, CLA, CLBI e GIA-SJ.

Quanto à parte descritiva somente o CLBI respondeu.

Quadro LXVIII - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p><i>A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>Foram aplicados os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental no CLBI:</p> <p>I – uso de equipamentos de climatização mecânica, ou de novas tecnologias de resfriamento do ar, que utilizem energia elétrica, apenas nos ambientes que forem indispensáveis;</p> <p>II – automação da iluminação do prédio, projeto de iluminação, interruptores, iluminação ambiental, iluminação tarefa, uso de sensores de presença;</p> <p>III – uso exclusivo de lâmpadas fluorescentes compactas ou tubulares de alto rendimento e de luminárias eficientes; IV – energia solar ou outra energia limpa para aquecimento de água;</p> <p>V – sistema de medição individualizado de consumo de água e energia;</p> <p>VI – sistema de reuso de água e de tratamento de efluentes gerados;</p> <p>VII – aproveitamento da água da chuva, agregando ao sistema hidráulico elementos que possibilitem a captação, transporte, armazenamento e seu aproveitamento;</p> <p>VIII – utilização de materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção;</p> <p>IX – comprovação da origem da madeira a ser utilizada na execução da obra ou serviço; X - Deve ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas;</p> <p>XI - O Projeto de Gerenciamento de Resíduo de Construção Civil - PGRCC, nas condições determinadas pelo Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, através da Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002, deverá ser estruturado em conformidade com o modelo especificado pelos órgãos competentes.</p> <p>XII – Devem ser utilizados, obrigatoriamente, agregados reciclados nas obras contratadas sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento, e custo inferior em relação aos agregados naturais, bem como o fiel cumprimento do PGRCC, sob pena de multa, estabelecendo, para efeitos de fiscalização, que todos os resíduos removidos deverão estar acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004, disponibilizando campo específico na planilha de composição dos custos. XIII- Utilizar materiais que sejam reciclados, reutilizados e biodegradáveis, e que reduzam a necessidade de manutenção, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2.</p>			X		
<i>Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</i>			X		
<i>A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte</i>			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<i>não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).</i>					
Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p><i>Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? <p>O CLBI relatou que na fase de habilitação de obras e serviços de engenharia, tem sido exigido que, para o exercício de atividade de construção de obras civis, classificada como potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo II da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, a empresa apresente: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidora ou Utilizadora de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31 de 03/12/2009 e legislação correlata.</p>			X		
<p><i>No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia? <p>O CLBI relatou que tem sido adquiridos produtos desta natureza, entretanto os impactos financeiros ainda estão sendo avaliados. Como exemplo, temos a aquisição de lâmpadas econômicas, bebedouros e torneiras automáticas.</p>		X			
<p><i>No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? <p>O CLBI relatou o produto Papel Reciclado.</p>		X			
<p><i>No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório? 	X				
	Sim ()		Não (X)		
<p><i>Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? <p>O CLBI relatou que tem sido incluída cláusula nos editais de licitação dando a preferência para tais bens/produtos</p>			X		
<p><i>Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.</i></p>				X	
<p><i>Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</i></p>				X	
<p><i>Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</i></p>			X		

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<p><i>Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p>No CLBI foi estabelecida em Boletim Interno da OM a Comissão de Conservação de Energia Elétrica e gastos com serviço público, cujas ações têm sido divulgadas em palestras e comunicados oficiais, assinados pela direção da OM.</p>			X		
<p><i>Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)? <p>No CLBI foi através de palestras ministradas pela Fundação Pró-Tamar e pela UFRN, que trabalham em cooperação com o CLBI, para a preservação ambiental da sua área patrimonial.</p>			X		
<p>Considerações Gerais:</p> <p>Analisando as respostas dadas pelas Unidades, o DCTA terá que orientar melhor suas Unidades quanto à Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis, com exceção do CLBI que será o modelo de gestão para as Unidades seguirem.</p>					
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

9.2. CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA

A COPAC está sediada no prédio do COMAER em Brasília, por conseguinte os controles de consumo de papel, energia elétrica e água são realizados pelo GAP-BR (COMGAR), Organização que fornecerá os dados através de sua UJ (COMGAR).

O CLBI possui poços artesianos sem hidrômetros para registrar o consumo de água.

Quadro LXIX - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$ 1,00

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor R\$		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	24.012	20.459	17.198	206.656,98	188.636,86	178.399,77
Água (m ³)	1.316.724	1.263.058	1.395.637	247.756,33	230.134,64	237.629,58
Energia Elétrica (Kw)	34.737.539,56	32.425.350,24	33.009.372,08	11.562.999,12	10.399.883,07	10.131.679,97
			Total	12.017.412,43	10.818.654,57	10.547.709,32

Fonte:

O CLA, CLBI e GIA-SJ não fizeram adesão ao Programa de Sustentabilidade em 2012.

10. CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1. DELIBERAÇÕES DO TCU E DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

10.1.1. DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Houve deliberações do TCU ao CLBI e CLA conforme quadros apresentados abaixo, respectivamente.

Quadro LXX - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Centro de Lançamento da Barreira do Inferno					001022
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-029.396/2009-0	594/2012-TCU-Plenário	9.1.3 e 9.3	DE	280/2012-TCU/SECEX-RN
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro de Lançamento da Barreira do Inferno					001022
Descrição da Deliberação					
9.1.3. informe ao Tribunal, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da ciência deste Acórdão, o resultado das medidas adotadas alusivas aos subitens 9.1.1 e 9.1.2 supra, bem como a respeito das conclusões do Inquérito Policial Militar instaurado com vistas a apurar a responsabilidade pela queda de parte do muro;					
9.3. Determinar ao Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, por intermédio do controle interno do Comando da Aeronáutica, que, em suas próximas contratações:					
9.3.1. adote providências para que os membros das comissões de fiscalização de obras possuam conhecimentos adequados para desenvolver, de forma satisfatória, as suas atividades;					
9.3.2. observe, de forma criteriosa, a escrituração diária do livro diário de obra, fazendo-se registrar a evolução dos fatos em tempo real;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Centro de Lançamento da Barreira do Inferno					001022
Síntese da Providência Adotada					
<p>Com relação ao subitem 9.1.3, foi enviada a Mensagem Fax 2/SCI/5475, de 04/06/12, para Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica (SEFA) e o Ofício 4/SCI/6147, de 20/06/12, para a SECEX-RN, ambos dando ciência do recebimento do Acórdão e informando as providências adotadas. Seguiram anexos ao Ofício, a fim de comprovar ao TCU as medidas adotadas pelo CLBI: a) Ofício 3/SCI, de 24/05/12, à Construtora CRICARÉ, dando ciência do Acórdão e agendando uma reunião para tratar das determinações do mesmo; b) ATA da reunião entre o CLBI e os representantes da Construtora; c) Carta da Construtora informando o início da realização dos serviços citados no item 9.1.1 do Acórdão em 15/07/12, com prazo de execução de 90 (noventa) dias; d) Guia de Recolhimento da União entregue à Construtora durante a reunião, referente à restituição de valores prevista no item 9.1.2 do Acórdão; e, e) Ofício 991/12-7ª CJM/PE, informando o arquivamento do IPM pela Auditoria da 7ª Circunscrição Judiciária Militar, em acolhimento a manifestação do Ministério Público.</p> <p>Com relação ao subitem 9.3.1, o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno não possui engenheiro civil nem arquiteto em seu quadro de pessoal, assim, a Base Aérea de Natal e o Centro de Lançamento de Alcântara estão apoiando o CLBI cedendo engenheiros civis temporariamente, através de comissionamento (no caso do CLA) ou mesmo com acumulação de funções (no caso da BANT), para que sejam designados como fiscais das obras e serviços de engenharia em execução no CLBI. O CLBI tem designado um oficial, além de servidores civis e graduados dos diversos setores do</p>					

CLBI envolvidos na obra/serviço de engenharia, como membros da comissão de fiscalização, a fim de auxiliar o engenheiro fiscal na condução do Processo Administrativo e nos assuntos de coordenação.

Com relação ao subitem 9.3.2, as comissões de fiscalização do CLBI estão preenchendo o diário de obras, além de fotografar o andamento das obras/serviços de engenharia, ao final dos contratos, um CD com as fotos é indexado no Processo Administrativo juntamente com o Diário de Obras.

Síntese dos Resultados Obtidos

Os Diários de Obras dos processos do CLBI estão demonstrando todos os passos adotados durante a execução das obras e serviços de engenharia, além da comprovação através de registro fotográfico, tornando o processo de fiscalização mais transparente.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não houve dificuldade para implantação da providência adotada, visto que ela se iniciou antes do recebimento do Acórdão pelo CLBI.

Continuação do Quadro LXX - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Centro de Lançamento de Alcântara					002724
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	-	ACÓRDÃOS Nºs 3037/2009, 1277/2010 e 46/2012 TCU - Plenário.	9.2 a 9.3.	Impropriedades nas planilhas de custos e nas tabelas de BDI.	RELATÓRIO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro de Lançamento de Alcântara					002724
Descrição da Deliberação:					
<p>Apresentar informações e providências solicitadas por intermédio do Ofício nº 886/2012 – TCU/SECEX-MA, com base nos ACÓRDÃOS nºs 3037/2009, 1277/2010 e 46/2012 TCU - Plenário.</p> <p>De início, os itens tratados neste relatório são os pertencentes aos itens 9.2. a 9.2.3. do ACÓRDÃO 46/2012 TCU - Plenário, uma vez que os demais itens pendentes nos acórdãos sobreditos, já foram regularizados por este Centro, sendo autuado nos seus referidos processos.</p> <p>Em atendimento às determinações contidas no Acórdão nº 46/2012, a Administração do Centro de Lançamento de Alcântara procedeu aos seguintes atos administrativos:</p> <p>No Contrato nº 048/CLA/2007</p> <p>Em atendimento ao item 9.2.2. do Acórdão nº 46/2012 – TCU – Plenário, em relação ao contrato nº 48/CLA/2007, informo a esse Egrégio Tribunal o seguinte:</p> <p>Nos termos dos subitens 9.2.2.1 ao 9.2.2.3, do referido Acórdão, in verbis:</p> <p><i>9.2.2.1. nos termos do subitem 9.2.2.2 do Acórdão 3.037/2009 – Plenário, refaça os cálculos visando a apuração de valores pagos indevidamente à contratada, em face da inclusão de IRPJ, CSLL e CPMF na composição do BDI, bem como dos tributos destinados ao Sesi, Senai e Sebrae na planilha de encargos sociais, devendo incluir os juros de mora na apuração;</i></p> <p><i>9.2.2.2. após efetivar essa providência, adote as medidas necessárias ao ressarcimento do percentual dos citados tributos, por meio da celebração de termo aditivo, visando a supressão do valor contratual, bem como pela execução do seguro garantia, caso necessário a ser implementada sob pena de aplicação de multa por descumprimento de decisão desta Corte de Contas, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei nº 8.443/1992;</i></p> <p><i>9.2.2.3. forneça informações atualizadas acerca do cumprimento da determinação constante do subitem 9.2.2.4 do Acórdão nº 3.037/2009 - Plenário, a ser implementada sob pena de aplicação de multa por descumprimento de decisão desta Corte de Contas, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei nº 8.443/1992;</i></p>					

O Centro de Lançamento de Alcântara refez os cálculos e apurou que foram pagos indevidamente à contratada, em face da inclusão de IRPJ, CSLL e CPMF na composição do BDI, bem como dos tributos destinados ao SESI, SENAI e SEBRAE na planilha de encargos sociais, já inclusos os juros de mora na apuração, o valor de R\$ 284.546,70 (duzentos e oitenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e seis reais e setenta centavos).

Após efetuada a apuração, este Centro adotou as medidas necessárias ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente a maior e celebrou o Termo Aditivo, com vista à supressão do valor contratual. O referido aditivo foi publicado no D.O.U.

Entretanto, na impossibilidade de ressarcimento ao erário, à época, de imediato e em uma única parcela, por parte da Empresa contratada, assim como da ausência de saldo contratual a pagar suficiente a tal ressarcimento, este Centro procedeu ao desconto em 10 (dez) parcelas iguais no valor de R\$ 28.454,67 (vinte e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e sessenta e sete centavos), deduzidas, automaticamente, sobre o pagamento de faturas contratadas posteriormente, conforme documentação comprobatória constantes do Processo original.

Assim sendo, uma vez que as deduções foram homologadas nos moldes acima relatados conforme documentação comprobatória anexa, à época, não foi necessário a execução do seguro garantia.

No Contrato nº 054/CLA/2007

Em atendimento ao item 9.2.3. do Acórdão nº 46/2012 – TCU – Plenário, em relação ao contrato nº 054/CLA/2007, informo a esse Egrégio Tribunal o seguinte:

Nos termos do subitem 9.2.3., do referido Acórdão, in verbis:

9.2.3. em relação ao Contrato nº 054/CLA/2007, forneça informações atualizadas acerca do cumprimento constante do subitem 9.2.3.2. do Acórdão 3.037/2009 – Plenário, a ser implementada sob pena de aplicação de multa por descumprimento de decisão desta Corte de Contas, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei nº 8.443/1992;

Item 9.2.3.2., do Acórdão 3.037/2009, in verbis:

“9.2.3.2. informe as providências adotadas em relação à necessidade de ressarcimento ao erário dos valores pagos potencialmente a maior, em razão da inclusão, na planilha de composição do BDI, do item “Despesas Administrativas - Despesa Mensal no Canteiro”, bem como da ausência de adoção de BDI diferenciado para o fornecimento dos insumos, em relação ao BDI adotado para os demais serviços;”

No que tange à confecção da Planilha de Custo Unitário, assim como da Planilha de Composição do BDI, o que houve, na verdade, foi um erro técnico na distribuição de seus componentes, no que concerne à diferenciação entre valores de BDI de custos diretos e indiretos, e lançamentos equivocados de despesas diretas na composição do BDI, que deveriam constar da Planilha de custo direto, fazendo com que, num primeiro momento, pudesse ter ocorrido um potencial pagamento a maior e, com isso, à necessidade de restituição ao erário.

Entretanto, no caso concreto, os valores orçados da obra, assim como as planilhas de custos diretos e de BDI (25%), estão dentro dos parâmetros legais estabelecidos, bem como em conformidade com as orientações, jurisprudências e súmulas desse Egrégio Tribunal de Contas.

Isso posto, devido a taxa adota no caso concreto, 25% de BDI, ser aceitável, segundo já relatado acima, entre 20% e 40% do valor orçado da obra (taxas flutuantes).

Cumprir esclarecer, ainda, que não há como se estipular o percentual preciso a ser aplicado para essa taxa, porquanto a adequabilidade do custo arbitrado está associada às características da obra em questão e às especificidades dos serviços incluídos como custos diretos na planilha orçamentária.

Todavia, após análise acurada desse Tribunal acerca do Contrato em questão e com os legítimos apontamentos dos erros encontrados, foram reformuladas as Planilhas de Custos Unitários, bem como da Planilha de composição do BDI, adequando-as às exigências legais em vigor, estando ambas anexadas ao presente expediente (anexo 3). Vejamos:

Na tabela de Custos Unitários foram inseridos os valores correspondentes a despesas administrativas “DESPESA MENSAL NO CANTEIRO”, erro apontado no item 9.2.3.2 do Acórdão em questão, por se tratar de despesa direta e estar lançada, erroneamente, na composição da tabela do BDI. Por conseguinte, o valor orçado para o custo direto da obra diminuiu, uma vez que o cálculo do percentual de 25% adotado para o BDI, na tabela anterior incluía, no somatório, este valor individualizado como custo a ser acrescido à parte.

Também, só para justificar, uma vez que não foi apontado no Acórdão como discrepância a ser corrigida, o item de despesa mensal na “SEDE EMPRESA” permaneceu como componente do BDI por tratar-se de despesa **indireta**, ADMINISTRAÇÃO LOCAL, e portanto poder fazer parte da composição da respectiva tabela.

Ainda, na reformulação da tabela de composição do BDI, foram retirados os itens correspondentes ao IRPJ, CSLL e CPMF, uma vez que os valores correspondentes a estas despesas tributárias já terem sido devolvidos ao erário, em cumprimento à determinação do TCU. O exaurimento dessa obrigação consta do item 30 do TC 006.286/2009-7.

Ademais, visando dar maior transparência ao processo de composição da tabela do BDI no Contrato em tela, a tabela atual reformulada, anexo 3, excluiu os itens de composição “DIVERSOS” e “OUTROS”, lançados na tabela originária, os quais, mesmo sendo possível a sua existência dentro da possibilidade de um eventual gasto indireto, ou seja, de um gasto adicional não mensurável nos custos diretos, e acrescentou em substituição a estes, o componente “LUCROS”, o qual tem total previsibilidade na composição do referido processo e está dentro dos percentuais adequados, conforme orientação desse Egrégio Tribunal de Contas.

Por fim, O Centro de Lançamento de Alcântara, por intermédio do seu Agente de Controle Interno, esclarece que, depois de reiteradas solicitações de ajustes das Planilhas de Custos Unitários e de composição de BDI, à empresa prestadora dos serviços em discussão, **sem êxito**, tomou a iniciativa de fazer os ajustes necessários, em cumprimento à determinação constante do Acórdão desse Tribunal.

O que se verificou, porém, em verdade, foi a falta de precisão técnica, por parte da empresa executora dos serviços, na hora da elaboração da composição das planilhas de custos da obra a ser executada, nas quais alguns itens foram lançados em locais não apropriados em desacordo com a atual legislação, orientações e jurisprudências acerca do assunto. Erros, estes, provavelmente ocorridos não de má-fé, mais provenientes da falta de regras claras de procedimentos vigentes à época da formulação do Contrato em comento.

No entanto, após análise dos valores e percentuais lançados para a quantificação do custo total da obra, verificou-se que estavam dentro dos parâmetros aceitáveis pela legislação ora vigente, e que os itens que deveriam ser desconsiderados na composição de uma determinada tabela, por erro técnico de inclusão destes, poder ser compensados por outros itens que deveriam constar e não foram incluídos, também por desconhecimento técnico, a exemplo da retirada da tabela de composição do BDI, dos itens “DIVERSOS” e “OUTROS” e a inclusão do item “LUCROS”.

Tais ajustes têm previsibilidade legal como forma de compensação entre itens, ou seja, se um item teve seu percentual lançado acima do parâmetro aceitável mais outro teve o seu percentual lançado abaixo do estabelecido, e não havendo prejuízo no custo final da obra, é aceitável a compensação.

Ante o exposto, o que ocorreu no Contrato em questão foi justamente o narrado anteriormente, cujo erro apontado por esse Tribunal de Contas, ao serem corrigidos, não evidenciou o pagamento a maior para a empresa prestadora dos serviços, uma vez que não afetou o custo total da obra, e, por conseguinte, não restaram valores a serem restituídos ao erário.

Como medida corretiva necessária ao fiel cumprimento das orientações, jurisprudências e súmulas emitidas por esse Egrégio Tribunal, o CLA, para os próximos contratos, aprimorará a observância dos requisitos essenciais à elaboração dos contratos, exigindo das empresas contratadas, quando da elaboração de suas planilhas de custos e orçamentos, a adequabilidade aos parâmetros de composição e exigências formais previstos na legislação em vigor.

A presente análise e correções adotadas ao Contrato nº 054/CLA/2007, em evidência, tomou por base o Acórdão nº 2369/2011 – Plenário/TCU, cujo teor “trata-se do processo administrativo no qual a 1ª Secob elaborou estudos, em atendimento ao Acórdão n. 1.425/2007 - Plenário, com vistas à definição de parâmetros aceitáveis para taxas de Bonificações e Despesas Indiretas - BDI, observando as características similares e as despesas inerentes a cada espécie de empreendimento, de modo a estipular faixas de valores de referência que orientem os entes jurisdicionados deste Tribunal na contratação de obras públicas.” (Ata 36/2011 – Plenário Sessão 31/08/2011, Dou vide data do DOU na ATA 36 - Plenário, de 31/08/2011, Relator: MARCOS BEMQUERER).

No Contrato nº 002/CLA/2006:

Em atendimento ao item 9.2.1. do Acórdão nº 46/2012 – TCU – Plenário, em relação ao contrato nº 002/CLA/2006, informo a esse Egrégio Tribunal o seguinte:

9.2.1. em relação ao Contrato nº 002/CLA/2006, forneça informações atualizadas acerca do cumprimento da determinação constante do subitem 9.2.1.2. do Acórdão 3.037/2009 – Plenário, a ser cumprida sob pena de aplicação de multa por descumprimento de decisão desta Corte de Contas, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei nº 8.443/1992;

Item 9.2.1.2., do Acórdão 3.037/2009, *in verbis*:

9.2.1.2. informe as medidas adotadas em relação à necessidade de apresentação, pela empresa contratada, da planilha de BDI detalhada, da planilha de composição analítica de preços unitários, da lista de custos de insumos e da diferenciação do BDI de serviços do BDI dos materiais fornecidos, conforme já notificado à contratada, sem prejuízo de verificar a existência de pagamentos realizados potencialmente a maior, em função da inexistência de diferenciação do BDI;”

Em atendimento à solicitação reiterada por meio do ofício 032/SCI/1121 - CLA, de 05 de dezembro de 2011, a empresa contratada encaminhou nova planilha de custo unitário mais detalhada.

Após a análise da nova planilha, este centro não identificou irregularidades, salvo análise mais acurada dessa Corte de Contas, que sugerisse pagamento a maior e, por conseguinte, ressarcimento ao erário.

Entretanto, verificou-se que na nova planilha no campo relativo a IMPOSTOS DIVERSOS (impostos de venda do contrato principal) foi lançado, indevidamente, o percentual de 4,8% de IRPJ, o que configuraria, em tese, novo erro de lançamento.

Porém, este item já tinha sido objeto de correção em ajuste anterior, identificado na planilha de custo unitário originária, anexo 5, o qual gerou o Terceiro Termo Aditivo ao contrato em tela, e teve como objeto a supressão de R\$ 335.825,85 (trezentos e trinta e cinco mil, oitocentos e vinte e cinco reais e oitenta e cinco centavos), valor corrigido, conforme cópia constante do anexo 6, afim de correção do cálculo feito a maior no valor total da contratação, em decorrência do lançamento do referido imposto.

Diante do exposto, o que se observou foi que a empresa ao interpretar o parágrafo segundo do ofício nº 032/SCI/1121, no qual informa que havendo diferença entre os valores da nova planilha em relação à proposta lançada na planilha original, que esta recolhesse tal diferença aos cofres públicos, repetiu, equivocadamente, o lançamento do IRPJ, com o objetivo de fechar o somatório total dos serviços que fora lançado na planilha originária. Contudo, como esclarecido anteriormente, tal falha foi corrigida com o citado Termo Aditivo.

Assim sendo, este Centro de Lançamento não identificou itens nem percentuais que estivessem em discordância com os parâmetros legais estabelecidos. Vale lembrar que o percentual utilizado no contrato no que tange ao BDI é de 25%, ou seja, dentro da margem considerada aceitável, segundo orientações, súmulas e jurisprudência dessa Egrégia Corte de Contas.

Providências Adotadas

Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Direção	002724

Síntese da providência adotada:

A administração do Centro de Lançamento de Alcântara tomou as seguintes providências objetivando dar cumprimento às determinações emanadas pela Corte de Contas:

CONTEÚDO DO OFÍCIO ENCAMINHADO À EMPRESA R.R MENDES REFERENTE AO CONTRATO Nº 048/CLA/2007

1. Científico Vossa Senhoria, para que exerça o contraditório e a ampla defesa, das solicitações do Tribunal de Contas da União no que tange ao atendimento do Item 9.2.2.3, do Acórdão nº 46/2012 – TCU/Plenário, no qual solicita informações atualizadas acerca do cumprimento da determinação constante do subitem 9.2.2.4, do Acórdão nº 3.037/2009, em relação ao Contrato nº 048/CLA/2007, com essa contratada para a execução do serviço de manutenção das áreas verdes no CLA.
2. Urge salientar que em atendimento à primeira solicitação da Corte de Contas quanto ao PIS, ISS e Cofins, o CLA recalculou as alíquotas devidas, com base nos recolhimentos do Simples Nacional feitos pela contratada, e os débitos resultantes do recálculo, devidamente acrescidos de juros de mora, foram devidamente ressarcidos, quando do cumprimento da primeira determinação do TCU.
3. Ainda em cumprimento à determinação do TCU, à época, essa empresa apresentou novas planilhas de composição de BDI, entretanto, na nova composição apresentada, não atentaram para as irregularidades detectadas que resultaram nos débitos acima relatados, uma vez que foram mantidos os percentuais do PIS, ISS e Cofins nos patamares anteriormente impugnados, quais sejam: 0,65%, 5,00% e 3,00%, respectivamente. Desse modo, o ajuste feito por essa empresa não atendeu integralmente as determinações emitidas pelo TCU, fazendo-se necessária o devido ajuste, com o fito de eliminar, definitivamente, as irregularidades apontadas por aquela Corte de Contas.
4. Ante o exposto, em cumprimento à determinação do TCU, este Centro científica essa Empresa da necessidade de ressarcimento ao erário dos valores recolhidos a maior, oriundo dos tributos ora relatados.
5. Ademais, em virtude da impossibilidade de se efetuar os cálculos das alíquotas eventualmente pagas a maior até o termo do contrato, os valores constantes da tabela foram calculados até a presente data e que os valores vencidos serão calculados mês a mês por essa empresa, a qual deverá enviar a este Centro, mensalmente, o seu extrato do Simples Nacional, com os percentuais das alíquotas recolhidas ao fisco e as efetivamente pagas pela contratante, devendo a diferença de percentual, caso haja, ser ressarcida ao erário, via GRU, e o comprovante do recolhimento deverá se encaminhado ao CLA.
6. Por fim, cumpre informar que o prazo para cumprimento da solicitação constante deste expediente é de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Carta Registrada, sob pena de aplicação de multa pelo TCU, por descumprimento de decisão daquela Corte de Contas, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei nº 8.443/1992.
7. Sem mais, este Centro coloca-se à disposição para eventuais esclarecimentos julgados pertinentes.

CONTEÚDO DO OFÍCIO A SER ENCAMINHADO À EMPRESA OMNISYS, REFERENTE AO CONTRATO Nº 002/CLA/2006.

1. Científico Vossa Senhoria, para que exerça o contraditório e a ampla defesa, das solicitações do Tribunal de Contas da União no que tange ao atendimento do Item 9.2.1, do Acórdão nº 46/2012 – TCU/Plenário, no qual reporta o não cumprimento da determinação constante do Item 9.2.1.2, do Acórdão nº 3.037/2009 - Plenário, em relação ao Contrato nº 002/CLA/2006, com essa contratada para a execução do serviço de desenvolvimento do sistema de rastreio ótico no CLA.

2. Urge salientar que o Centro de Lançamento de Alcântara, por intermédio do seu Agente Diretor, em cumprimento à determinação dos Acórdãos ora mencionados, reiterou essa Empresa, por meio do Ofício nº 032/SCI/1121 – CLA, de 05.12.2011, da necessidade de encaminhamento, a este Centro, de nova planilha de Custo Unitário, mais detalhada e com a diferenciação de BDI de serviços e materiais, com o fito de esclarecer eventuais irregularidades e vícios nesta, o que essa Empresa atendeu com o envio de nova planilha.

3. No entanto, após o recebimento da nova planilha pelo Egrégio Tribunal de Contas e pela análise mais acurada do expediente em questão por essa Corte de Contas, essa verificou que, em relação à diferenciação dos percentuais dos BDIs de serviços e materiais, essa Empresa limitou-se a fixá-los em 25% e sem maior discriminação da sua composição. Com isso, o TCU discordou com o pagamento do percentual de 25% do BDI (médio) referente a materiais, pois segundo entendimento já pacificado daquela Corte, o percentual aceitável é de, no máximo, 10%, conforme, dentre outros julgados do Tribunal de Contas, o Acórdão nº 1.020/2007.

O referido Acórdão orienta que na ausência de BDI diferenciado para o fornecimento de materiais ou equipamentos que representam parcela significativa do empreendimento, adota-se como BDI paradigma para fins de verificação do valor final para esses itens o percentual de 10% a título de intermediação.

4. Ante o exposto, em cumprimento à determinação do TCU, este Centro científica essa Empresa da necessidade de ressarcimento ao erário do percentual de 15% pago a maior em relação aos componentes de materiais, pagos à época no percentual de 25%, conforme Planilha de Custos Unitários constantes do Contrato nº 002/CLA/2006, valores, estes, especificados na tabela abaixo:

Descrição	Percentual: %	Valor: R\$
Custos Diretos orçados para materiais.	100	2.907.460,00
Pagamento de BDI de materiais, à época.	25	726.865,00
Pagamento de BDI de materiais devidos, conforme orientação do TCU.	10	290.746,00
Diferença do BDI a ser ressarcido ao erário, à época.	15	436.119,00
Atualização do valor pago a maior.	100	
Total a ser ressarcido ao erário.	100	

5. Por fim, cumpre informar que o prazo para cumprimento da solicitação constante deste expediente é de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Carta Registrada, sob pena de aplicação de multa pelo TCU, por descumprimento de decisão daquela Corte de Contas, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei nº 8.443/1992.

6. Sem mais, este Centro coloca-se à disposição para eventuais esclarecimentos julgados necessários.

CONTEÚDO DO OFÍCIO A SER ENCAMINHADO À EMPRESA LETTEL REFERENTE AO CONTRATO Nº 054/CLA/2007.

1. Científico Vossa Senhoria, para que exerça o contraditório e a ampla defesa, das solicitações do Tribunal de Contas da União no que tange ao atendimento do Item 9.2.3, do Acórdão nº 46/2012 – TCU/Plenário, no qual reporta o não cumprimento da determinação constante do Item 9.2.3.2, do Acórdão nº 3.037/2009, em relação ao Contrato nº 054/CLA/2007, com essa contratada para a execução do serviço de atualização total das plataformas PABX Alcatel Modelos 4300L e OmniPCX 4400, no CLA.

2. Urge salientar que o Centro de Lançamento de Alcântara, por intermédio do seu Agente Diretor, depois de reiteradas solicitações a essa Empresa sobre a necessidade de encaminhamento, a este Centro, de nova planilha de Custo Unitário, mais detalhada e com a diferenciação de BDI de serviços e materiais/equipamentos, com o fito de esclarecer eventuais irregularidades e vícios nesta, **sem êxito**, tomou a iniciativa de fazer os ajustes necessários, a fim de adequá-la às exigências legais em vigor e em cumprimento à determinação constante dos Acórdãos ora mencionados.

3. No entanto, após o recebimento da nova planilha pelo Egrégio Tribunal de Contas e pela análise mais acurada do expediente em questão pela Corte de Contas, esta discordou com o pagamento do percentual de 25% do BDI referente a equipamentos e materiais, pois segundo entendimento já pacificado daquela Corte, o percentual aceitável é de, no máximo, 10%, conforme, dentre outros julgados do Tribunal de Contas, o Acórdão nº 1.020/2007.

O referido Acórdão orienta que na ausência de BDI diferenciado para o fornecimento de materiais ou equipamentos que representam parcela significativa do empreendimento, adota-se como BDI paradigma para fins de verificação do valor final para esses itens o percentual de 10% a título de intermediação.

4. Ante o exposto, em cumprimento à determinação do TCU, este Centro científica essa Empresa da necessidade

de ressarcimento ao erário do percentual de 15% pago a maior em relação aos componentes de equipamentos e materiais, pagos à época no percentual de 25%, conforme Planilha de Custos Unitários constantes do Contrato nº 054/CLA/2007, valores, estes, especificados na tabela abaixo:

Descrição	Percentual: %	Valor: R\$
Custos Diretos orçados para materiais/equipamentos.	100	561.390,00
Pagamento de BDI de materiais/equipamentos, à época.	25	140.347,00
Pagamento de BDI de materiais/equipamentos devidos, conforme orientação do TCU.	10	56.139,00
Diferença do BDI a ser ressarcido ao erário, à época.	15	84.208,00
Atualização do valor pago a maior.	100	
Total a ser ressarcido ao erário.	100	

5. Por fim, cumpre informar que o prazo para cumprimento da solicitação constante deste expediente é de 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da Carta Registrada, sob pena de aplicação de multa pelo TCU, por descumprimento de decisão daquela Corte de Contas, nos termos do art. 58, inciso VII, da Lei nº 8.443/1992.

6. Sem mais, este Centro coloca-se à disposição para eventuais esclarecimentos julgados pertinentes.

Síntese dos resultados obtidos

Em relação ao Contrato nº 048/CLA/2007, da Empresa RR Mendes, esta já estornou parte do valor apurado como devido ao erário, no valor de R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), via GRU com código de recolhimento nº 22053-1, em 25/09/2012, e o CLA aguarda o estorno do restante do montante devido.

No que tange aos Contratos nºs 002/CLA/2006 da Empresa OMNISYS e 054/CLA/2007 da Empresa LETTEL, ambas contestaram os valores devidos e os seus respectivos processos continuam em tramitação aguardando parecer dos Órgãos responsáveis pela apuração e consolidação dos valores devidos a serem ressarcidos ao erário.

Toda a documentação relativa aos processos referentes aos Contratos em questão encontra-se, no momento, em apreciação pela Coordenadoria da Consultoria Jurídica da União no Estado do Maranhão e foram encaminhados via Ofício nº 510/SCI/6074, de 04 de dezembro de 2012, cujo teor é uma solicitação do Diretor do CLA para que seja efetuada a análise jurídica da documentação em comento, além de outras julgadas pertinentes, com o objetivo de orientar a Administração do CLA sobre as medidas a serem adotadas em relação às empresas envolvidas e visando auxiliar esta na tomada de decisão mais técnica, efetiva e justa a que o caso requer.

Tal solicitação se deu devido o CLA não possuir, no momento, pessoal técnico habilitado para fazer a análise jurídica das respostas de Defesa (Contestação) da empresas envolvidas, uma vez que a assessora jurídica do Centro encontrar-se de Licença Maternidade.

Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor

Das situações acima expostas o fator positivo foi a verificação e a correção de algumas falhas técnicas existentes na elaboração dos contratos em comento, assim como do ressarcimento ao erário, por parte de determinada empresa, de valores pagos a maior por consequência dessas falhas apontadas.

Também, como consequência, a administração do CLA tomou providências no sentido de corrigir possíveis falhas nos contratos futuros.

O fator negativo foi a carência de pessoal técnico habilitado na área jurídica para efetuar a análise jurídica da documentação relativa aos processos em tela, tanto na área do CLA, Assessora em Licença Maternidade, quanto na SEFA, documentação referida enviada para apreciação e devolvida sem análise por falta de pessoal habilitado, e no DCTA, cuja documentação também fora enviada para análise e até a presente data não ter havido manifestação por parte daquele Órgão.

Diante do exposto gerou a necessidade da Direção do CLA solicitar à CJU-MA/CGU/AGU a análise jurídica do Processo em tela e posterior orientação a este das medidas mais adequadas e necessárias ao presente caso.

10.1.2. DELIBERAÇÕES DO TCU PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Quadro LXXI - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
Centro de Lançamento da Barreira do Inferno					001022
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	TC-029.396/2009-0	594/2012-TCU-Plenário	9.1.1 e 9.1.2	DE	280/2012-TCU/SECEX-RN
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Centro de Lançamento da Barreira do Inferno					001022
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. determinar ao Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, por intermédio do controle interno do Comando da Aeronáutica, que:</p> <p>9.1.1. adote medidas efetivas, com base no item 41 do Edital de Tomada de Preços n. 05/CLBI/2008, junto à Construtora Cricaré Ltda., para que a firma providencie a correção das irregularidades relativas à ausência de recobrimento mínimo das armaduras e à exposição das ferragens em determinadas peças, bem assim referentes aos problemas decorrentes de concretagem e ao não preenchimento de juntas verticais;</p> <p>9.1.2. providencie, junto à Construtora Cricaré Ltda., a restituição do valor pago sem contraprestação de serviços, no montante de R\$ 18.794,13, referente à escavação e ao reaterro de valas para as sapatas e viga baldrame de todo o perímetro da obra, devidamente corrigido a partir da data da última medição da obra – 27/07/2009;</p>					
Justificativa Apresentada pelo seu não Cumprimento					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Centro de Lançamento da Barreira do Inferno					001022
Justificativa para o seu não Cumprimento:					
<p>Com relação ao subitem 9.1.1, a Comissão, designada pelo CLBI, para acompanhamento da Construtora Cricaré durante a realização dos serviços citados neste subitem do Acórdão, formalizou através de documentos que a empresa não comparece ao local dos serviços desde 16/10/12. Em 22/01/13, o Diretor do CLBI, a Agente de Controle Interno e o Chefe da Divisão de Apoio e InfraEstrutura compareceram ao TCU, SECEX-RN, solicitando orientações sobre providências a serem adotadas para finalizar tal processo, já que a empresa, além de não comparecer ao local dos serviços, não recebe correspondências nem ligações do CLBI. Conforme orientação recebida, o CLBI providenciará um laudo de engenharia, detalhando os serviços que não foram corrigidos pela empresa, e encaminhará o documento para a Advocacia Geral da União, solicitando cobrança judicial dos valores referentes a esses serviços à Construtora CRICARÉ.</p> <p>Com relação ao subitem 9.1.2, apesar do CLBI ter elaborado uma GRU com valores atualizados para pagamento pela Construtora CRICARÉ, a empresa não realizou o pagamento. O CLBI enviou o Ofício 24/AJU/12041, de 05/12/12, para AGU, solicitando cobrança dos valores judicialmente. Conforme orientações da SECEX-RN, assim que a AGU informar o número do processo de tal cobrança, o CLBI repassará a informação para o TCU, SECEX-RN, para arquivamento do processo do CLBI e acompanhamento do processo da AGU.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
<p>Fator Positivo: A receptividade do Secretário da SECEX-RN aos integrantes do CLBI e a presteza em dar orientações, auxiliando a Administração a agir pró ativamente na conclusão do processo.</p> <p>Fator Negativo: A dificuldade da Administração em obter contato com a empresa, visto que já constam no Processo diversas cartas devolvidas pelos correios, além do insucesso em ligações telefônicas.</p>					

Continuação do Quadro LXXI - Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Centro de Lançamento de Alcântara					002724
Deliberações do TCU					
Deliberações expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
-	-	ACÓRDÃOS Nºs 3037/2009, 1277/2010 e 46/2012 TCU - Plenário.	9.2 a 9.3.	Impropriedades nas planilhas de custos e nas tabelas de BDI.	RELATÓRIO
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Centro de Lançamento de Alcântara					002724
Descrição da Deliberação:					
Apresentar conclusão das providências solicitadas com base no Acórdão nº 46/2012 TCU – Plenário, em cumprimento às medidas de monitoramento do TCU, no CLA, referente aos processos das Empresa: R.R MENDES, LETTEL e OMNISYS, todas objeto de Auditoria por parte do TCU/SECEX-MA.					
Justificativa apresentada pelo seu não cumprimento					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
DIREÇÃO					002724
Justificativa para o seu não cumprimento:					
Aguardando análise jurídica da Defesa das empresas, por parte da CJU-MA, para posterior tomada de decisão mais técnica, efetiva e justa para o caso em comento.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor:					
Já comentadas no item nº 15.1 do presente Relatório.					

10.1.3. RECOMENDAÇÕES DO OCI ATENDIDAS NO EXERCÍCIO

Quadro LXXII - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - DCTA			53
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	Nº 10/12	IV 1,2,3 e 4	Ofício nº 222/SUAUD-2/24646, de 24/09/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
DCTA			53
Descrição da Recomendação			
O Diretor do DCTA deverá determinar para que conste no Relatório de Gestão do exercício de 2012 as providências adotadas para o atendimento as seguintes recomendações:			

<p>1. O DCTA, ao produzir o Relatório de Gestão, deve seguir as orientações emitidas pela SEFA, por meio do manual eletrônico, as quais são estruturadas de acordo com as diretrizes do Tribunal de Contas da União. Deve, também, determinar que suas unidades consolidadas elaborem suas informações com base nas mesmas orientações;</p> <p>2. O DCTA deve realizar uma análise crítica das informações recebidas de suas unidades consolidadas, antes de transcrevê-las para o seu Relatório de Gestão, avaliando sua relevância, a fim de que o relatório produzido seja o mais objetivo e claro possível;</p> <p>3. O DCTA, nos próximos processos de contas, devesse verificar a consistência das informações apresentadas, a fim de garantir a consistência do relatório;</p> <p>4. O DCTA, nos próximos processos de contas, deverá ter uma equipe multidisciplinar para elaborar seu Relatório de Gestão.</p>	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
DCTA/SDA/DCO	53
Síntese da Providência Adotada	
<p>1 – Para a elaboração do Relatório de Gestão do DCTA - Exercício 2012, a Divisão de Controle Orçamentário - DCO, Chefes de Divisão do DCTA e todas as UG subordinadas ao DCTA procuraram seguir a seguinte legislação: Instrução Normativa TCU nº 63, de 01 Set. 2010, Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 Jan. 2012, Decisão Normativa TCU nº 121, de 13 jun. 2012 que alterou a Decisão Normativa TCU nº 119, de 18 Jan. 2012, Portaria TCU nº 150, de 03 Jul. 2012, Decisão Normativa TCU nº 124, de 05 Dez. 2012 e orientações dadas pelo CENCIAR;</p> <p>2. – Todos os relatórios de dados de gestão recebidos das unidades (CLA, CLBI, COPAC e GIA-SJ) foram analisados e consolidados pelos Chefes de Divisão do DCTA, conforme orientação dada pela DCO. As informações foram passadas à DCO para uma verificação e consolidação final do relatório. Em uma última análise o Coordenador do Grupo de Trabalho fez suas correções;</p> <p>3. – Foram verificadas as consistências das informações apresentadas durante as análises;</p> <p>4 – Foi montado um Grupo de Trabalho abrangendo 09 (nove) áreas do DCTA. As atividades foram divididas no grupo conforme as características e necessidades dos tópicos/itens do relatório.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
<p>Com a formalização do grupo de trabalho para a elaboração e consolidação do Relatório de Gestão e a divisão de tarefas/responsabilidades, todos os Chefes foram obrigados a se envolverem mais e refletirem sobre sua gestão. Houve a mudança de paradigma de que o relatório de gestão não é mais aquele meramente da responsabilidade da área financeira/contábil e sim de todas as áreas. Devem estar atualizadas e integradas.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
<p>Existe todo um processo e cronograma a ser cumprido para a elaboração do relatório de gestão. Com a formalização e definição do grupo de trabalho ficou mais claro, mais fácil identificar a responsabilidade de cada pessoa/área envolvida. Em contra partida a formalização exigiu novas etapas no processo que antes não eram executadas. Surgiram dificuldades e obstáculos não previstos que causaram o atraso no cronograma previsto.</p>	

10.1.4. RECOMENDAÇÕES DO OCI PENDENTES DE ATENDIMENTO AO FINAL DO EXERCÍCIO

Não houve recomendações do Órgão de Controle Interno pendente de atendimento final do exercício.

10.2. INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

Não se aplica à natureza jurídica da UJ.

10.3. DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDADA NA LEI Nº 8.730/93

10.3.1. SITUAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES IMPOSTAS PELA LEI 8.730/93

Quadro LXXIII – Demonstrativo do cumprimento, por autoridades e servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	99	2	41
	Entregaram a DBR	99	2	41
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	5
	Entregaram a DBR	0	0	5
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	333	34	1005
	Entregaram a DBR	333	34	1005
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: Relatório de Dados de Gestão da COPAC, CLA, CLBI e GIA-SJ

Análise Crítica

Os servidores são orientados a assinar formulário de autorização de acesso à Declaração Anual de IR e também podem optar por apresentar a DBR ao Setor de Recursos Humanos, devidamente assinada, no prazo de até 30 (trinta) dias após a data final para entrega da Declaração Anual de IR estipulada pela SRF. Em ambos os casos a entrega é publicada em Boletim Interno das UG.

Não há sistema informatizado para gerenciamento da entrega das DBR, e nem há análise de incompatibilidade de patrimônio feita pelas respectivas UG. A guarda das DBR dos servidores que não autorizaram acesso direto a suas Declarações de IR é feita em cofre nas UG.

10.4. DECLARAÇÃO DE ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

As informações estão atualizadas no SIASG e SINCOV, conforme Declarações: do CLA (Anexo A), do CLBI (Anexo B), da COPAC (Anexo C) e do GIA-SJ (Anexo D).

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1. INFORMAÇÕES SOBRE A ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

As informações deste item serão fornecidas no Relatório elaborado pela SEFA.

11.1.1. DEPRECIÇÃO, AMORTIZAÇÃO, EXAUSTÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

As informações deste item serão fornecidas no Relatório elaborado pela SEFA.

11.2. DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Declaração será elaborada pela SEFA.

11.2.1. DECLARAÇÃO PLENA

A Declaração será elaborada pela SEFA.

11.2.2. DECLARAÇÃO COM RESSALVA

A Declaração será elaborada, se for o caso, pela SEFA.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

12.1. OUTRAS INFORMAÇÕES CONSIDERADAS RELEVANTES PELA UJ

Nada a relatar

PARTE B DO ANEXO II DA DN 119/2012

CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS.

1- AVALIAÇÃO SOBRE O ANDAMENTO DOS PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS, CONTEMPLANDO:

Essa avaliação foi bem detalhada pela COPAC nos campos relativos à execução física dos contratos e nas informações sobre ações de programas temáticos de responsabilidade da Unidade.

A ação 123J(Aquisição de Helicópteros de Médio Porte de Emprego Geral-Projeto H-X BR) e 20IH(Modernização e Revitalização de Aeronaves- Projetos F-5BR, P-3BR, AM-X) são suportadas parcialmente por recursos oriundos de financiamentos externos.

Assim:

a) Houve um pequeno efeito positivo (baixa do câmbio) na taxa interna de retorno decorrentes da variação cambial, porém sem alterações no cronograma físico ou qualquer outra alteração contratual;

b) Não houve impacto sobre os bens e serviços objetos dos contratos.

2- INFORMAÇÕES SOBRE O ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES RELACIONADAS AO TERMO DE PARCERIA, CONTEMPLANDO, ENTRE OUTROS, A FORMA DE ESCOLHA DO PARCEIRO, A EXECUÇÃO DO CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO E OS RESULTADOS DA PARCERIA.

De acordo com a Lei nº 9.790/99, Decreto 3.100/99 e Portaria SNJ nº 24, de 11/10/2007, o DCTA e unidades consolidadas não possuem termos de parceria celebrados com entidades sem fins lucrativos classificadas como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP.

São José dos Campos, 01 de abril de 2013.

Ten Brig Ar AILTON DOS SANTOS POHLMANN
Diretor-Geral do DCTA

ANEXO A



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE LANÇAMENTO DE ALCÂNTARA

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Alcântara, 25 de janeiro de 2013.

CÉSAR DEMÉTRIO SANTOS Cel Eng

Diretor do CLA

ANEXO B



MINISTÉRIO DA DEFESA

COMANDO DA AERONÁUTICA

CENTRO DE LANÇAMENTO DA BARREIRA DO INFERNO

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

Parnamirim-RN, 15 de fevereiro de 2013

MARCO ANTÔNIO VIEIRA DE REZENDE Cel Av

Diretor do CLBI

ANEXO C



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA AERONAVE DE COMBATE

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora no exercício de 2012 estão disponíveis e atualizados, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

Brasília-DF, 23 de janeiro de 2013.

Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR
Presidente da COPAC

ANEXO D



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
GRUPAMENTO DE INFRAESTRUTURA E APOIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações relativas aos contratos, convênios e termos de parceria firmados por esta Unidade Gestora (120016) até o exercício de 2012 estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 12.390, de 09 de agosto de 2010.

São José dos Campos, 18 de janeiro de 2013

HUMBERTO DE FARIA ALVIM Cel Int
Dirigente Máximo da Unidade Gestora



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL - UJ 1204**

DECLARAÇÃO

Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro, Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC n.º 1.133/2008, relativas ao exercício de 2012, refletem adequadamente as situações orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, **EXCETO**, no tocante à/ao:

a) título “Outras Compensações”, no valor de R\$ 1.207.366,68, existente no Balanço Patrimonial, referente à conta contábil 1.9.9.9.1.00.00 (Bens e Valores em Trânsito), motivada por lançamentos da UG/Gestão 120016/00001.

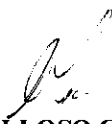
Declaro, ainda, que os Demonstrativos do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI, não tendo sido objeto de análise.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Brasília-DF, 13 de março de 2013.


ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO – 1º TEN QOEA SVA
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis
Contadora CRC-DF Nº 017367/O-0

Ciente:


ALEXANDRE VELLOSO GUIMARÃES - Cel Int
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis
Subsecretaria de Contabilidade
Contador CRC-DF nº 013386/0-8



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA AEROESPACIAL - UJ 1204**

INFORMAÇÕES SOBRE AS ADOÇÕES DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS

Declaro que a Unidade Jurisdicionada, em cumprimento às orientações normativas elaboradas pela Unidade Gestora Setorial de Contabilidade do Comando da Aeronáutica, adotou procedimentos e práticas aplicáveis aos registros e às demonstrações contábeis consoantes as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, em especial, as NBC T 16.9 e 16.10.

Especificamente em relação à avaliação e mensuração de Ativos e Passivos e concernente à depreciação dos itens do Ativo Permanente, a Unidade Jurisdicionada adotou os critérios estabelecidos pelas NBC T 16.10 e 16.9, respectivamente, da seguinte forma:

a) a vida útil econômica dos itens do Ativo Permanente, especificamente dos bens móveis, foi estabelecida com base na tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI, para cada grupo contábil da conta de Bens Móveis – 1.4.2.1.2.00.00;

b) a depreciação foi realizada pelo método linear ou das cotas constantes, com as taxas de depreciação calculadas a partir do tempo de vida útil e da taxa de valor residual de cada grupo de bens móveis, de conformidade com a tabela constante da Macrofunção 02.03.30 – Reavaliação, Redução a Valor Recuperável, Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, suas Autarquias e Fundações, do Manual SIAFI;

c) a vida útil econômica dos bens bem imóveis, bem como os critérios de avaliação, mensuração e de depreciação obedecem às normas do Sistema de Patrimônio da União, com dados registrados, no SIAFI, a partir do SPIUNET;

d) a avaliação e a mensuração dos itens do Ativo e do Passivo obedeceram aos seguintes critérios:

- Disponibilidades – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

- Créditos e Obrigações – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no SIAFI;

- Estoques – valor de aquisição/produção/construção ou valor realizável líquido, quando aplicável;


- Imobilizado e Intangível – valor de aquisição/produção/construção, com previsão do

reconhecimento dos efeitos da depreciação ou da amortização, conforme o caso;

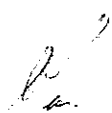
- Diferido – valor original, com a conversão dos valores em moeda estrangeira à taxa de câmbio vigente na data do Balanço, conforme estabelecido pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no SIAFI, sendo aplicável aos saldos de recursos financeiros remanescentes na UJ, sem contrapartida de obrigações do passivo no encerramento do exercício.

e) a utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, especialmente, nos casos de reavaliação dos itens do Ativo Permanente e do registro da depreciação apresentou seus reflexos no resultado patrimonial do exercício e no Patrimônio Líquido.

Brasília-DF, 13 de março de 2013.


ANA PAULA SOARES DE ALCANTARA DO NASCIMENTO – 1º TEN QOEA SVA
Chefe da Seção de Análise e Avaliação de Demonstrações Contábeis
Contadora CRC-DF Nº 017367/O-0

Ciente:


ALEXANDRE VELLOSO GUIMARÃES - Cel Int
Chefe da Divisão de Análise e de Procedimentos Contábeis
Subsecretaria de Contabilidade
Contador CRC-DF nº 013386/O-8